

Basílio Manuel Marques de Almeida

**Do(s) conceito(s) à(s) práticas de mediação sócio-educativa: alguns
contributos para a clarificação de um perfil profissional**

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

2009

Basílio Manuel Marques de Almeida

**Do(s) conceito(s) à(s) práticas de mediação sócio-educativa: alguns
contributos para a clarificação de um perfil profissional**

**Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação da Universidade do Porto,
para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação,
sob a orientação da Professora Doutora Preciosa Fernandes**

Tese de mestrado

2009

Resumo

O estudo de caso que agora apresento tem como objectivo principal analisar práticas de mediação que estão a ser desenvolvidas num Agrupamento de Escolas/TEIP, situado na cidade do Porto. Do ponto de vista teórico o estudo sustenta-se em perspectivas sobre a mediação: psicológica, sociológica e educacional e é também enquadrado por princípios de territorialização educacional. Do ponto de vista empírico utilizo a entrevista como meio de colher a opinião de técnicos e de professores que agem no terreno e de académicos que têm produzido reflexão teórica no domínio da mediação sócio-educativa. Ao mesmo tempo socorro-me de dados de observação recolhidos no decurso do estágio na Licenciatura em Ciências da Educação. O estudo edifica-se, assim, numa base teórica e numa postura analítica interpretativa sobre discursos e práticas, de teóricos-investigadores e de “práticos” de terreno, procurando evidenciar possibilidades que práticas de mediação sócio-educativa podem ter na melhoria da formação dos alunos e na construção de uma visão de escola/agrupamento orientada/o por princípios de trabalho colaborativo e em parceria. Através da abordagem das diferentes perspectivas teóricas sobre mediação e sobre mediação sócio-educativa e do cruzamento dos discursos dos diferentes sujeitos, participantes no estudo, foi possível construir uma visão do sentido de mediação sócio-educativa e, à luz desses referenciais, caracterizar as práticas desenvolvidas no agrupamento em estudo, num esforço de contribuir para a construção da profissionalização de “mediadores sócio-educativos”

Em síntese, o caminho percorrido permitiu: situar perspectivas teóricas sobre a missão da escola na contemporaneidade, e sobre o papel dos profissionais de educação na concretização de uma *escola inclusiva*, e que fundamentam a premência da configuração da mediação sócio-educativa como novo espaço de intervenção e do mediador sócio-educativo como nova figura no contexto escolar; aprofundar conhecimento neste domínio da mediação sócio-educativa e evidenciar possibilidades e limites de um trabalho de mediação sócio-educativa num contexto de agrupamento de escolas.

Abstract

The case study that I now present the main aims examine mediation practices that are being developed in Grouping of Schools / TEIP, located in the city of Porto. Of the theoretical point of view, the study it is sustained in perspectives on the mediation: psychological, sociological and educational and it is fit by principles of territorial education. Of the empirical point of view, I use the interview as a means of gathering the opinion, of technician and professors who act in the field, of theoretician-investigators that have produced theoretical reflection in the domain of the mediation socio-educational. At the same time, aid me of collected observation data gathered during the stage in degree in Educational Sciences. The study is built up, so a theoretical and analytical approach in interpretation of speeches and practices, theorists, researchers and "practical" of land, looking for possibilities of mediation practice socio – educative can play in improving the training of students and building a vision of school / group oriented / by the working principles collaborative and partnership. Through the boarding of the different theoretical perspectives on mediation and on mediation and socio-educative and the intersection of discourses of different actors, participants in study, it was possible to construct a vision of the meaning of mediation social – educative, and in the light of these references, to characterize the practices developed in the Grouping of Schools under study in an effort to contribute to construction of the professionalization of "mediators socio-educative."

In synthesis, the covered way allowed: to point out theoretical perspectives on the mission school in the present, and on the paper of the professionals of education in creating an inclusive school, and underlying the urgency of the configuration of the mediation socio-educational as a new area of intervention of the mediator and socio-educative. This new figure in the school context, with deepen knowledge in this field of mediation socio-educational and highlight opportunities and limits of a work in mediation socio-educational in the context of Grouping of Schools.

Résumé

L'étude de cas auquel je présente a pour objet principal analysé des pratiques de médiation qui sont en train d'être développé dans un Regroupement d' Ecoles/TEIP, placé dans la ville de Porto. Du point de vue théorique l'étude se soutient dans des perspectives sur la médiation : psychologique, sociologique et scolaire et il est aussi encadré par des principes de territorialité scolaire. Du point de vue empirique j'utilise l'entrevue comme un moyen de récolter l'avis de techniciens et d'enseignants qui agissent dans le terrain et des académiciens qui ont produit une réflexion théorique dans le domaine de la médiation socio-pédagogique. En même temps je n'aide de données de commentaire rassemblées au cours du stage dans la Licence des Sciences de l'Éducation. L'étude se construit, ainsi, dans une base théorique et dans une position analytique interprétative sur des discours et des pratiques, théoriques-investigateurs et de « praticiens » de terrain, en cherchant prouver des possibilités que des pratiques de médiation socio-éducative peuvent avoir dans l'amélioration de la formation des élèves et dans la construction d'une vision d'école/regroupement orientée /o par des principes de travail collaborative et dans le partenariat (ou société). À travers l'abordage des différentes perspectives théoriques sur médiation et sur médiation socio-éducative et du croisement des discours des différents sujets, participants dans l'étude, c' a été possible de construire une vision du sens de médiation socio-éducative et, à la lumière de ces référentiels, caractériser les pratiques développées en le regroupement dans étude, dans un effort de contribuer à la construction de la professionnalisation de « médiateurs socio-éducative. »

En synthèse, le chemin couvert a permis : placer des perspectives théoriques sur la mission de l'école dans l'ordre, et sur le rôle des professionnels d'éducation dans la concrétisation d'une école inclusive, et qui se basent l'urgence de la configuration de la médiation socio-éducative comme nouvel espace d'intervention et du médiateur socio-éducative comme nouvelle figure dans le contexte scolaire; approfondir connaissance dans ce domaine de la médiation socio-éducative et prouver des possibilités et des limites d'un travail de médiation socio-éducative dans un contexte de regroupement d'écoles.

Índice

Índice de Anexos	13
Siglas Utilizadas	14
Introdução.....	15
Estrutura geral do trabalho	16
Capítulo I – Pertinência do campo de estudo e caminho metodológico seguido.....	19
Notas de introdução	21
I.1 Razões e interesses que estão na origem deste estudo.....	21
I.1.2 O campo e o problema em estudo e os objectivos da investigação	21
I.2 Caminho metodológico	24
I.2.1 Observação participante	26
I.2.2 Entre a subjectividade, a inter-subjectividade e objectividade.....	26
I.3 O recurso à entrevista.....	27
I.4 O recurso à Análise Documental	29
I.5 Análise Conteúdo.....	30
I. 5.1 O procedimento da análise de conteúdo.....	30
I. 5.2 As categorias de análise e as suas características	31
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	33
Capítulo II – A mediação enquanto processo potencial de transformação	35
Notas de introdução	37
II.1 De que falamos quando falamos de mediação?.....	37
II.2 A mediação do ponto de vista da psicologia.....	39
II.3 Da mediação em educação com enfoque sociológico	47
II.4 A mediação no contexto educacional	48
II.5 O mediador - Artesão de complexidades.....	51
Capítulo III – A autonomia da escola como condição para uma intervenção educacional contextualizada	53
Notas de introdução	55
III.1 Conceitos e princípios centrais para a compreensão da questão da autonomia das escolas	55
III.1.1 Centralização, desconcentração e descentralização: proximidades e distanciamentos.....	55
III.1.3 Mas de que falamos quando falamos de autonomia?	58
III.1.4 Comunidade Educativa	60
III.1.5 Parcerias e redes – meios configuradores de autonomia?	63
IV Capítulo – Análise e interpretação dos dados empíricos	67
Notas de introdução	69
VI.1 O ponto de vista dos actores de terreno.....	70
IV.1.1 – O olhar de quem “pratica a mediação”.....	70
IV.1.1.1 – Concepção de mediação.....	70
IV.1.1.2 – Caracterização das práticas de mediação: Traços configuradores do sentido do trabalho de mediação/perfil profissional	71
IV.1.1.3 Sentidos que o “mediador sócio-educativo” atribui ao seu trabalho na “vida da escola”	74
IV.1.1.3.1 Domínio em que considera justificar-se a intervenção de um mediador sócio-educativo	75
IV.1.1.3.2 Fragilidades das práticas de mediação.....	76
IV.1.1.3.3 – Perfil de mediador sócio-educativo	77
IV.1.2 – O olhar do “Gestor”.....	78
IV.1.2.1 – Concepção de mediação sócio-educativa.....	78

IV.1.2.2 – Caracterização das práticas de mediação	79
IV.1.2.3 – Entre o realizado e o desejável.	81
IV. 1.2.3.4 Perfil de mediador	83
IV.1.3 – O olhar do Representante da Associação de Pais.....	85
IV.1.3.1 – Concepção de mediação.....	85
IV.1.3.2 – Caracterização das práticas de mediação	85
IV.1.3.3 – Perfil de mediador sócio-educativo	87
IV.1.3.4 – Entrecruzando pontos de vista – “Actores de terreno”	88
IV.2. - O ponto de vista de teóricos das Ciências da Educação.....	90
IV.2.1 – Concepção de mediação.....	90
IV.2.2 – Caracterização das práticas de mediação sócio-educativa.....	92
IV.2.3 – O perfil do profissional de mediação.....	97
IV.2.4- Reflexão/produção teórica sobre mediação sócio-educativa.....	99
Considerações finais	101
Referências bibliográficas	105
Anexos.....	109

Índice de Anexos

Anexo 1 - Entrevista ao “prático” – Licenciado em Ciências da Educação	111
Anexo 2 - Entrevista ao Director de Turma -	122
Anexo 3 - Entrevista ao elemento do Órgão de Gestão	126
Anexo 4 - Entrevista ao Representante de Pais	151
Anexo 5 - Entrevista à Teórica A	158
Anexo 6 - Entrevista à Teórica B	165
Anexo 7 - Entrevista ao Professor Doutor José Alberto Correia.....	181

Siglas Utilizadas

DT – director de turma

EB 2/3 – Escola Básica 2º e 3º ciclo

EOG – Elemento do Órgão de Gestão da Escola

GAP – Gabinete de Acção de Preceptores

MSE – Mediação sócio-educativa

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

RP – Representante dos Pais

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

AVE – Agrupamento Vertical de Escolas

Introdução

Nas últimas décadas, em contexto global, os discursos em torno da valorização do local e do desenvolvimento de referências à mediação como uma prática capaz de responder às problemáticas das mais diversas questões sociais, e nomeadamente escolares, sem que daí, no entanto, se possa afirmar um consenso em relação à mediação e às suas práticas, têm ganho centralidade acrescida. De facto, se neste último quarto do século XX e início do século XXI a referência à mediação, em geral, estava associada à mediação de conflitos e, ainda, à valorização do local e dos micro actores, enquanto dispositivos de regulação e de coesão social, no campo da educação a mediação constitui um vocábulo que, como salienta Caetano (2003), se tem vindo a vulgarizar. Tal facto deve-se, na opinião da autora, às inúmeras narrações de experiências desenvolvidas mais do que a “avaliação de programas e a investigação que sobre estes e nestes se faz”(op. cit.: 50). Tendo em conta que o mundo escolar na actualidade se caracteriza por uma complexidade de heterogeneidades, por exemplo culturais, o reconhecimento desta complexidade não tem sido acompanhado pela reabilitação do pensamento complexo para fazer face às transformações da nossa época e pelos novos problemas que se registam à escala global e com que a escola se defronta. A produção de formas alternativas, para dar resposta aos velhos e novos desafios, subentende, na visão de Correia e Caramelo (2003), o reconhecimento e o desenvolvimento de um “pensamento complexo, não aditivo mas interpelante” (op. cit.; 182), capaz de promover dinâmicas interpretativas e alternativas à construção de um conhecimento que se pretende que faculte “o debate sobre a problemática da justiça e da construção colectiva de sentido” (op. cit. p, 184). Este trabalho inscreve-se neste debate.

Como procurei argumentar ao longo do trabalho, o conceito de mediação sócio-educativa é um conceito que não se esgota na mediação de conflitos. É, no fundo, uma prática que tem por objectivo conseguir a realização de um projecto comum com vista a dotar todos e cada um dos cidadãos, intervenientes nesse mesmo projecto, de competências e conhecimentos que lhes permitam participar de forma activa nos contextos em que estão inseridos. Nesta linha, a visão de mediação que sigo neste trabalho entende-a como uma prática facilitadora, desenvolvida no interior da escola, na linha do que nos lembra Leite (2002) quando, a propósito da assessoria à gestão flexível do currículo, alude que “as mudanças e melhorias das acções exigem, na linha de uma

teoria crítica, um compromisso emancipador e a participação de todos os elementos de uma organização” (op. cit. p, 97). Neste sentido, estou a considerar, em sintonia com Fernandes (2007), que a escola tem autonomia, para, se assim o desejar, e tiver condições de trabalho, desenvolver processos de inovação que visem a melhoria formação dos jovens e a sua valorização por parte de toda a comunidade educativa.

Os princípios educacionais de igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso escolares, preconizados na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE -Lei nº 46/86 de 14 de Outubro) estão hoje longe de serem concretizados e de constituírem uma realidade universal. Após a publicação da LBSE, diferentes normativos foram, entretanto, publicados e neles foram veiculadas novas concepções e princípios educacionais e curriculares que firmam uma política de maior atribuição de autonomia às escolas e aos professores para a definição das prioridades educacionais e curriculares. Os Projectos Educativos e os Projectos Curriculares configuram meios de afirmação dessa autonomia e uma via para a escola criar condições de diferenciação curricular de modo a concretizar os ideais de uma escola para todos e com todos. Neste trabalho, e como ao longo do capítulo III procuro argumentar, posiciono-me do lado dos que sustentam que a autonomia das escolas, “é sempre uma autonomia relativa” (Barroso, 2004: 70) e dos que advogam que mais do que as intenções dos normativos, é necessário criar condições para que a autonomia seja “construída” (ibidem) em cada escola de acordo com as suas especificidades locais.

No quadro destas ideias, ao pretender desenvolver um estudo de caso realizado numa escola pública do meio urbano, (com a designação de escola do 2 e 3º Círculo do Ensino Básico, sede de um agrupamento vertical, que designarei, de agora em diante de AVE, tenho como intenção, por um lado, responder à vontade e ao desejo de aprofundar o conhecimento sobre a Mediação sócio-educativa (MSE) e, por outro identificar e caracterizar práticas que estão a ser desenvolvidas neste contexto específico. Em síntese, o propósito deste estudo é construir conhecimento acerca do conceito e de práticas da Mediação sócio-educativa sendo nessa base que se justifica o confronto entre referenciais teóricos sobre este campo de estudo e elementos configuradores das práticas observadas.

Estrutura geral do trabalho

O estudo, que agora apresento, inicia com a introdução geral na qual explico, de modo genérico, a problemática e os propósitos de base ao estudo. Na sequência desta

introdução, a estrutura do trabalho incorpora quatro capítulos, as considerações finais e as referências bibliográficas.

No **Capítulo I**, ocupo-me da fundamentação geral do trabalho, dando conta das razões e dos interesses que estiveram na sua génese, e apresentando o campo e o problema abordados. Explicito, ainda, o caminho metodológico traçado, justificando as opções metodológicas e os procedimentos seguidos na realização do trabalho empírico.

Ao longo do **Capítulo II** evidencio a mediação enquanto processo de criação de soluções aceitáveis. Parti de uma abordagem sobre a emergência da mediação enquanto dispositivo que procura responder a crise dos macro-actores na manutenção da coesão social. Abordei, num segundo momento, um olhar sobre a mediação enquanto *diálogo transformador*, no qual se dá especial ênfase à responsabilidade na relação, à auto-expressão, à afirmação, à coordenação, à reflexividade e a co-criação de novas realidades. As acções dialogantes que atingem estes objectivos parecem ser extremamente promissoras, isto porque, mais do que um conjunto de prescrições, nesta reflexão procurei gerar um vocabulário potencialmente útil para compreensão do estudo. Prossegui concentrando a minha atenção nos olhares próximos de paradigmas de interpretação sociológica, tendo em conta que as formas culturais são muitas e variadas e sofrem mutações contínuas. Ao mesmo, tempo procurei analisar alguns trabalhos académicos de referência no domínio da mediação em educação, de modo a clarificar aspectos importantes que servem como complementos significativos da minha explanação.

O **capítulo II** termina com uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da mediação, através da qual procuro esclarecer que o trabalho de mediação é sobretudo um trabalho de concertação de diálogos e de acções, que exige prudência e abertura à diversidade cultural e que atende à heterogeneidade de discursos, onde se cruzam diferentes enunciados sobre o que é justo para com aqueles que habitam o mundo escolar.

No **capítulo III** desenvolvo o tópico: *A autonomia da escola como condição para uma intervenção educacional contextualizada*. Início com uma abordagem aos conceitos de centralização, desconcentração e descentralização, enquanto conceitos centrais para a compreensão de uma política de atribuição de maior protagonismo às escolas e aos actores locais. Neste contexto, trabalho ainda os conceitos de autonomia e de escola como comunidade educativa e aclaro o sentido de uma intervenção

educacional em parceria e em rede, enquanto plataforma, por excelência, para um trabalho de mediação sócio-educativa.

O **Capítulo IV** ocupa-se do trabalho empírico. Nele dou lugar de destaque à análise que faço das diferentes linguagens que se inscrevem quer no plano prático e profano, quer no plano cognitivo. Ou seja, pretendo percorrer e analisar os diferentes discursos fazendo um cruzamento das ideias teóricas/académicas, dos elementos discursivos empíricos dos “práticos” e dos órgãos de gestão da escola. É no quadro das ideias e dos pressupostos teóricos que mobilizei ao longo dos capítulos I, II e III que, neste capítulo IV, interpelo as questões de partida.

Finalizo o trabalho com as **considerações finais** que não têm o objectivo de se arrogarem em conclusões, mas, sim, constituírem-se numa síntese das ideias gerais a que chego neste estudo e que abrem para novos debates e novas interrogações que podem despoletar novas investigações quer no âmbito da mediação, enquanto campo conceptual, quer no âmbito da profissionalidade do/a mediador/a. Por último, apresento a Bibliografia mobilizada.

Capítulo I – Pertinência do campo de estudo e caminho metodológico seguido.

Notas de introdução

Neste capítulo, pretendo fundamentar a pertinência do trabalho e dar conta dos motivos e interesses que justificaram a focagem na mediação sócio-educativa como objecto de estudo, para, a seguir, enunciar a questão de partida sobre a qual se centra o estudo e os objectivos norteadores da investigação.

O caminho metodológico, e a justificação das opções do trabalho empírico, constituem o segundo ponto deste capítulo.

I.1 Razões e interesses que estão na origem deste estudo

O interesse pelo estudo da Mediação sócio-educativa (MSE) enquanto campo e contexto de estudo, decorre de vários factores: O primeiro, está relacionado com o estágio e a experiência nesse desenvolvida enquanto mediador num Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho do Porto. Ao chegar ao fim de um ciclo de formação (a licenciatura em Ciências da Educação) com apresentação do relatório de estágio do 4º ano, e perante a impossibilidade de não poder dar continuidade ao trabalho, até então desenvolvido, senti-me impelido para iniciar um novo ciclo de estudos, agora no âmbito do Mestrado. Vi nesta possibilidade a oportunidade de aprofundar o conhecimento teórico sobre a problemática da MSE, e identificar e analisar práticas que a ela são associadas. Se o contexto de estágio me possibilitou espaços e tempos de interacção e de intervenção com professores de vários níveis de ensino, com os alunos, e com outros actores educativos, permitiu-me, em simultâneo, constatar a pertinência da existência da figura do mediador sócio-educativo, enquanto figura capaz de responder a desafios e a tarefas para as quais os professores não estarão, por razões óbvias, tão vocacionados.

É, pois, a partir do vivido, e da reflexão resultante do relatório de estágio, e do conhecimento daí gerado, que se produziram as *sementes* motivadoras para o desenvolvimento deste estudo.

I.1.2 O campo e o problema em estudo e os objectivos da investigação

Com a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LSBE/86) as Políticas Educativas instituem o discurso de uma escola para todos, dando ênfase ao conceito de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativo. Desde então,

várias têm sido as directrizes políticas que continuam a preconizar a concretização deste princípio, e vários têm sido os focos em que têm incidido, de entre os quais a escola. Como lembra Ferreira (2005), desde finais da década de oitenta as reformas educativas, através de estratégias de descentralização, têm-se voltado para o *local*, para a escola, enfatizando aspectos como a participação, a autonomia, o projecto, o contrato, as parcerias. Tais políticas, na visão do autor, ao delegar nas escolas novos poderes e novas competências, e a responsabilização para, localmente, encontrarem respostas adequadas a cada realidade, tentam responder à descrença do papel do Estado, e visam a sua legitimação.

Estes novos mandatos para a escola desencadeiam o aprofundamento do pensamento teórico sobre o seu papel e dão lugar a novas perspectivas que a situam como *organização aprendente* (Fullan & Hargreaves, 2001) e/ou como instituição *curricularmente inteligente* (Leite, 2003).

Pensada em termos de uma *organização aprendente* (learning organization), a escola tem de estar atenta ao que se passa dentro e fora dela, valorizando a participação de todos intervenientes e colaboradores, internos e externos, na criação de condições que favoreçam a melhoria da qualidade da formação e tem, obviamente, de estar atenta e de acompanhar a evolução da sociedade. Trata-se, na linha de entendimento de Sarmiento e Ferreira (1999), de uma concepção de escola como comunidade educativa alargada¹, na qual são, por todos, partilhadas responsabilidades educativas na realização de projectos, na resolução de problemas e no trabalho cooperativo.

No quadro deste entendimento de escola, e dos papéis e responsabilidades que lhe são atribuídos, os professores vêem-se, neste tempo de transição de séculos, imersos em múltiplas tarefas que vão muito para além da componente pedagógico-curricular, esta última também sujeita a novas orientações, sobretudo com as mudanças introduzidas com o Dec. Lei nº 6/2001, relativo ao currículo do ensino básico, e com o Dec. Lei /4/2004, relativo ao ensino secundário.

Os cenários escolares estão, de facto, alterados e os professores, até agora entendidos como os actores “clássicos”, por excelência, para intervirem nas questões educacionais, sentem-se espartilhados no exercício do seu “ofício” pedagógico-curricular de ser professor porque outras tarefas, umas (muitas) de cariz burocrático, outras, de cariz assistencial, afectivo e social, de resposta aos problemas alunos, se

¹ No capítulo III analiso o conceito, comunidade educativa, com mais pormenor.

impõem. Outros “novos” fenómenos ganham expressão, como por exemplo a violência escolar e a indisciplina, para além dos velhos problemas do abandono escolar precoce e do insucesso escolar.

Foi inserido num contexto escolar marcado por muitas destas características que desenvolvi o projecto de estágio a que me referi anteriormente. Nesse processo as acções que desenvolvi, quer no interior da escola, com professores e alunos, quer na relação desta com outras instituições e parceiros locais, foram por mim interpretadas como configuradoras de um trabalho de mediação que considerei relevante a vários níveis. Primeiro porque senti, ainda que de um modo não consistente, ter construído pontes entre professores e alunos, optimizando relações que interferiram positivamente na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem; segundo porque penso também que o trabalho que desenvolvi, em parceria com um colega, contribuiu para o estabelecimento de momentos de cooperação entre diferentes serviços no interior da escola e desta para com outras escolas do agrupamento; por último, situo o trabalho que desenvolvi directamente com os jovens em idades de transição do 1º ciclo para o 2º ciclo e os elementos que daí recolhi e que me levaram a considerar fundamental este trabalho de acompanhamento dos jovens em momentos de transição de ciclos.

Foram todos estes elementos que me motivaram para um aprofundamento da problemática da mediação sócio-educativa e que me levaram a tomar como objecto de estudo as percepções e concepções de mediação sócio-educativa de “actores de terreno” e de teóricos das Ciências da Educação e o entendimento do que consideram poder ser práticas de mediação. O contexto empírico é uma escola dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, sede de um agrupamento vertical, no qual trabalha um Licenciado em Ciências da Educação, cujas práticas constituem também objecto de análise neste trabalho.

É, pois, no quadro destas ideias, que defini como questões estruturadoras da investigação e configuradoras do problema, as seguintes:

- Que concepções de mediação, e que percepções sobre o que podem ser práticas de mediação, têm diferentes actores que intervêm num Agrupamento Vertical de Escolas?

Que concepções de mediação, e que percepções sobre o que podem ser práticas de mediação, têm “teóricos” das Ciências da Educação que se têm ocupado deste campo de estudo?

Que características identificam, os “actores de terreno ” e os “ teóricos”, como podendo ser configuradoras de um perfil profissional de um/a mediador/a sócio-educativo?

- Que práticas de mediação sócio-educativas estão a ser desenvolvidas na escola?

- Que profissionais têm desenvolvido iniciativas que podem ser caracterizadas de mediação sócio-educativa?

-Que condições existem para a vivência de práticas que fomentem a interacção entre os diferentes actores educativos que interagem com a escola?

-Que possibilidades/dificuldades são identificadas pelos “actores/mediadores” para a (na) implementação de práticas de mediação sócio-educativa?

Estas são algumas questões, que pretendo ver esclarecidas neste estudo, estando, naturalmente, aberto, a outros questionamentos que possam emergir no desenvolvimento do mesmo.

Objectivos da investigação:

Aprofundar o conhecimento sobre as questões da mediação sócio-educativa;

Analisar as práticas de mediação sócio-educativas em desenvolvimento num Agrupamento Vertical de escolas do Concelho do Porto;

Identificar traços das práticas de mediação desenvolvidas no Agrupamento em estudo que permitam apoiar a configuração de um perfil profissional

Identificar factores que dificultam e ou facilitam a institucionalização de práticas de mediação sócio-educativa no Agrupamento, objecto de estudo

I.2 Caminho metodológico

Esta investigação enquadra-se dentro da abordagem metodológica que genericamente se pode denominar de investigação qualitativa, recorrendo ao estudo de caso. O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contexto em profundidade. Neste sentido, apoio-me em Stake, (1999), que preconiza o estudo caso de como sendo o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, para chegar a compreender a sua actividade em circunstâncias importantes” (op. cit. p, 11).

O recurso a esta metodologia foi por mim entendido como adequado tendo em conta que o objectivo deste estudo é apreender a dinâmica do projecto e dos processos de mediação sócio-educativa desenvolvidos localmente, ao mesmo tempo é minha intenção analisar concepções sobre a mediação, caracterizar as práticas e o perfil do mediador, a que tive oportunidade de aceder directamente, de uma forma profunda e global. No meu entender, e de acordo com Ponte (2006) o método de estudo de caso, “é uma investigação que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.” (op. cit. p, 2)

Considerei pertinente seguir uma metodologia de investigação qualitativa ou interpretativa, pois entendo que será a mais adequada para compreender a realidade em estudo no que respeita às práticas de mediação sócio-educativas em desenvolvimento na escola, e às concepções dos actores que as “praticam”, às dificuldades identificadas pelos “actores de terreno” na sua concretização e às possibilidades de existirem iniciativas construtoras de novas sinergias no interior da escola e desta para com o meio social envolvente. Recorri para tal à observação participante, à entrevista semi-aberta e à análise documental, como principais técnicas de recolha de informação.

Em relação à observação participante esta foi levada a cabo ao longo de seis meses, durante o estágio de Quarto Ano da Licenciatura em Ciências da Educação (LCE), que constitui a génese para este projecto de investigação. Utilizei como base de registo das informações o diário de bordo

No que respeito à análise documental constituiu material empírico o Projecto Educativo de Escola, o Regulamento Interno Escolar, e outros documentos que considerei relevantes para analisar decisões governamentais.

Relativamente às entrevistas, elas foram realizadas tendo, essencialmente, por base as orientações de Guiglionni & Matalon (1993). Para estes autores a entrevista é entendida como uma conversa que é realizada com objectivos concretos, isto é, uma entrevista de estudo, que implica uma *relação social complexa*. É uma técnica de recolha de informação através da qual se pode validar outras informações.

Foi tendo em conta estas considerações que tomei como sujeitos privilegiados a entrevistar: actores e interlocutores envolvidos directamente com a dimensão prática da problemática em estudo e actores/autores de produção teórica neste domínio,

procurando através de uma análise cruzada dos discursos emitidos por estes sujeitos tecer uma rede de significações sobre sentido (s) da mediação sócio-educativa que permitam sustentar, ou não, a tese inerente à questão estruturadora deste trabalho. Nos pontos seguintes abordarei de modo mais sustentado, cada uma destas técnicas de recolha de informação.

I.2.1 Observação participante

Do decurso do estágio do 4º Ano da Licenciatura, ao integrar-me na vida social da escola em estudo tive a oportunidade de me situar como “observador”, permitindo-me, assim, compreender o mundo social que a habita(va) e partilhar da condição humana dos indivíduos que observava: alunos, professores, e demais actores envolvidos na comunidade escolar. Com efeito, ao interagir com todos estes actores e ao partilhar e viver situações em conjunto, pude recolher dados sobre as acções, opiniões, perspectivas, expectativas e projectos, aos quais não teria acesso se me limitasse a uma observação “distanciada”, isto é se me situasse como sujeito não participante da vida da escola. Neste quadro de ideias, subscrevo Herbert, Goyette e Boutrin (1990: 155) quanto ao entendimento que têm de observação participante. Consideram estes autores que a observação participante é uma técnica “de investigação qualitativa adequada ao investigador que deseja compreender um meio social que, à partida, lhe é estranho ou exterior e que lhe vai permitir integrar-se progressivamente nas actividades das pessoas que nele vivem.” (op. cit. p, 155) A análise destes dados não obedeceu ao sistema categorial definido para as entrevistas pelo que este tipo informação foi sendo mobilizado ao longo do trabalho num registo de fundamentação de ideias e de construção de raciocínios.

I.2.2 Entre a subjectividade, a inter-subjectividade e objectividade

Durante a elaboração do diário de bordo, procurei recolher de forma exaustiva e constante dados quer do tipo descritivos, registados nas “notas de campo”, quer do tipo interpretativos, através da elaboração de um diário de bordo. Os problemas e constrangimentos na elaboração dos registos, entre os quais se pode questionar a legitimidade e a fiabilidade dos mesmos por nem sempre poderem ser feitos após a observação, foram superados pelo transcrever das situações observadas logo que

possível após a observação (é este momento de registo que corresponde ao que designei de diário de bordo).

Para assegurar a qualidade dos dados registados e tendo em conta que estes “pertencem ao tipo de compreensão, pois fazem apelo à sua própria subjectividade” (Herbert, Goyette e Boutrin, 1990: 155), e para salvaguardar determinados enviesamentos, procurei de forma flexível e em colaboração com o meu colega de estágio, discutir os registos de forma a conferir “uma certa inter-subjectividade às observações e à sua interpretação.” (Campenhouldt e Quivy, 1995: 200).

Contudo, importa salvaguardar o papel dos registos descritivos das situações observadas na construção de um olhar objectivo sobre as mesmas. Com efeito, os registos descritivos permitiram colher informações sobre o contexto em que os actores estão envolvidos, bem como construir percepções sobre as situações que eles vivem, as suas expectativas e as suas necessidades, e possibilitaram elaborar “uma fonte de esclarecimentos objectivos com base na interpretação e na compreensão da realidade” (Herbert, Goyette e Boutrin, 1990: 158).

A observação participante caracterizou-se por uma postura de observador interno e participante, isto porque, tive a oportunidade de participar na vida da escola em questão, através do estabelecimento de relações com os diferentes actores escolares. O diário de bordo, construído a partir das notas de campo, no qual foi registado o percurso da intervenção, ao mesmo tempo que permitiu recolher com autenticidade acontecimentos, situações e comportamentos, porque registados no momento em que estes ocorreram, constituiu também momentos de reflexão sobre o vivido uma vez que a narrativa do diário foi sendo construída num tempo posterior.

I.3 O recurso à entrevista

No quadro de investigações de cariz qualitativo, e em paralelo com a observação, a entrevista tem sido considerada uma técnica de recolha de informação que permite ao investigador retirar “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Campenhouldt e Quivy, 1995: 192). Se, por um lado, o contacto directo que o investigador estabelece com o entrevistado permite tomar conhecimento sobre as suas percepções, experiências e interpretações acerca do objecto de estudo, isto porque

as perguntas semi-abertas e as reacções do entrevistado permitem ao investigador adaptar-se a cada nova questão em função das respostas e informações que o entrevistado lhe dá, por outro lado, o investigador tem a possibilidade de facilitar a comunicação, evitando que o entrevistado se afaste dos objectivos e temas da investigação.

No caso concreto do estudo que levei a cabo, o facto de ter em conta a não directividade e de existir uma forte empatia com alguns dos entrevistados - que são no meu entender *informadores chave do tema em estudo*², o que se espera deste facto uma certa vantagem para a recolha de informações sobre o sentido que os entrevistados (investigadores e profissionais no terreno) atribuem à mediação, às suas práticas e experiências e acontecimentos com que se vêem confrontados -, facilitou a realização das entrevistas. Deste modo, a entrevista não directiva ou empática correspondeu a uma categoria de entrevista ajustada para a recolha de informações plausíveis e pertinentes para o estudo em concreto.

Consciente de que a recolha de informações depende da criação de um contexto favorável à produção das mesmas, procurei estar atento a três elementos que Herbert, Goyette e Boutrin (1990) consideram fulcrais na preparação deste tipo de entrevista e que passaram por: i) familiarizar-me com o tema, fazendo leituras prévias e adquirindo “formação em técnicas de entrevista” (op. cit. p, 164); ii) estabelecer um contacto preliminar com os informadores-chave, explicitando os objectivos da investigação, e auscultando as suas disponibilidades para prestar informações para o estudo; iii) fornecer previamente um documento elucidativo sobre os objectivos da investigação e o tipo de questões. Este procedimento permitiu aos entrevistados prepararem-se para a entrevista e evitar que o “informador (se sinta) desprevenido” (op.cit. p, 165).

Partindo do princípio que a entrevista semi-directiva pressupõe um encontro interpessoal, tive em atenção o que Ghiglioni & Matalon (1993) identificam por factores influentes na entrevista, e que estão associados à situação, aos entrevistados, à

² Os informadores-chave foram os sujeitos inquiridos. Por um lado, entrevistei duas teóricas: teórico A pertence a uma instituição de ensino superior do Porto com um perfil focado na investigação e docência, mas com um trabalho de grande dimensão com as escolas e com os professores, quer em termos de assessorias a projectos, quer de formação e de acompanhamento a processos de inovação curricular; a teórica B, pertence a uma instituição de ensino superior de Lisboa com um perfil focado na docência e na investigação, sendo a mediação sócio-educativa um campo sobre o qual tem vindo a produzir reflexão. Por outro lado, entrevistei aqueles que dominei por “actores de terreno”: um licenciado em Ciências da Educação que desenvolve práticas de mediação no âmbito do projecto TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e um Director de Turma. Entrevistei ainda um elemento do órgão de gestão da escola, responsável pelo projecto TEIP e o representante dos pais. Deste modo, no meu entender, o resultado da análise dos discursos permitiu uma visão mais alargada e rica sobre as questões de partida.

experiência de entrevistador e à linguagem utilizada. Na verdade, parti para as entrevistas com alguma experiência resultante da “prática de entrevistar”, ensaiada ao longo da licenciatura e que, aliada a leituras que efectuei sobre o assunto, contribuíram para que tivesse uma actuação que considero adequada na realização das entrevistas.

Quanto a relevância dos dados recolhidos procurei atender para aquilo que Natércio Afonso (2005) aponta como critérios para avaliar a qualidade dos dados: os critérios de fidedignidade, validade e representatividade. Em relação ao critério fidedignidade, quer na construção dos guiões das entrevistas, quer na actuação da entrevista, procurei evitar a fabricação dos dados, isto é, procurei o mais possível ser fiel às ideias dos entrevistados (para o que se tornou relevante a transcrição clara das entrevistas); no que diz respeito ao critério validade e relevância dos dados recolhidos, esta procurou ser assegurada através da recolha de informação de sujeitos que se relacionam de modo diferenciado com a problemática em estudo: a) “actores de terreno” - um elemento com responsabilidades de gestão na escola em estudo, um técnico de mediação sócio - educativa que trabalha na escola, e ainda, um elemento representante dos pais; b) duas académicas, investigadoras do campo.

A utilização destes sujeitos (e o número) visou cruzar elementos da prática com visões teóricas sobre a problemática e procurou também assegurar, em alguma medida, o critério da representatividade.

I.4 O recurso à Análise Documental

Como anteriormente fiz referência, constituíram objecto de análise documental o Projecto educativo de Agrupamento e o Regulamento Interno., bem como outros documentos legais de carácter normativo. A intenção foi a de que estes elementos cumprissem uma função de complementaridade de informações, e de triangulação com os dados obtidos através das duas outras técnicas acima referidas. Com efeito a análise destes documentos permitiu o estudo dos sistemas de valores e da cultura, quer da escola, quer da comunidade envolvente. Importa referir que a análise destes dados não obedeceu ao sistema categorial definido para as entrevistas pelo que este tipo informação foi sendo mobilizado ao longo do trabalho num registo de fundamentação de ideias e de construção de argumentos.

Na linha de Afonso (2005) a análise dos documentos produzidos pelo agrupamento de escolas, permitiu “o exame da lógica de funcionamento da organização,

graças aos documentos que aí se produzem” (op. cit. p, 58), tais como o Projecto Educativo, Regulamento Interno, e o conhecimento “dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação” (Campenhoudt e Quivy, 1995: 230).

I.5 Análise Conteúdo

Parti para a análise de conteúdo consciente de que a recolha de dados tinha constituído apenas uma fase inicial do trabalho empírico, e que a produção de conhecimento, finalidade última da investigação, implica uma organização e tratamento dos dados estruturada e realizada em articulação estreita com a questão de partida e os objectivos da pesquisa. A produção de conhecimento é, pois, uma tarefa complexa que exige ao investigador principiante saber o que fazer com os dados recolhidos, ou, como refere Wolcott, (1994, in Afonso, 2005: 111) “imaginar o que fazer com os dados que obteve”. Assim, a partir da leitura de bibliografia iniciei o processo de estudar e de compreender os enunciados escritos para além das suas significações primeiras tendo em conta que eles representam percepções sobre a realidade em causa.

I. 5.1 O procedimento da análise de conteúdo

A análise de conteúdo permitiu conhecer em profundidade e em detalhe as representações dos intervenientes que elegi para entrevistar, e as suas concepções.

No que diz respeito a análise de conteúdo das entrevistas, após a sua transcrição segui a sugestão de Guerra (2006) quando lembra que “a leitura das entrevistas comporta pelo menos duas operações” (op. cit, p, 70): a primeira consiste na sinalização de factos e de frases ilustrativas do discurso que fui mobilizando ao longo da construção do texto e de frases que não apreendi a priori e que, por isso, tiveram um tratamento posterior; a segunda operação caracteriza-se pela análise temática e consistiu na elaboração de sínteses das narrativas e anotações de *ideias-chave*.

O processo de “leitura indutiva”, e a proximidade com o material recolhido, foram factores determinantes para o surgimento de novas interpretações e concepções sobre a problemática em estudo. Nesta postura segui Afonso, (2005) quando preconiza que - e ao contrário da investigação com dados quantitativos em que o quadro de análise e a interpretação estão previamente formatados, e o material é submetido a tratamento estatístico descritivo e a testes de verificação -, a investigação que se apoia em material qualitativo “*constrói-se e consolida-se à medida que os dados vão sendo organizados e*

trabalhados no processo analítico e interpretativo” (op. cit. p, 118). Neste sentido, as sucessivas leituras e análises efectuadas facilitaram não apenas a explicitação dos sentidos manifestados no texto, mas também chegar a uma determinada mensagem oculta.

No caso concreto, o guião, tendo sido elaborado numa relação estreita com o quadro conceptual, as questões estruturantes da investigação e os objectivos, facilitou a tarefa de identificação das temáticas e das categorias.

I. 5.2 As categorias de análise e as suas características

Na organização da informação e na análise de conteúdo dessa informação segui um procedimento analítico próximo do que é apontado por Afonso, (2005) e que ele organiza em quatro fases: a organização de dados; o processo interpretativo; o processo de codificação; fase da testagem das interpretações, a fase de confronto; o trabalho de análise e interpretação.

Na primeira fase foram feitas leituras sistemáticas aos textos. Estas leituras permitiram, por um lado, a organização física da informação, e por outro, a familiarização com a informação. À medida que estas leituras foram sendo realizadas fui “retendo na memória a própria economia ou estrutura interna dos textos, fixando actores, situações, incidentes críticos, citações, frases carregadas de significado.” (op. cit. pp. 120,121).

Depois desta fase, entrei na fase do *processo interpretativo*, que se inicia com a construção de grelhas de análise abertas. Estas grelhas, organizadas a partir de categorias prévias serviram unicamente como guia para a orientar a análise de conteúdo uma vez que as assumimos como “um instrumento que se vai construindo, que cresce a partir duma fase embrionária até ser dado por terminado, não se elabora rapidamente e de uma só vez” (op. cit p, 112). Assim, ao longo do processo de análise de conteúdo foi possível apurar a coerência interna de cada categoria e a clarificação das distinções entre e em cada uma delas. À medida que fui reestruturando a informação nas diversas categorias o processo de sinalização das unidades de registo e a sua associação às categorias foi ganhando sentido e foi-se edificando uma coerência entre os discursos. Esta coerência foi sendo corporizada num trabalho de interpretação que se estabeleceu entre as diferentes categorias em análise e que deu sustentabilidade e pertinência aos discursos. A produção de um texto interpretativo é pois uma fase consequente da fase de

análise da informação e constitui o momento da escrita científica. Como sustenta Afonso, (2005) e que corroboro, “o trabalho da escrita não pode ser separado do processo analítico” (op. cit. p, 112). Nesta perspectiva, e admitindo que as estratégias e as formas de construir o texto interpretativo podem variar consoante o estudo ou a estratégia do investigador, com o estudo que realizei procurei dar resposta fundamentada às questões de partida, e aos objectivos que o orientaram, num texto que desejei ser coerente com o enquadramento teórico e conceptual mobilizado.

É este enquadramento teórico e conceptual que desenvolvo no capítulo seguinte.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo II – A mediação enquanto processo potencial de transformação

Notas de introdução

Neste ponto do trabalho inicio com um questionamento do (s) sentido(s) de mediação e problematizo, num momento seguinte, a mediação a partir de uma perspectiva oriunda da psicologia e que tem por base o diálogo, enquanto processo de criação de soluções aceitáveis. Ao mesmo tempo procuro intersectar olhares próximos de paradigmas de interpretação sociológica que apoiam uma compreensão mais profunda sobre esta problemática da mediação. Por último, centro a atenção em modelos de natureza construtivista e em reflexões teóricas e conceptuais acerca do tema da mediação em educação. Termino o capítulo II com uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da mediação.

II.1 De que falamos quando falamos de mediação?

A mediação tem já uma longa história e existência, apesar de ser uma terminologia apenas muito recentemente utilizada no campo educacional. Da consulta bibliográfica realizada, fundamentalmente a obra I Timóteo (2:6-6) é possível identificar que desde os primeiros passos da humanidade, a mediação existe em quase todas as culturas.

Porém, a mediação formalmente instituída, surge no sector dos trabalhadores, em iniciativas de organização para os seus direitos, a partir do início do Século XX. O uso desta mediação representa um garante da estabilidade social das forças de produção do capitalismo emergente, que fez emergir conflitos laborais entre os detentores do capital e a força trabalhadora. Pela primeira vez nos Estados Unidos, *“em 1913, foi estabelecido que o U. S. Departement Labor, e um grupo – os comissários da conciliação – foram indicados para tratar dos conflitos entre empregados e patrões”* (Moore 1998:34). Estes procedimentos de mediação no sector industrial e económico visavam uma profunda estabilidade através de acordos que evitassem as greves, as paralisações, procurando incrementar a segurança e o bem-estar da sociedade Americana.

A partir deste modelo, a mediação patrocinada pelas agências de governo, desenvolvida com mediadores para lidar com os conflitos laborais, através de regulamentos, não se cingiu ao sector trabalhista; outros sectores da governabilidade da Nação reconhecem a mediação como um meio de garantir às comunidades e às pessoas a possibilidade de *“resolver as suas disputas, desacordos ou dificuldades em relação a*

práticas discriminatórias relacionadas com raça, cor ou nacionalidade” (Civil Right Act, 1964, *in op. cit* p, 39).

A prática de mediação de conflitos adquire uma considerável aceitação nos países anglo-saxónicos. A partir da década de 70, a Alternative/Amicable Dispute Resolution (ADR)³ é entendida como um processo alternativo para resolução de contendas, ou seja, é um método opcional ao clássico método litigioso judiciário. O processo, a mediação, permite que as partes em conflito resolvam os seus próprios problemas por meio da intervenção qualificada de uma terceira pessoa imparcial (mediador), que ajuda e leva as duas, ou mais, partes agenciadas a identificarem os pontos de conflito e, posteriormente, desenvolverem de forma mútua propostas que ponham fim ao conflito. Na perspectiva de Vasconcelos, (2002), o mediador neutro é aquele que facilita a comunicação e permite muitas vezes que as questões colocadas na mesa de negociação “fluam” com maior naturalidade, participa e conduz as reuniões com as partes de modo a coordenar o que forem argumentado, devendo favorecer a comunicação e, em casos de impasse, intervindo de modo a auxiliar a compreensão e reflexão dos assuntos⁴.

No contexto Europeu, e como referem Correia e Caramelo (2003), a questão da mediação apareceu originariamente no campo jurídico. Emerge do corpo jurídico, resultante da sobrecarga do macro aparelho jurídico para resolver casos, e da transferência para a resolução local dos casos mais pequenos para não sobrecarregar o sistema judicial, e não haver conflitualidade social. A problemática da mediação social resulta, assim, da afirmação da crise dos grandes dispositivos judiciais e da normatividade jurídica. No contexto português, podemos referenciar, no campo jurídico, os Julgados de Paz, Tribunais Extrajudiciais, enquanto instâncias com características especiais, competentes para resolver causas de valor reduzido de natureza cível. A sua criação, e as suas actuais redacções surgem na transição de década de 80 para 90, ao abrigo das revisões constitucionais de 1989 e 1997⁵.

Estes tribunais, os Julgados de Paz, procuram resolver os conflitos através da mediação, se ambas as partes em disputa /conflito assim optarem, com a intervenção de um Mediador de Conflitos. A mediação é assim entendida como: “uma forma voluntária e confidencial de resolução de litígios em que as partes, de uma forma simples e

3 Terminologia Norte Americana.

4 <http://www.forum-mediacao.net/associacao.asp> consultado em 22/07/09

5 Ministério da Justiça. <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/> consultado em 25/07/09.

participativa, auxiliadas por um Mediador de Conflitos, procuram alcançar uma solução que a ambas satisfaça para o litígio que as opõe, a qual termina com a assinatura de um Acordo de Mediação⁶”.

É, pois, comum associar-se o termo mediação à intervenção de um terceiro elemento perante um conflito onde estão envolvidas duas partes (sujeitos individuais ou colectivos). Se consultarmos o dicionário de língua português, nele é expresso o conceito de mediação como “o acto ou efeito de mediar, que por sua vez significa estar no meio; intervir acerca de”⁷, ou seja intervir entre duas partes em disputa com a finalidade de produzir acordo ou reconciliação, ou conectar elos entre partes, grupos, etc.

II.2 A mediação do ponto de vista da psicologia

Neste percurso de clarificação dos sentidos de mediação sócio-educativa procuro agora caracterizar o conceito de mediação e de mediador apoiando-me na perspectiva da psicologia. Tal abordagem insere-se num paradigma de comunicação, isto é, num entendimento de mediação enquanto prática que procura formas comunicacionais nas quais o diálogo pode ser utilizado para criar soluções satisfatórias. Ao mesmo tempo, o diálogo é entendido como forma de gerar soluções satisfatórias, com vista a melhorar e a transformar as relações entre pessoas e os grupos e a melhorar as relações sociais. Ou seja, nas palavras de Schnitman (1999) “os diálogos mediadores, são aqueles que em meio a contradições e conflitos, permitem encontrar palavras/perspectivas que possam ser assumidas como próprias pelos participantes, que permitam visualizar para o futuro uma realidade possível” (op. cit. p, 102).

No âmbito da psicologia que se centra nas abordagens construcionistas sociais a mediação é entendida como portadora de um potencial transformador das pessoas que participam no processo, este potencial só é possível se o diálogo, a negociação, a comunicação não se limitar a ser entendido como um intercâmbio de mensagens, que na melhor das hipóteses produz um acordo. A comunicação deveria ser um processo de construção social e, como tal, “o principal objectivo da mediação não deveria ser chegar a um acordo, mas cultivar as capacidades dos participantes de capacitação, de reconhecimento e de consciência” (Shailor, 1999: 84).

⁶ Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz - <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/index.asp> consultado em 25/07/09.

⁷ Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora (2005).

Partindo do princípio que vivemos em sociedade e nos integramos e sentimos melhor integrados em determinados grupos do que em outros (os outros são bons ou maus), o etnocentrismo próprio de cada sociedade, e de cada cultura, aponta para o conceito de alteridade – de distância ou separação de determinados outros – é praticamente um resultado inevitável da vida social, em consequência gerimos realidades e moralidades dentro dos grupos onde nos integramos, na família, na comunidade, na escola, no mundo laboral. Obtemos a ideia de quem somos, valorizamos determinados dos valores morais. Ao mesmo tempo, criamos um exterior desvalorizado, o local não é nosso, não é aquilo em que acreditamos, não é a verdade, nem o que é bom. Para Gergen, (1999), “esta desvalorização deriva-se, de uma forma importante, da estrutura da linguagem a partir da qual construímos a realidade” (op. cit. p, 29). Ou seja, na perspectiva deste autor, se a linguagem é um meio diferenciador no qual cada palavra significa, ou indica, o que é exterior, contrário, que está ausente, desta forma ao declarar o que é bom e mau estamos a excluir o ausente e o contrário para as periferias.

Na linha de Gerken, (1999), o problema da diferença é ainda reforçado por tendências secundárias: a tendência de se evitar aqueles que são diferentes, “especialmente quando parecem antagónicos ao seu modo de vida” (op. cit. p, 29), impele-nos a evitar encontros, conversas, reuniões sociais, por outro lado, a tendência para a qual as explicações do outro se tornam simplificadas está na origem das escassas oportunidades de intercâmbio geradas pela tendência de evitar o que é diferente. Por último, a tendência ininterrupta de explicar as acções dos outros de forma negativa, fomenta uma interiorização: lentamente, o outro assume a forma de inferior, do obtuso ou do depravado. Neste contexto a psicologia social fala de “estereotipagem negativa” (op. cit. p, 30), isto é, concepções rígidas, redutoras e simplificadoras do outro.

É obvio que todas estas tendências levam à atomização social: ao nível da escola, como conflitos entre alunos, entre grupos, como tensões entre os órgãos de direcção e os docentes, tensões entre docentes⁸; ao nível da sociedade, os conflitos que opõe esquerda e direita, entre os liberais e os neo-liberais, entre o económico e o ecológico, entre aos defensores dos direitos à vida e os defensores da pena de morte; a nível global, na actualidade, deparamos com tendências semelhantes que separam

⁸ No relatório de estágio fazia referencia à cultura *balcanizada* do professor “ uma cultura composta por grupos separados e, por vezes, competitivos, lutando por posições e por supremacia, tal como estados independentes, com poucas conexões”. (Fullan & Hargreaves, 1996: 71).

culturas, etnias, crenças religiosas. Nesta ordem de ideias, o intercâmbio social é produtor de tendências de divisão e de conflito. Esta ideia explica que as tendências de separação e de conflito são o produto do intercâmbio social e relacional, neste sentido, sempre que tentamos realizar um processo normal de criar unanimidade em torno do que está certo e errado, estamos a produzir classes do incómodo, do oposto, ou de aquilo que é indesejável.

Numa organização como a escola, é comum fazer parte das aspirações do Projecto Curricular as tendências que apontam para a unidade, a coesão, a comunidade, o trabalho em equipa, o comprometimento, no entanto estas tendências são por si mesmas geradoras de alteridade e de conflito. Todos nós somos indesejáveis em alguma parte, por uma ou mais pessoas, por um grupo (s) profissional, cultural, desportivo, social.

Será possível então criar sociedade / comunidades fraternas, isentas de conflitos, e uma nova ordem de mundo harmoniosa?

Retomando Gerken, (1999), este considera que a grande questão para o século XXI é de como “vamos conseguir viver juntos numa comunidade global” (op. cit. p, 30), e no sentido de dar resposta a esta questão, dentro de uma orientação teórica construcionista social, sugere que “se é pelo diálogo que surgem as bases do conflito, então o diálogo pode ser nossa melhor opção para tratar de realidades conflituantes” (ibidem). Na linha de Schintman (1999) “o diálogo é o meio e o instrumento”(op. cit. p, 109) para a mediação, tendo em conta que qualquer acto de mediação pressupõe um propósito e um acordo deliberado de co-criação de vias alternativas e co-gestão responsáveis em situações controversas.

Gerken, (1999), por seu lado, dá ênfase ao conceito de **diálogo transformador** associado a um conjunto de práticas e objectivos, a serem alcançados. O diálogo transformador pode ser entendido como qualquer forma de intercâmbio que consiga transformar uma relação entre indivíduos, que estão em realidades opostas e antagónicas, numa relação de realidades comuns e solidificadoras, a ser construídas com base no diálogo.

Ao contrário das orientações racionalistas e realistas do diálogo que fomentam a alteridade⁹, as orientações racionalistas tendem a ver o indivíduo como um agente independente, capaz de raciocinar acerca do seu caminho para alcançar objectivos

⁹ Alteridade: - distância ou separação daquilo que é obstinado ou mau, facto de uma coisa ser diferente de outra. *in* Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora (2005).

identificáveis, enquanto que as orientações realistas tendem a postular uma única realidade existente, baseadas em estruturas de recompensas, punições e compensações. Do ponto de vista da perspectiva construcionista social, tanto o racional quanto o real são produtos de relações sociais: no entanto, apesar de reconhecer que o raciocínio estratégico ou regras de deliberação racional estão histórica e culturalmente situados, a perspectiva construcionista reconhece que qualquer padrão, objectivo fixo, resultará com o término do privilégio de participação significativa de uma pessoa ou grupo. Neste sentido, acabamos por diminuir a possibilidade de novas formas de alteridade.

Em relação ao **realismo**, os construcionistas, entendem que o que é considerado real, os interesses das pessoas, soluções e ideais, são acções de um discurso, ambíguo e flexível, que é aceitável para determinadas pessoas em determinados momentos, o que se traduz por estabelecer limites ontológicos para o desenvolvimento do diálogo. Ao estabelecermos “os seus interesses como sendo opostos aos nossos” (op. cit. p, 32), estamos a desencorajar discursos sobre: direitos, deveres, fraternidade, colaboração e estamos a reduzir as potencialidades do diálogo enquanto possibilidade de construção mútua da realidade. Neste sentido, os construcionistas consideram que as concepções das pessoas, enquanto indivíduos independentes, são um artefacto histórico e cultural. Separar indivíduos, cada um com os seus interesses, percepções e razões específicas, implica uma alteridade inalterável, “no âmago da visão individualista encontra-se num mundo de todos contra um” (*ibidem*).

De acordo estas ideias o autor sugere, “porque não trabalhar de cima para baixo” (*ibidem*) ou seja, partamos para o mundo da acção e, especificamente, para os casos em que as pessoas parecem estar a lidar de maneira bem-sucedida com problemas de realidades diversas e conflituantes, e, que não orientam a sua acção sobre os compromissos racionalistas e realistas. Neste sentido, entendo que dentro do campo escolar é possível identificar as práticas e condições dialogantes que têm um potencial transformador amplo, e que se podem estudar em termos teóricos à luz da perspectiva teórico construcionista de forma a completar a minha visão sobre o estudo em causa¹⁰.

Retomando o alerta de Gerken (1999) de que “não há regras universais para o diálogo transformador, pois o próprio diálogo alterará o carácter da utilidade transformadora”(op. cit. p,4), considero que ao identificarmos práticas e condições

¹⁰ Importa referir que as práticas de mediação que foram observadas constituem modos de trabalho bem sucedidos no sentido dos resultados académicos e envolvimento dos alunos em diferentes actividades levadas a cabo pela equipa do projecto TEIP.

dialogantes com estas características, não só estamos a estudar os motivos da sua eficácia, mas também estamos a identificar outras formas de acção que poderão funcionar de forma semelhante e que podem ser adaptadas a outros contextos. Nesta linha de ideias, é evidente que o diálogo transformador não se resume a um conjunto de regras e de procedimentos rígidos, ao contrário, “as expectativas são fomentar um vocabulário de acção relevante juntamente com uma forma de deliberar as funções e a tradução em outras práticas” (ibidem), embora, seja oportuno referir que este vocabulário deve ser utilizado como um recurso útil para a situação presente e usar os recursos teóricos com a finalidade gerativa, isto porque, no decorrer da acção dialogante à medida que esta se desenrola e progride, no tempo e na acção, os significados são transformados. Por outro lado, conforme vão surgindo opiniões e estas são incorporadas no diálogo, o vocabulário é aumentado, enriquecido e alterado.

No foco do **diálogo transformador** está a ênfase dos seus objectivos, comportamentos relevantes, que pretendem levar: à responsabilidade na relação, à auto-expressão, à afirmação, à coordenação, à reflexividade e à co-criação de novas realidades.

No que diz respeito à *responsabilidade na relação* - a hostilidade - culpabilizamos sempre os outros pelo conflito. Segundo o autor esta é uma reacção normal e agrava-se com diferentes grupos, por exemplo, os professores e os alunos culpam-se mutuamente pelos insucessos, todos pensamos que os outros é que são os culpados. O outro é por nós construído como responsável pelas suas acções e pelos seus erros, esta responsabilidade individual é, ainda, muito valorizada nas nossas culturas e por isso valorizada por nós.

Nesta atitude, estamos a perpetuar um obstáculo tradicional no diálogo, ou seja, esta forte culpabilização individual é divisora na medida em que começamos por estabelecer fronteiras entre os dialogantes. Ao culpar o outro estamos a posicionar-nos numa relação de superioridade: nós somos os detentores da verdade, sabemos o que está bem e o que está mal. O outro, é visto como um indivíduo, ou grupo(s), com defeitos, sujeito aos nossos julgamentos, sujeito à nossa correcção, enquanto nós somos e permanecemos dignos de louvor e poder. Esta atitude de uns culparem os outros e a tradição de culpa individual destrói, como é óbvio, o processo de diálogo transformador. Neste sentido, e de acordo com Gerken (1999), o modo de contornar este obstáculo reside no facto de se tudo o que consideramos de verdadeiro e de bom reside nas relações e no processo de construção de significados em contínua transformação, então,

estes em vez de se constituírem como obstáculos, devem ser considerados como um meio de manter os processos de comunicação, nos quais o significado não está inalterável, de forma a atingirmos a responsabilidade relacional através de uma linguagem relacionalmente mais responsável na vida dia-a-dia.

Mas de que forma será possível dar resposta à possibilidade de afastar esta culpabilização individual? Gergen, (1999), sugere que consideremos os seguintes pontos no sentido de ultrapassarmos este obstáculo:

os outros internos – comunicamos o nosso descontentamento, no entanto, estamos em posição de avaliar as nossas acções como algo que não seja nós mesmos, ou seja, consideramos que o self central não está à defesa, optar por “encontrar em mim uma outra voz que está falando por mim na situação” (op. cit. p, 36);

as relações conjuntas – não são os outros os culpados, ou nós, responsáveis pelo tipo de relação, mas o nosso padrão específico de relacionamento, o que poderá trazer um efeito de deslocar indivíduos acusáveis por um “sentimento de relação independente” (*ibidem*);

as realidades de grupos – no seio de grupos de trabalho, por exemplo, há a tendência de culpar outros elementos pelo insucesso ou pelo mau relacionamento. Não nos podemos ver como indivíduos isolados, ao concentrarmo-nos nas diferenças, reconhecemo-nos como representantes de grupos, portadores de tradições, hábitos culturais, “a culpa individual tem uma importância diminuta” (*ibidem*);

a expansão sistemática – a culpabilização individual, a voz da culpa individual de um aluno que teve um comportamento reprovável é insuficiente, por exemplo, o caso, ocorrido no ano lectivo 07/08, da aluna que agrediu uma professora na sala de aula porque esta lhe retirou o telemóvel. No entanto, podemos ser confrontados porque é que é proibido usar o telemóvel na sala de aula quando outros professores permitem e até os usam durante a aula? Não pretendo dizer que a aluna não tivesse sido julgada ou sancionada, mas sim, e referenciando o autor que tenho vindo a seguir admitir que “outra voz pode ser acrescentada, de forma útil, à conversação, ao ampliarmos nossas preocupações para as formas com que participamos como sociedade na criação de condições para a maioria das coisas que desprezamos” (op. cit. p, 37)

O objectivo da auto-expressão é dar ao diálogo a possibilidade de nos levar à mudança, para isso e para que o diálogo decorra da melhor forma possível, é fundamental que a nossa opinião seja ouvida. Facultar aos intervenientes a possibilidade de partilhar as suas opiniões que são importantes para si, tendo em conta que

acreditamos que possuímos pensamentos e sentimentos internos e que estes são de suma importância para aquilo que somos, estes são o que nos definem, se os participantes falarem de forma pessoal, contarem as histórias do próprio envolvimento da questão em debate, estamos a viabilizar a diálogo. Neste sentido, aquilo que sentimos e pensamos, ao ser ouvido e partilhado é uma das condições para que o diálogo decorra da melhor forma possível. Ao contrário de utilizarmos argumentos abstractos, aos participantes deve ser pedido para contar histórias do seu próprio envolvimento na questão que está a ser discutida. Gerken, (1999), considera que há pelo menos três motivos pelos quais estas expressões são desejáveis para o diálogo transformador: 1) “as histórias são facilmente compreendidas” entendemos mais facilmente uma história que um argumento abstracto; 2) “as histórias podem levar a uma maior participação de todos”, facilmente ao ouvirmos o outro a contar a sua experiência, concebemos representações, vivemos a situação com o narrador; 3) por último “a história pessoal tende a gerar aceitação e não resistência” (op. cit. p, 37) ou seja, se estamos a ouvir uma experiência dificilmente se pode argumentar que o outro está errado ao invés da argumentação abstracta, isto porque resistimos à argumentação abstracta com argumentos abstractos que o outro achará igualmente insignificantes, logo o diálogo está encerrado.

Bem diferente de relatar os sentimentos e experiências é a **afirmação do outro**. Não suficiente ouvir o que o outro tem para dizer, é necessário encontrar, na mensagem, algo a que podemos conceder a nossa concordância e apoio. Atendendo ao pressuposto de que os pensamentos e os sentimentos são posses individuais, e para não ignorar e colocar o ser do outro em questão é necessário “afirmar e conceder valor, honrar a validade das subjectividades” (op. cit. p, 38) Por outro lado, e como é obvio, ao não valorizar as realidades do outro estamos a desvalorizar e a descartar relações que derivam do diálogo, ou seja, “abraçar uma ideia significa abraçar novas relações e abandonar uma ideia significa enfraquecer sua comunidade” (*ibidem*).

Em relação à **coordenação da acção**, o autor defende que “é na coordenação constituidora que encontramos a possibilidade de que a conversação saia do sedimentado para o sinérgico, do convencional para o catalítico, do nascente para o novo” (op. cit. p, 41). Nesta linha de ideias, e de acordo com o autor, a construção de significado é uma forma de acção coordenada, ou seja, para desenvolvermos significados juntos, devemos enveredar por fomentar padrões sem atritos e reiterativos de intercâmbio.

Ao mesmo tempo que as realidades de um indivíduo são ouvidas e afirmadas, e a conversação se torna cada vez mais coordenada, caminha-se para uma situação propícia para uma outra contribuição para se alcançar um *diálogo transformador*: a **auto-reflexividade**. No entanto, nas conversações convencionais partimos para estas com ideias fixas e coerentes, somos construídos como *selves* singulares e coerentes, o que se torna um obstáculo ao *diálogo transformador*, ou seja, quando numa conversação marcada pelas diferenças, o comprometimento com a unidade manterá a nossa distância, logo a validade e a integridade do outro é ameaçada e estamos rumo ao diálogo polarizador. O desafio transformador consiste, pois, em mudar a conversação rumo à *auto-reflexividade*, ou seja, levar o outro ao auto-questionamento. Deste modo, ao auto-questionarmo-nos a nossa postura firme e sólida “desvanece” e abrimos possibilidades para que outras conversações ocorram.

Por último e não menos importante é a **co-criação de novas realidades**, como já referi anteriormente o *diálogo transformador* objectiva fomentar a construção colaborativa de novas realidades. No entanto, o autor salienta que o mais importante no diálogo é o que podemos chamar de “momentos imaginários nos quais os participantes se unem para desenvolver novas visões de uma realidade.” (op. cit. p, 42). Estes momentos imaginários não só fomentam a co-construção com também modificam as posições defensivas dos participantes para posições mais cooperativas de participação, ou seja, à medida que nos movemos em direcção a um objectivo comum, também redefinimos o outro, e o trabalho base assume uma concepção de “nós”.

A partir desta abordagem, no meu entender, é possível a passagem de uma perspectiva ainda vinculada às racionalidades tecnológicas, a uma racionalidade complexa, construtiva do diálogo que transforma a maneira de entender, não só a resolução de conflitos, mas também, o campo da formação, o campo escolar, a prática profissional. Neste sentido a comunicação deixa de ser uma mero intercâmbio de mensagens isoladas, para dar lugar a um processo de criação conjunta de significados, processos em que se constroem práticas, relações, identidades e outras formas de realidade social. Ao mesmo tempo a comunicação apresenta-se como um meio de interacções permanentes e é entendida em termos de sistemas em co-evolução.

Em síntese, nesta construção teórica com referência às abordagens construcionistas sociais, a mediação é vista enquanto contexto de resolução alternativo à confrontação, ao paradigma do ganhar/perder, ao conflito, à disputa, ou ao litígio. A abordagem construcionista direcciona-se à co-participação responsável, à consideração

e ao reconhecimento dos participantes, e supõe a possibilidade dos intervenientes ganharem mutuamente, construindo em comum bases de soluções efectivas que legitimam a participação de todos os envolvidos. É nesta perspectiva que enquadro o sentido da mediação que subjaz ao trabalho desenvolvido no Agrupamento em estudo.

II.3 Da mediação em educação com enfoque sociológico

No quadro do objecto em estudo, interessa, neste ponto, compreender de que forma a mediação surge no campo educacional, e na escola em particular, tendo em conta um entendimento de mediação que enfatiza relações de proximidade, lógicas comunitárias, e o estabelecimento de redes de comunicação. Ou dito de outro modo e como sugere Correia, (2008), uma mediação instituída não no sentido de criar um novo mecanismo de ordem social, mas como um processo fundamentalmente desencadeador de dispositivos de atenuação do conflito social, e de resposta “à questão de como podemos viver de forma mais ajustada¹¹”. Nas suas palavras, nas últimas décadas, no contexto Europeu, a questão da mediação apareceu originariamente no campo jurídico e aparece associada à ideia de que o mediador é um terceiro, é um outro. Segundo o autor a mediação emerge do corpo jurídico devido à sobrecarga do macro aparelho jurídico para resolver casos considerando, assim, que a mediação social é a afirmação da crise dos grandes dispositivos e da normatividade jurídica.

O espaço discursivo em torno dos problemas sociais, e da sua efectiva resolução tem vindo nas últimas décadas a por a tónica na valorização do local e nas suas instituições, de entre as quais se situa a escola, bem como nas diversas formas de mediação social que aí se desenvolvem.

Nos Estados Unidos, nomeadamente no campo escolar, a mediação surge “como uma tentativa de repor aquilo que a afirmação da escola tinha destruído, que é alguma referência da escola ao local e de reduzir a conflitualidade que existe dessa desreferencialização da escola ao local¹²”. No que respeita ao contexto Europeu, Correia (2004) considera que os estudos que se têm feito sobre a mediação se situam na perspectiva de resolução dos problemas e não na criação das condições sociais para que os conflitos possam ser oportunidades de transformação. Na perspectiva deste autor, a mediação escolar tem duplas valências, e funda-se em modelos profundamente contraditórios: modelo concebido numa “perspectiva securitária” (*ibidem*) no qual o

¹¹ Correia, José, *in* entrevista à Notícias Magazine 13.04.08. pág. 28.

¹² Correia, José, *in* entrevista realizada no âmbito da Licenciatura em Ciências da Educação (2004). (entrevista e grelha de análise em anexo: Anexo 7)

medidor intervém antes que o conflito se agrave até ao limite, e os modelos que se orientam dentro duma “perspectiva integracionista” (*ibidem*), no qual se questiona como lidar com as diferentes culturas dentro do espaço da escola.

No contexto escolar nacional, interessa pensar em formas de lidar com as culturas e heterogeneidades que “habitam” os quotidianos das escolas, sobretudo quando a educação os continua a pensar como sendo homogêneos. Neste quadro de ideias, e de acordo com Correia (2004), entendo que a MSE pode ter potencialidades no reequacionamento de problemas existentes. Na visão deste autor a mediação deve ser entendida como um contributo na estruturação de novas formas de equacionar o social, de forma a trabalhar os fenómenos que incrementam as tendências para a fragmentação tendo em conta que “a escola é habitada por vários mundos e desconhece a existência desses mundos, e pensa todos os mundos que habitam na escola por referência ao mundo escolar” (*ibidem*).

II.4 A mediação no contexto educacional

No que diz respeito à problematização e conceptualização das questões de mediação em educação, e dentro do quadro teórico que me oriente, apresento uma breve reflexão sobre este conceito.

Na óptica de alguns estudiosos deste campo de saber, a mediação em educação, é um termo questionável, tão questionável que é possível dizer que educar e mediar são sinónimos (Caetano, 2003). Mediar e educar, enquanto funções, actos e finalidades podem ser entendidos como a mesma coisa. Ou seja, “*educar é sempre uma forma de mediar*” (op. cit. p, 42) entre o saber instituído e o saber experimental, entre a escola e os alunos, entre a escola e a família, entre a escola e a comunidade, etc. O educador, o professor, o formador, é um terceiro que dentro da situação, constitui-se como um desafio, se entendermos a educação / formação como “*um desafio que estimula a procura dos sentidos*” (*ibidem*).

No contexto nacional, ao analisar as principais referências à mediação no âmbito escolar, verifica-se que as práticas e os dispositivos de mediação subentendem influências quer da mediação judicial e da mediação de conflitos, quer dos contributos do campo de estudo da Psicologia no que se refere à gestão de conflitos. A mediação é assim entendida como um processo no qual um terceiro, sem poder de decisão, imparcial e independente, intervém com uma missão específica, tem por missão ajudar duas, ou mais, partes envolvidas a identificarem os pontos de conflito. No entanto, e de

acordo com Caetano (2005), o “conflito não faz necessariamente parte do conceito de mediação, podendo esta visar tão somente, o desenvolvimento de relações por um terceiro” (op. cit. p, 43).

Como pude observar ao longo do estágio que desenvolvi no âmbito da Licenciatura, é comum ouvir os diferentes profissionais de educação afirmarem: - *Eu faço mediação com os meus alunos!* – Professor. - *Eu faço mediação entre os professores e os alunos!* – Director de turma. - *Eu faço mediação de conflitos entre os alunos!* – Psicóloga. Neste sentido, no meu entender a definição de mediação parece ser um campo não limitado na sua intervenção e subentender diferentes entendimentos. O debate em torno da mediação educacional parece encerrar-se em alguns dilemas: por um lado relaciona-se mediação a uma polissemia de conceitos e a uma heterogeneidade de práticas, sustentadas num deficit de formação e pouco acompanhadas de reflexão, o que parece fazer desacreditar o próprio trabalho de mediação. Por outro lado, existem práticas de mediação baseadas em procedimentos standardizados ou formas de arbitragem encapotadas, que procuram unicamente o controle social (Caetano, 2005). Neste debate, surgem perspectivas de mediação que enriquecem o conceito, inserindo-se num processo cooperativo de gestão das diferenças, entendendo a mediação mais do que uma técnica remetida à ideia de resolução de conflitos, e perspectivando-a numa visão mais ampla, inserida “numa cultura de cidadania activa e de paz”. (op. cit. p, 44).

Ainda que entendendo a mediação num quadro de resolução de conflitos, Torremorell (1997) faz referência ao potencial educativo da Mediação. Sustenta este autor considera ser importante que nos afastemos, um pouco, da visão instrumentalizada de mediação – situado no conflito e na sua solução – para nos debruçarmos sobre um discurso sociocultural, no qual as relações interpessoais “são fonte constante de aprendizagem e de construções sociais partilhadas” (op. cit.p, 73). Neste sentido o autor estabelece cinco níveis de análise em consonância com as dimensões relacionais da pessoa: a mediação como formação integral (interpessoal), enquanto processo de aprender a ser; a mediação como processo que veicula convivência (interpessoal) actua como construtora de relações entre as pessoas, não é descritiva de prescrições de normas; a mediação como coeficiente de coesão (intragrupal) actua no seio dos grupos como factor de coesão, que estimula a dissensão, o debate reflexivo e o questionamento (*ibidem*) das dinâmicas instituídas; a mediação como nó de intercomunicação (intergrupal). Nesta visão, o trabalho de mediação desenvolvido dentro das comunidades, no caso das comunidades educativas, é constituído por grupos de

profissionais da educação, alunos, pais, etc. e pretende-se que seja capaz de estabelecer relações que possam fomentar a concretização dos objectivos que uma determinada comunidade estabelece. Deste modo, a mediação deve ser entendida como facilitadora do “funcionamento conjunto e efectivo, estimulando o intercâmbio, tendo em conta a democratização de tomada de decisões e promovendo, por conseguinte, uma verdadeira participação que aglutina em vez de dividir (op.cit. p, 74); por último o autor refere a mediação como cultura (social), no sentido em que a mediação desenvolve competências culturais, atitudes de abertura moral em relação a outras concepções de entender a existência, ou seja, pretende-se deste modo abandonar a cultura do conflito “pela da mediação do consenso que vai de encontro aos ideais de paz” (op.cit. p, 76).

De acordo com os autores até aqui citados, parece ficar claro que abordagem da mediação se insere num paradigma da complexidade, em alternativa aos paradigmas da confrontação e da disputa, que propõe o diálogo e a restituição reflexiva do poder às pessoas, grupos, comunidades.

A este respeito Caetano (2003) dentro de uma perspectiva que designa por construtivista, e que se enquadra numa abordagem da complexidade, apoiada em autores como Tricoire (2002), afasta-se de modelos que confundem a mediação com peritagem, e dos modelos que se regem por perspectivas tecnocráticas - os quais se pautam por normas, procedimentos e métodos muito rigorosos na persecução de objectivos e da sua concretização e avaliação de resultados, no qual o mediador é um terceiro que se mantém neutral, subscreve um entendimento do mediador como um actor e autor dos processos nos quais se insere. Mais do que procurar respostas e resoluções de compromisso, o mediador “procurará favorecer a emergência de questões que facilitem o desenvolvimento da auto-reflexividade e auto-referenciação de todos e de cada um (nos quais se inclui) ” (op. cit. p, 45).

Ao mesmo tempo, a autora com base noutros autores, considera que dentro de uma perspectiva que enfatiza a criação de um campo de novas possibilidades através da criação de redes de diálogo e de construção narrativa, remete-nos para a ideia de um terceiro incluído, que dentro do sistema colabora no processo construtivo de criação de novas relações. Este elemento, o terceiro, estará “inserido em equipas de investigação-acção, constituídas por mediadores e participantes” (op. cit. p, 46) no qual se pretende um compromisso de todos os participantes, e onde as contradições e as diferenças são reformuladas de forma alternativa, e são toleradas e entendidas como uma vantagem acrescida decorrente da heterogeneidades e diversidades.

Nesta linha de pensamento, e de acordo com a autora citada, entendo que, dentro desta visão orientada por uma perspectiva da complexidade, outros modos pré-concebidos e métodos de mediação podem ser utilizados, desde que integrados numa perspectiva que vai para além de perspectivas aditivas, ou culturas de mediação que visam apenas a reparação e a ortopedia social.

Será que a mediação é uma solução para remediar todos os males? Na minha opinião, e de acordo com e pelo contacto directo com a realidade do Agrupamento em estudo, parece ser consensual que a mediação não se deverá levar a cabo em determinadas situações, tais como transgressão graves, roubo, abuso sexual, tráfico de drogas, como ainda aquelas que estão mencionadas no regulamento interno de escola, ou ainda nas situações em que as práticas de mediação não funcionaram, pode questionar-se o porque de não serem aconselhadas e a razões destas limitações. Neste sentido, e na linha de Caetano, (2003), considero que estas questões devem ser objecto de estudo “não podendo as posições basear-se na mera opinião ou numa experiência acumulada” (op. cit p, 49). Neste sentido, entendo que, para além de criar condições e mecanismos formais de mediação, será de suma importância ter em atenção a formação e as competências dos mediadores para desenvolverem projectos apoiados na investigação e na auto-reflexão.

II.5 O mediador - *Artesão de complexidades*

Relativamente ao Mediador, não querendo por de parte a neutralidade e independência que é exigível ao mediador, tomando por referência o estabelecimento de ligações entre heterogeneidades, mundos múltiplos em contradição, ou ainda, numa perspectiva lógica na qual se presume e procura uma síntese unitária, o mediador não pode ser encarado como alguém que vai inibir os conflitos. De acordo com Correia, (2004), considero que o mediador “é alguém que vai potenciar os conflitos como transformadores da própria instituição. É aqui que a questão da comunicação entra, nas potencialidades que ele tem, não de pôr a funcionar melhor as instituições, mas de as transformar, o que é completamente diferente”¹³.

Neste sentido, Correia, (2004), lembra que o mediador sociopedagógico¹⁴, para além de ter que ser “alguém que seja capaz de ligar heterogeneidades”, (ibidem) tem também de se situar numa perspectiva de (re)contextualização de mundos e fazer da

¹³ Correia, J., in entrevista realizada no âmbito da Licenciatura em Ciências da Educação, 2004.

¹⁴ Correia utiliza a designação de mediador sociopedagógico a que associa o sentido que neste trabalho tenho vindo a atribuir ao mediador sócio-educativo.

heterogeneidade uma riqueza acrescida. Ao mesmo tempo tem de se afirmar como “um animador de dispositivos de mediação e não de alguém que faz a mediação em nome da relação social de cada um”, (*ibidem*), isto é, não é alguém que vai inibir os conflitos, mas sim potenciá-los como transformadores da própria instituição. É aqui que a questão da comunicação entra nas potencialidades que tem não de pôr a funcionar melhor as instituições, mas de as transformar, o que é completamente diferente.

De acordo com estas ideias (Caetano, 2003) preconiza que o mediador ao privilegiar a qualidade das relações sociais é,

“simultaneamente implicado, ao mesmo tempo que se distancia, sendo um terceiro incluído... A implicação do mediador como co-autor, integra-se nos contextos para os quais é chamado e que se propõe activamente intervir, com objectivo ultimo o favorecimento da autonomia pelo desenvolvimento de interdependências”(*op. cit.*, 47).

Estas, parecem ser perspectivas a ter em conta com vista a aprofundar o conhecimento do campo da mediação no contexto escolar, quer para a conceptualização e problematização (como se pretende com o caso do presente de estudo), quer para implementação de práticas de mediação.

Capítulo III – A autonomia da escola como condição para uma intervenção educacional contextualizada

Notas de introdução

Desde, pelo menos, a LBSE (lei nº 46/86 de 14 de Outubro) que os discursos políticos e as lógicas de administração local têm vindo a dar ênfase à autonomia das escolas. Na intenção de melhor compreender esta problemática, na primeira parte deste capítulo evoco os conceitos *centralização*, *concentração*, *descentralização*, conceitos sempre associados à autonomia das escolas, identificando características e elementos que os distinguem, e problematizo de seguida o conceito de autonomia. No quadro desta argumentação, abordo o conceito de comunidade educativa, enquanto visão de escola inserida e em interacção com o contexto social envolvente. Finalmente situo a importância de uma intervenção educacional em parceria e em rede, como conceitos configuradores do sentido de autonomia, e legitimadores da pertinência de novos actores educacionais no contexto escolar, como é o caso dos mediadores sócio-educativos.

III.1 Conceitos e princípios centrais para a compreensão da questão da autonomia das escolas

Neste ponto, tomo como referência os conceitos *centralização*, *desconcentração* e *descentralização*, conceitos que são muitas vezes associados à ideia de autonomia das escolas e que podem constituir uma espécie de check-list de apoio à compreensão das lógicas que têm caracterizado as dinâmicas das escolas e constituir também um pano de fundo para ajuizar sobre potencialidades de a escola se abrir a outros técnicos, designadamente mediadores sócio-educativos, para apoiarem os professores na concretização do mandato hoje atribuído à escola.

III.1.1 Centralização, desconcentração e descentralização: proximidades e distanciamentos

O conceito de **centralização** é facilmente entendido dado estar fortemente relacionado e enraizado no contexto político nacional. Genericamente a ideia de *centralização* está associada ao papel central do Estado, ou topo da Administração Pública, nas determinações educacionais. O Estado concentra em si a responsabilidade e o poder de decidir, cabendo às restantes estruturas administrativas executar as directivas

e ordens emanadas desse poder central. Neste sentido os serviços locais do Estado têm como única tarefa executar ordens vindas de cima. A centralização requer uma organização administrativa hierárquica de serviços na qual os serviços inferiores dependem da decisão dos superiores. Dentro deste tipo de organização, as escolas são “apenas prolongamentos locais da administração, sem autonomia administrativa própria” (Sousa Fernandes, 2005: 55).

Segundo este autor, a organização hierárquica administrativa mais atenuada é a **desconcentração**. Esta caracteriza-se pelas principais especificidades da centralização mas em que algumas decisões são tomadas por agentes intermédios da linha hierárquica. Os poderes atribuídos aos responsáveis pelas estruturas intermédias são limitados por duas ordens de razões: “os poderes dos agentes intermédios” (*ibidem*) são delegados pelos superiores e não pelos próprios, mantendo-se a dependência hierárquica que pode expressar-se de formas mais ou menos acentuadas. Ou seja, se por um lado o poder é delegado pelo próprio superior, este pode sempre condicionar a decisão ou até mesmo retirar o poder, por exemplo, o director delega poderes e funções a um assessor, nomeado por si, e a qualquer momento pode retirar a delegação de poderes.

No caso do Conselho Nacional da Educação (CNE), por exemplo, o autor considera que estamos perante uma “desconcentração técnica instrumental” (op.cit. p, 56), ou tarefas instrumentais, técnicas, acessórias e de adaptação aos contextos específicos da situação. Já no caso das Direcções Regionais de Educação (DRE), trata-se de uma “desconcentração territorial” (*ibidem*) em que as decisões são de natureza política e legislativa e os poderes mantêm-se concentrados na Administração Central.

Nesta linha de ideias, Sousa Fernandes (2005) considera que a desconcentração tem vindo progressivamente a impor-se na administração educativa, no entanto, as novas missões, no domínio da promoção do desenvolvimento social e da prestação de serviços, “sujeitam a administração a crescentes solicitações e pressões por parte dos cidadãos sem possibilidade de serem respondidas adequadamente por um sistema centralizado e burocrático” (op. cit. p, 57).

Focando-me no conceito de **descentralização** ele assume uma grande centralidade acrescido no estudo que desenvolvi tendo em conta que este se enquadra numa orientação das políticas educacionais, marcada por princípios de descentralização e de territorialização da educação e do currículo que atribuem maior emancipação e protagonismo às escolas e aos profissionais da educação.

A descentralização implica uma situação de decisão política divergente das anteriores. Na descentralização o exercício de incumbências administrativas é confiado a agentes que dependem de colégios e a sua autoridade reside no facto de representarem uma parte da população. Fernandes, (2005), designa **descentralização territorial** para se referir a uma situação em que os *colégios* podem representar uma parte da população de uma área ou uma região. No caso em que *os colégios* são polivalentes nas funções administrativas e podem representar categorias particulares da população, por exemplo uma escola/universidade, estamos perante uma **descentralização funcional**. No contexto nacional, esta descentralização funcional é definida como *descentralização institucional*, na medida em que o seu campo de aplicação é uma instituição educativa, sendo limitada e restrita às missões educativas (op. cit. p, 58).

O aspecto central da descentralização baseia-se na existência de uma identidade própria da comunidade, ou seja, uma comunidade na qual os seus membros são a essência da pessoa colectiva. As capacidades de afirmação da identidade faz com que a descentralização possa ser mais ou menos extensa, tendo por objectivo “um certo grau de autonomia de decisão e regulação dentro de orientações estabelecidas por lei” (*ibidem*). Daí distinguir-se entre **descentralização política e descentralização administrativa** (*ibidem*). Na primeira, os órgãos descentralizados têm poder para definir as suas orientações políticas balizadas pelas leis fundamentais e poder legislar nesse âmbito, na segunda os poderes de orientação são definidos à partida pelo Estado e os poderes normativos são de natureza regulamentar destinados a dar um cumprimento local às normas legislativas. O autor que tenho vindo a referenciar, Sousa Fernandes (2003), lembra que os aspectos políticos estão sempre presentes em ambas as formas de decisão política, por duas vias: *formalmente*, porque a eleição do órgão de gestão é um processo político e *substancialmente*, porque diz respeito à elaboração de um programa político, que é uma orientação, dos órgãos eleitos e a base de avaliação da gestão perante os eleitores.

De acordo com Fernandes (2007) “a descentralização trás a si associado o conceito de autonomia, associação, que apesar de estar implícito nos normativos e nos discursos oficiais, não o está ao nível da operacionalização” (op. cit. p, 211). Nesta linha de ideias, autonomia pode ser considerada como uma estratégia de descentralização, configuradora de processos de re-regulação ou de novas formas de controlo do Estado que devolve aos actores locais poder e flexibilidade para tomarem resoluções. Na

opinião da autora, estas novas formas de regulação podem ser enquadradas em lógicas empresariais nas quais o “desempenho constitui o marcador principal” (*ibidem*).

III.1.3 Mas de que falamos quando falamos de autonomia?

Nóvoa (1992), centrado na análise das instituições escolares, considera o conceito **autonomia** como uma componente de apoio à regulação das organizações escolares e à compreensão das suas características dinâmicas. Sustenta, assim que

“A autonomia é um dos princípios centrais das políticas dos anos 90. Trata-se de dotar as escolas com meios para responderem de forma útil e atempada aos desafios quotidianos. A autonomia implica, por um lado, a responsabilidade dos actores sociais e profissionais e por outro, a preocupação de aproximar o centro de decisão da realidade escolar (Brown, 1990). A autonomia é também importante para a criação de uma identidade da escola, de um ethos específico e diferenciado, que facilite a adesão dos diversos actores e a elaboração de um projecto próprio” (op. cit. p, 26).

Nesta perspectiva, trata-se de um enfoque particular sobre a realidade educativa que valoriza as dimensões contextuais e ecológicas, procurando que as perspectivas mais generalistas sejam encaradas pelo aspecto do trabalho interno das organizações escolares.

Por seu lado, Leite, (2001), numa análise focada na concepção, gestão e avaliação de Projectos Educativos, considera a autonomia como “reconhecimento da escola enquanto ‘unidade social’ e não enquanto mera ‘unidade administrativa’, e onde professores, alunos e demais actores educativos, para além dos pais e elementos da comunidade, se envolvam em processos de construção colectiva de caminhos geradores de uma melhoria na educação” (op.cit. p, 67).

Numa posição próxima com esta visão Sousa Fernandes (2003) considera que a autonomia se distingue de descentralização na medida em que tem em conta a capacidade de acção por parte dos actores envolvidos. Deste modo a “autonomia insere-se num movimento inverso ao da descentralização e da desconcentração” (op. cit. p, 59). Enquanto a desconcentração se insere na transferência ou devolução de poder por parte da administração central para o local, a autonomia pressupõe a capacidade de desenvolver acções políticas, desenvolver processos administrativos e aplicar

competências focando-se, assim, num processo “contínuo de reconstrução (...) e de apropriação e não no resultado de uma concessão política” (op. cit. p, 60).

A propósito do conceito de autonomia Barroso considera que (2004) “não basta regulamentar a autonomia. É preciso criar condições para que ela seja ‘construída’”(op. cit. p, 57), localmente em cada escola, de acordo com as suas especificidades, e no respeito pelos princípios e objectivos que “*enformam*” o sistema público nacional de ensino. Nesta linha de pensamento, no meu entender e de acordo com o autor, as políticas destinadas a reforçar a autonomia não se podem restringir a um conjunto de normas e regras, dentro de um quadro legal, no sentido de partilhar poderes e competências, entre os diferentes níveis de administração e a escola. As políticas de reforço da autonomia das escolas terão que passar pela criação de condições e de dispositivos que possibilitem visualizar as autonomias individuais e dar-lhes um significado colectivo, no sentido de efectivar os objectivos do serviço público de educação nacional. Por outro lado, a autonomia deve traduzir-se, indispensavelmente, num conjunto de competências e de meios que os órgãos próprios de gestão devem dispor para decidirem sobre matérias relevantes, ligadas à definição de objectivos, às modalidades de organização, à programação de actividades e à gestão de recursos.

Neste sentido, o mesmo autor, no parecer ao Projecto de Decreto-Lei 771/2007-ME – Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação (2008), preconiza que o défice de concretização da autonomia não tem a ver com eventuais insuficiências do decreto-lei 115-A/98, “mas com a ausência de medidas efectivas a montante e a jusante do processo, nomeadamente no domínio da descentralização municipal, da administração central e desconcentrada do Ministério da Educação e de uma efectiva transferência de competências para as escolas através de contratos de autonomia” (Barroso, 2008:10).

Este mesmo autor, há cinco anos atrás (Barroso, 2004) alertava para o facto de passado 6 anos após a publicação do decreto-lei 115/A – 98, a situação em relação ao reforço da autonomia não tinha melhorado admitindo, então, que tal reforço passaria pela celebração de contratos de autonomia. Este autor apoiado em Thélot, (2004) preconizando os contratos de autonomia como peça essencial de todo o processo, entende que a política das escolas seja definida, por um “contrato tripartido entre a escola, a autoridade académica (estrutura desconcentrada administração educativa) e as colectividades locais”. (op. cit *in* Barroso, 2004: 78). Tal visão é prosseguida no discurso oficial quando nele é expresso que a institucionalização dos contractos de

autonomia é “condição essencial para que as escolas e os agrupamentos possam gerir os recursos educativos de uma forma mais flexível, de acordo com o seu projecto educativo, procurando dar resposta ao contexto específico¹⁵”.

É, pois, no quadro das políticas que atribuem maior autonomia às escolas, e dos fundamentos dos modelos de gestão e de autonomia das escolas, que se inscreve a visão de escola como “comunidade educativa”, conceito que aprofundo no momento seguinte do trabalho.

III.1.4 Comunidade Educativa

O conceito de **Comunidade Educativa** remete-nos para a ideia de uma organização educativa dotada de autonomia que procura estabelecer entre os seus membros um sistema de interações assente na partilha de valores e de objectivos.

Segundo Sarmiento e Ferreira (1999) o conceito de comunidade educativa não é novo, apesar de somente surgir no contexto das reformas educativas finais do século passado, com a intenção de transformar a escola numa comunidade de aprendizagem. A concepção comunitária da educação, e as escolas comunitárias, tem origem no início do século passado e, desde então, tem sobrevivido apresentando-se nos discursos contemporâneos como uma proposta válida para superar o modelo da escola tradicional.

Para Sarmiento e Ferreira, (1999), a re-emergência do conceito de comunidade educativa não implica a redescoberta das relações entre os termos educação e comunidade, ou que esta seja exclusiva à reflexão teórica do campo educacional. Pelo contrário, o termo “vai de par com a importância crescente ao nível societário dos movimentos que assentam em laços comunitários” (op. cit. p, 93). Na perspectiva destes autores, nas sucessivas reformas educativas o conceito de comunidade educativa tem vindo a ser controverso e problemático, apresentando “tensões e orientações diversificadas”. Se por um lado se reclama, no quadro de uma orientação tecnicista/economicista, que a escola se organize para responder às lógicas de mercado, por outro, há um forte apelo a uma orientação autonomista reivindicadora de uma democracia participativa. Por outro lado, e como sustentam os autores, o âmago das políticas educativas deixou de ser a sala de aula, para passar a colocar a centralidade na

¹⁵ Ministério da Educação, Portal da educação in <http://www.min-edu.pt/np3/1031.html> consultado em 02/10/09

escola e na relação desta com o tecido social envolvente. Segundo Sarmiento e Ferreira (1999) “esta inscrição do comunitário na realidade social verifica-se na valorização de formas sociais gregárias e de culturas superadoras do individualismo e numa tematização da racionalidade e de acção que enfatiza os aspectos interactivos de interpretação e transformação do mundo” (*ibidem*). Neste sentido, entendo que as comunidades educativas podem ser encaradas como espaços de expressão da escola democrática.

. Estes autores delimitam dois eixos de definição do conceito de comunidade educativa: “comunidades educativas auto-centradas e comunidades educativas alargadas” (op. cit. p, 104). As comunidades educativas auto-centradas caracterizam-se por definirem fronteiras relativamente rígidas procurando desenvolver interacções satisfatórias para os seus membros. Centram-se no processo de ensino aprendizagem e nas relações aluno-aluno e aluno-professor, enfatizando uma cultura de colaboração entre os docentes com objectivo de alcançarem o desenvolvimento dos alunos. Neste caso, estamos perante comunidades educativas auto-centradas inseridas nas categorias comunidades de aprendizagem e comunidades colegiais. Os autores referenciam outros exemplos de comunidades educativas auto-centradas como sejam as escolas comunitárias e as instituições totais, considerando que as primeiras não tiveram aceitação devido ao seu fechamento e isolamento da realidade social, e que as segundas não têm sido objecto de tematização nas reformas educativas.

Por outro lado, as comunidades educativas alargadas “procuram esbater as fronteiras, visando o alargamento dos princípios constitutivos da comunidade ao seu contexto” (*ibidem*). Entre estas, os autores identificam: escola-comunidade educativa, escolas abertas à comunidade, centros locais de educação e instituições de educação comunitária. O conceito de escola-comunidade educativa remete-nos para uma concepção organizacional alternativa e para uma redefinição das finalidades educativas. Por sua vez, escolas abertas à comunidade procuram a participação de todos os agentes educativos comunitários nos destinos da escola, ou seja, e como salientam os autores “a abertura da escola à comunidade pode constituir, alternativamente, uma forma de realização de uma acção educativa intersubjectiva construída e empreendida no contexto de um território local” (op.cit. p, 107). No que diz respeito aos centros locais de educação, a grande diferença está em que ao invés de ser a escola a integrar a participação comunitária é a comunidade institucional que constrói, dirige e gere a instituição educativa.

Em relação à educação comunitária, trata-se de um conceito que remete para o paradigma de educação permanente, no qual se pretende que “a comunidade que se educa a si própria” (op. cit. p, 108).

Retomando o conceito de escola-comunidade educativa, esta define-se como uma escola dotada de autonomia relativa, que concilia o projecto educacional do Estado com o projecto localmente construído com a participação de toda a comunidade educativa, pressupõe uma descentralização das decisões sobre a educação outorgando à comunidade um papel importante nesse domínio. Deste modo, poder-se-á considerar que a autonomia da escola representa uma possibilidade de a escola se afirmar relativamente à definição das prioridades educativas procurando ir de encontro às expectativas, interesses e necessidades das populações que acolhe. Estes são, sem dúvida, elementos a ter em conta na construção dos Projectos Educativos das Escolas, entendidos como instrumentos de legitimação da sua autonomia na afirmação dos princípios uma escola democrática e na criação de condições para a sua concretização.

A escola democrática, pressupõe as ideias de participação como uma prática quotidiana, isto é, como um direito, de facto. Apple e Beane (1997) preconizam que “as escolas democráticas têm que se basear-se numa definição ampla de “nós”, um compromisso para construir uma comunidade enquanto pertença quer da escola, quer da sociedade na qual a escola existe (op. cit. p, 44). Porém, como sabemos, este sentido de escola democrática, esta ideia de escola como comunidade educativa tem tido dificuldade em materializar-se. Com efeito, a escola depara-se com uma heterogeneidades de culturas com sentidos e interesses opostos que dificultam a edificação de práticas pedagógicas que assegurem, a todos, a participação e o sucesso educativo e a abertura da escola à comunidade.

Nas palavras de Stephen Stoer (1994) a abertura da escola à comunidade só é possível e praticável quando a escola reconhecer as culturas que nela habitam “através de um conhecimento profundo destas culturas” (op. cit p, 46) o que implica a reconhecer-se com parte integrante da comunidade local. O conhecimento da heterogeneidades de culturas e o diálogo entre as diferentes culturas, no meu entender, são um campo no qual a mediação sócio-educativa - dentro de uma perspectiva de interacção dialógica na qual se enfatiza a ligação e o *diálogo transformador*, a que me referi em ponto anterior -, pode intervir para a persecução da comunidade educativa enquanto expressão da escola democrática, num espaço educativo comunitariamente delineado e concretizado.

III.1.5 Parcerias e redes – meios configuradores de autonomia?

No quadro das ideias até agora desenvolvidas, as práticas de mediação sócio-educativa inscrevem-se no paradigma educacional fundamentado no estabelecimento de parcerias e redes locais, conceitos que importa analisar.

Stoer e Rodrigues (1998) num estudo sobre os modelos de partenariado no campo da coesão e exclusão social, no âmbito dos países da União Europeia, fazem a destriça entre os modelos de partenariado no contexto nacional: o partenariado e as parcerias. O modelo de partenariado apresenta “uma estrutura organizacional que é excessivamente formal (mesmo artificial) até ao ponto de ser, em certos casos, uma concepção imposta” (op. cit. p, 37) por parte do poder central. Tomando como exemplo a aplicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que tem por objectivo regular as competências, a composição e o funcionamento dos conselhos municipais de educação, outorgando, assim, às câmaras municipais o direito de intervenção na educação, e a quem se deve reconhecer o importante papel de parceiro socioeducativo, tal não significa que não haja uma imposição de poderes de cima para baixo e que se faz também sentir no seio dos diferentes parceiros que, localmente, interagem com a autarquia, na educação. Deste ponto de vista esta política pode ser interpretada como uma relação de partenariado, no quadro do entendimento ditado pelos autores.

Por outro lado, o sentido de parceria apresenta uma orgânica que é basicamente informal, os parceiros não se fecham sobre si, “reproduzindo assim um efeito de homogeneização que questiona a noção de partenariado enquanto mobilizador de coligações de interesses e compromissos de um conjunto de parceiros em torno de uma agenda comum” (*ibidem*). Neste sentido, Martins (2009) considera que as parcerias são enformadas por “todo um conjunto de princípios e valores, com destaque para a participação, e com um apelo ao sentido de co-responsabilidade, de efectividade da envolvimento dos cidadãos e das instituições na tomada de decisão” (op. cit. p, 69).

De acordo com as ideias expostas, a análise das dinâmicas locais e as interacções quotidianas dos actores educativos, de modo a captar as lógicas de acção decorrentes da contextualização particularizada das políticas educativas, constituem um campo de acção da MSE, numa perspectiva de promover a interacção dos agentes envolvidos com os outros parceiros sociais locais no sentido de estabelecer redes educativas, no quadro dos princípios da territorialização da educação.

A este propósito, Formosinho (2000), lembra que “de uma maneira geral esta lógica territorial está em desenvolvimento nas escolas” (op. cit p., 51), considerando também que neste cenário de territorialização da educação os municípios têm um papel de relevo na educação. No entanto, o autor chama a atenção para outros parceiros locais que, igualmente, devem estar nas decisões educacionais e que constituem o sentido de comunidade educativa alargada, a que me referi anteriormente, e que inclui todos os actores que têm “afinidades, sejam elas ideológicas, teóricas, de métodos de ensino” (*ibidem*) com o contexto social de que fazem parte, e no qual a escola se insere. Estas afinidades estão presentes no Agrupamento no qual desenvolvi o estudo, onde muitos professores se articulam em torno de projectos comuns que envolvem diferentes parceiros, e onde preconiza um trabalho em rede, procurando soluções co-partilhadas e de responsabilização colectivas. Na perspectiva de Formosinho (2000), estas redes são “igualmente importante porque há professores que também se movimentam por elas e é, não só legítimo, mas sobretudo de interesse para o sistema educativo que haja pluralidade e diversidade” (*ibidem*) de práticas pedagógicas e de práticas de mediação entre a escola e restantes elementos da comunidade educativa. Em síntese, estas lógicas de afinidade ancoram-se s em modelos de intervenção educacional em rede. O conceito de rede que aqui considerado vai no sentido que lhe é conferido pelo campo da análise de rede sociais que a definem como um conjunto de actores/parceiros e as relações que estes estabelecem entre si.

As redes educativas, ou redes sociais, podem no entender de Lima, (2007), ser classificadas quanto à sua origem por: redes construídas ou fabricadas e redes auto-organizadas. As primeiras corresponderam a uma solução planeada para funcionar enquanto instrumento de coordenação, em resultado de uma acção directiva emanada do poder central com o objectivo de governabilidade “para suportar as suas políticas (por exemplo, as parcerias público-privadas ou os agrupamentos de escolas)” (op. cit. p, 173). No que diz respeito às redes auto-organizadas, estas são desencadeadas “a partir da sociedade civil” (*ibidem*) e desenvolvem-se e reconstroem-se, constantemente, em resultado das interacções dos seus membros. São exemplo os fóruns de discussão, os movimentos associativos pedagógicos, as associações de escolas, que se desenvolvem sem a intervenção directa do Estado.

No que diz respeito à sua composição, o autor faz referência a redes ego-centradas, como é o caso de um agrupamento de escolas, enquanto actor focal, que mantém uma interacção regular e significativa com um conjunto de actores

institucionais/entidades. Ao mesmo tempo, Lima, (2007), faz referencia a “redes mistas” como aquelas que integram actores individuais e colectivos. Refere ainda as “redes pluriinstitucionais” onde participam actores individuais ou colectivos, provenientes de “domínios institucionais distintos” (op. cit. p, 175).

Quanto à sua estrutura as redes podem ser tipificadas com base em três propriedades principais: *densidade, centralização e fragmentação*. A densidade é o grau com que as relações entre os actores de uma rede são realizadas, isto é, uma rede densa caracteriza-se pela quantidade e qualidade de laços que envolvem os seus membros.

Em relação à centralização, esta propriedade informa em que medida as relações desenvolvidas numa rede se organizam em torno de um actor central que coordena a maior parte de fluxos de interacção. Segundo Lima, (2007), a centralização “permite pensar as redes enquanto sistemas menos uniformes do que a literatura normativa sugere, marcados por fenómenos de poder e por padrões que opõem centros e periferias no interior da própria rede” (op. cit. p, 175). Esta propriedade é complementada pela de fragmentação, que avalia até que ponto uma rede é um sistema coerente ou se a interacção entre os actores é insignificante. O conceito de rede pressupõe a ausência de um centro, isto é, as são constituídas por uma multiplicidade de conexões, que podem ser locais e regionais, nacionais e supranacionais.

Ferreira (2005), alerta-nos para o facto de a partir dos anos 90, devido à crise do estado a funcionar em torno de um centro, e as transformações nucleares na organização do trabalho, as ideias de trabalho em rede, em projecto e em equipe, o trabalho e “a organização em rede tornou-se, portanto, uma das principais características do mundo onde vivemos” (op. cit. p, 183). Assumindo uma postura crítica, este autor, define o trabalho em rede como se “uma nova contratualização liberal individualista” que no caso do nosso país, representa a produção de uma retórica de “territorialização” e de “contratualização” sem que o Estado e a Administração tenham deixado de assumir um carácter centralizado e burocrático” (op. cit. p, 184). Nesta linha de ideias no que concerne à organização e administração da educação e da escola, importa reflectir sobre estas novas estratégias de acção estatal como formas de (re) legitimação do próprio Estado.

Depois desta análise sobre o conceito de rede, é possível compreender melhor as concepções matizadas que o envolvem. Deste modo, posso inferir, no caso de agrupamentos de escolas, a existência de redes “fabricadas” através de deliberações centralizadas que induzem para uma organização de “actores colectivos”.

Por outro lado, a existência de *redes auto-organizadas* de alta densidade e com baixos graus de fragmentação reforça a ideia de uma dinâmica interactiva forte entre os actores situados na base do sistema político, o que permite afirmar a capacidade de mobilização e de emancipação dos actores educativos, professores, educadores e outros profissionais de educação e outros parceiros educativos de contraporem modelos de governação alternativos que representem mais do que uma mera retórica participativa.

Neste sentido, e retomando o foco da autonomia das escolas como condição para a construção de uma educação de melhor qualidade, sigo o pensamento de Formosinho (2000) quando sustenta que “não podemos perder de vista que a autonomia tem um valor instrumental ao serviço de valores mais elevados e que ela só é útil se proporcionar uma educação de melhor qualidade às crianças”(op. cit. p, 52). Importa referir, ainda, no âmbito da autonomia efectiva e localmente construída, que a edificação do sentido de uma *comunidade educativa alargada*, o estabelecimento de parcerias, e o desenvolvimento de redes educativas auto-organizadas, são espaços por excelência para a intervenção de um mediador/a sócio-educativo.

IV Capítulo – Análise e interpretação dos dados empíricos

Notas de introdução

Neste capítulo apresento os dados da pesquisa empírica que elaborei, tendo por base as questões e os objectivos orientadoras/es da investigação. Como justifico no ponto relativo à metodologia, a análise sustenta-se num sistema categorial resultante, quer das questões e objectivos de base ao estudo, quer das questões estruturantes das entrevistas e que organizei em torno de três grandes categorias: 1) *Concepção de mediação*; 2) *Caracterização das práticas*; 3) *Perfil de mediador*.

Assim, no quadro das intenções gerais do trabalho, proponho-me analisar os discursos dos actores que entrevistei: i) um Licenciado em Ciências da Educação e um professor Director de Turma (DT) que trabalham na escola EB 2/3 do agrupamento vertical de escolas onde desenvolvi o estudo, ii) um representante dos órgãos de gestão do agrupamento; iii) um representante dos pais; e iv) duas investigadoras da área das Ciências da Educação. Neste enquadramento, a análise organiza-se em torno de dois grandes eixos assim designados:

1 - “*O ponto de vista dos actores de terreno*”¹⁶ Neste eixo integro a visão de *quem pratica a mediação* e os pontos de vista do *gestor* e do *representante de pais*. Na parte final deste ponto procedo a uma análise cruzada dos discursos no sentido de identificar proximidades e/ou divergências entre os mesmos.

2 - “*O ponto de vista de quem conceptualiza a mediação*”¹⁷ é construído a partir da análise dos discursos das duas investigadoras em Ciências da Educação que entrevistei.

O capítulo termina com o ponto “*Construindo pontes entre os discursos*” no qual pretendo triangular a informação e proceder a uma sistematização das ideias chave que permita objectivar evidências susceptíveis de responder às questões de base ao estudo.

Pretendo, assim, em síntese, fazer um balanço do percurso, situando as principais linhas estruturantes do estudo.

¹⁶ Em anexo, encontram-se as grelhas de análise dos discursos dos entrevistados pela mesma ordem de análise: Anexo 1 - Entrevista ao “prático” – Licenciado em Ciências da Educação; Anexo 2 - Entrevista ao Director de Turma ;Anexo 3 - Entrevista ao elemento do Órgão de Gestão; Anexo 4 – Entrevista ao Representante de Pais;

¹⁷ Em anexo, encontram-se as grelhas de análise dos discursos das investigadoras/teóricas entrevistas: Anexo 5 - Entrevista à Teórica A; Anexo 6 – Entrevista à Teórica B.

VI.1 O ponto de vista dos actores de terreno

Como aludi na introdução a este capítulo este ponto visa sistematizar a visão dos “actores de terreno”. Divide-se, assim, em três pontos: 1) o olhar de quem pratica a mediação, no qual cruzo os discursos do Licenciado em Ciências da Educação com os do DT e que designei de “práticos”; 2) o olhar do gestor e 3) o olhar do representante dos pais. No final construo uma análise cruzada destes discursos na intenção de apurar proximidades e/ou distanciamentos entre eles.

IV.1.1 – O olhar de quem “pratica a mediação”

Tal como o título indicia, apresento aqui o ponto de vista de quem “pratica a mediação”, o Licenciado em Ciências da educação e o DT e que designei de “práticos”. A análise de dados, tal como referi, segue um procedimento assente nas categorias: *Concepção de mediação; Caracterização das práticas; Perfil de mediador*.

IV.1.1.1 – Concepção de mediação

No que respeita a esta categoria, o Licenciado em Ciências da Educação considera que o conceito de mediação está a ser banalmente utilizado, redundando num entendimento de senso comum, ainda muito pouco sustentado: “eu oiço falar de mediação em todo o lado”. Para este “prático”¹⁸ esta banalização do discurso acaba por “deturpar o conceito de mediação”. Em seu entender o conceito de mediação vai muito para além do entendimento que lhe tem sido dado, de intervir entre duas partes que estão em conflito, que têm interesses divergentes. Neste sentido, considera que a mediação não pode ser entendida como a mera capacidade de construir sentido (entendimento) entre duas partes, mas sim como uma capacidade mais ampla de mobilização de “vários métodos de trabalho, de experiências, vários “know-how, em prol de um objectivo comum”. Sintetiza, assim, a concepção de MSE como o “entendimento construído entre vários departamentos, pessoas e instituições em prol de um objectivo, de uma actividade, de uma ideia, ou de um projecto em comum”.

¹⁸ O uso do termo “prático” é por mim utilizado para significar a actividade desenvolvida pelo Licenciado em Ciências da Educação no domínio da mediação sócio-educativa. Por isso, ao longo do trabalho utilizo as designações: Licenciado em Ciências da Educação, “prático” e mediador sócio-educativo referindo-me à mesma pessoa.

Numa visão menos abrangente da Mediação sócio-educativa, o Director de Turma considera que a mediação começa a “fazer sentido nas nossas escolas” justificando essa ideia sobretudo a partir do argumento de que hoje há uma maior valorização da participação dos pais na educação. Nesta linha de pensamento, o DT está a associar o sentido de mediação sócio-educativa ao trabalho que realiza com as famílias, considerando, assim, que MSE é um conceito que exige “a estreita relação entre a escola e família, já que se pretende ajudar os alunos quer a nível académico, quer a nível cívico”.

Pensando no trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito do TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), o Licenciado em Ciências da Educação considera que mediação, como sendo “um conceito ambíguo”, pode ser um trabalho desenvolvido por outros elementos da comunidade educativa. Como refere: “a mediação sócio-educativa pode ser muita coisa e por isso muitos outros técnicos podem trabalhar nessa área” como sejam: “psicólogos, animadores, mediadores, professor, presidente da associação de pais.” Aponta como exemplos: a criação de um programa de rádio pelas animadoras sócio-culturais, baseado nos interesses dos alunos; o trabalho desenvolvido pela psicóloga e a intervenção directa com os alunos e as suas famílias em articulação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; e, os programas de voluntariado em parceria com a Universidade do Porto e a Câmara Municipal do Porto. Todas estas actividades são entendidas pelo Licenciado em Ciências da Educação como exemplos de mediação.

Entende, assim, que a “mediação é o acto de conciliar interesses, vontades, desejos e projectos”, visão que tem subjacente uma concepção mais ampla de mediação sócio-educativa, alargada a um trabalho de maior interacção com toda a comunidade educativa.

IV.1.1.2 – Caracterização das práticas de mediação: Traços configuradores do sentido do trabalho de mediação/perfil profissional

Focando-se no trabalho que tem vindo a desenvolver com os alunos da EB2/3, o Licenciado em Ciências da Educação considera que ele resulta de confrontação da comunidade docente com a incapacidade de responder à dimensão *pessoal-emocional* que a escola tem a incumbência de oferecer aos alunos.

Tendo como filosofia de base ao seu trabalho responder à dimensão social do acto de educar, este técnico de educação identifica como suporte da sua intervenção

com os alunos, a criação “de laços de confiança dos alunos com a escola, a responsabilidade entre os alunos”, assim como o “progresso nos resultados académicos” reconhecendo que estes constituem os traços centrais configuradores do sentido da mediação sócio-educativa que desenvolve. Atribui também grande relevância à capitalização dos recursos humanos existentes, no sentido de uma convergência de esforços para objectivos comuns

A opinião do DT quanto ao trabalho desenvolvido por este profissional é a de que ele tem gerado efeitos muito positivos sobretudo na alteração de “hábitos de estudos e comportamento nos alunos”. Reconhece, assim que o trabalho de proximidade com os alunos, desenvolvido numa lógica preceptora, tem desenvolvido nos alunos a tomada de consciência do seu papel na sua própria formação tendo em conta um maior sucesso educativo. Esta visão do D.T. enquadra-se no discurso veiculado pelo projecto educativo de escola do AE no qual se postula como fundamental e imprescindível ao aumento da taxa de sucesso e à diminuição do abandono escolar que o agrupamento “promova uma maior mobilização dos pais e das famílias em torno deste projecto educativo, factor decisivo para elevar a motivação e o consequente desempenho dos alunos”. Esta ideia deixa, pois, antever a importância e a necessidade de um trabalho de maior acompanhamento às crianças, como garante de maior motivação para as actividades escolares, trabalho este que tem vindo a ser assegurado pelo Licenciado em Ciências da Educação.

Neste sentido, este profissional tem procurado estabelecer relações de trabalho colectivo em especial com os directores de turma, partilhando objectivos, estratégias e projectos e discutindo questões fundamentais acerca dos alunos. Nesta dimensão de trabalho conjunto com os professores faz referência a alguns constrangimentos sobretudo os que se relacionam com a dificuldade de ultrapassar alguns estigmas relacionados com as Ciências da Educação, teorias que são encaradas pelos docentes com alguma descrença. Se por um lado, este profissional aponta que este estigma só pode ser desmistificado “trabalhando com a classe docente”, demonstrando que tanto os “teóricos” como os práticos das Ciências da Educação preconizam a ideia de que o facilitismo é inibidor (inimigo) da qualidade da educação/formação, por outro, reconhece ser difícil a outros técnicos trabalhar com os docentes pois considera que esta “é extremamente conservadora e preconceituosa em relação a todas as classes profissionais”. Em relação a este aspecto, o DT admite que embora alguns professores

tenham reagido bem à figura do mediador sócio-educativo e reconheçam muito o seu trabalho, outros professores “vêem esta figura com reticências”.

No que se refere as *mais-valias* que podem resultar da intervenção do Licenciado Ciências da Educação este reconhece que o seu trabalho tem tido repercussões directas mais ao nível dos alunos do que dos professores. Assegura, assim, que a criação da figura de *alunos tutores* fez melhorar o desempenho académico dos alunos, melhorando as notas, aumentou o seu sentido de responsabilização, alterando, comportamentos, e revelou-se, sobretudo, numa maior maturidade, aspectos que, em sua opinião, os próprios professores reconheceram. Ao mesmo tempo, considera que alunos mais novos, do 5º e 6º ano, (os alunos tutorados) também melhoraram as notas fazendo associar este facto ao apoio que tiveram. Do seu ponto de vista o que estes alunos precisam é de quem os consiga motivar “a estudar e organizar o seu tempo de estudo”.

Este é também o ponto de vista do DT que ao referir-se ao trabalho do mediador sócio-educativo o valoriza, reconhecendo que ele vem desenvolvendo actividades que “na maior parte dos casos, ajudam os alunos a nível académico, social e familiar”.

Por outro lado também, o mediador enfatiza a componente social-afectiva do seu trabalho que se manifestou por um acompanhamento individual dos alunos e por uma atenção permanente aos seus interesses e dificuldade, nomeadamente de ordem académica. Reconhece que o sucesso que os alunos tiveram ao nível dos resultados escolares resultam, em grande parte, deste trabalho continuado de atenção ao desempenho académico, aos “comportamentos, marcar horas de estudo e “*dar lições de moral*”. Em sua perspectiva esta atenção aos alunos é fundamental pois estes consideram que alguém “cuida deles” estando atento aos seus problemas: “os alunos sentem que os ouço e lhes dou sempre a oportunidade de falarem por eles próprios”. Considera que esta dimensão afectivo-relacional tem contribuído para atenuar a relação formal e assimétrica que existe entre os professores e alunos, conseguindo “preencher um espaço vazio”.

O facto de focar também a sua intervenção na atenção aos problemas dos alunos, levou a que estes o passassem a procurar para pedir ajuda para a resolução dos seus problemas. Acredita que isto resultou do espaço que lhes dava para falarem de si: “eu deixava-os falar e ouvia-os e procurava saber dos problemas deles e compreender a visão deles... eu era um ‘bocado mais amigo’...mas, acima de tudo, pretendia que eles tivessem bons resultados.”

No seu trabalho considera que foi fundamental a articulação que procurou estabelecer com os professores, particularmente com os DT mantendo com eles uma constante troca de informações sobre o conjunto diversificado de actividades que ia desenvolvendo com os alunos contribuindo, do seu ponto de vista, para dar sentido “a algumas actividades que se fazem na escola”. Refere ainda que “a escola percebeu que os alunos (...) podem melhorar o seu rendimento”.

Ainda no diz respeito à identificação de efeitos concretos do seu trabalho o Licenciado em Ciências da Educação aponta, sobretudo, a melhoria dos resultados escolares dos alunos levando a diminuir o número de alunos em risco de reprovar. Considera que tal aconteceu porque incutiu um sentido de responsabilidade a todos os alunos (tutores e tutorados) e ajudando-os também a ter hábitos de estudo, aspecto que como refere “é algo nada normal nesta escola ... e agora os alunos passaram a ficar pelo menos mais 45 minutos depois das horas de aulas um dia por semana”.

Neste enquadramento, considera que a inserção de outros profissionais na escola é muito importante para apoiar os professores em outras dimensões, uma vez que estes estão mais preocupados “em dar a matéria”. Considera, assim, que a escola e os professores precisam de outros profissionais – psicólogos, Licenciados em ciências da educação, animadores socioculturais – de forma a facilitar a construção de uma “rede de intervenção que actue nos resultados académicos, nos comportamentos institucionais, nas relações da escola com a família, nas relações da escola com a comunidade” tendo sempre em atenção que se a escola tem uma responsabilidade social de contribuir para o bem comum da sociedade.

IV.1.1.3 Sentidos que o “mediador sócio-educativo” atribui ao seu trabalho na “vida da escola”

Em relação ao sentido que o “mediador sócio-educativo” atribui ao seu trabalho na vida da escola se, por um lado, considera que os professores da escola reagiram de forma positiva, por outro, reconhece que há ainda muito caminho a percorrer, apesar de os professores terem proposto um voto de louvar no Conselho Pedagógico e de registarem nas actas de reuniões de direcções de turma uma avaliação muito positiva sobre a sua intervenção.

Quanto às solicitações que lhe são feitas pelos professores, alude que a mais frequente foi para “falar com os alunos mais problemáticos” porque sentem dificuldade

em responder a situações – problema. A este propósito refere: “quando a coisa corre mal, quando há algum aluno que se porta mal, algum aluno que eles não conseguem agarrar, algum aluno que está constantemente a ter más notas ou a ir para a rua todos os dias”, os professores recorrem a ele e a outros profissionais, por exemplo, a psicóloga, para a resolução destes problemas.

Ao mesmo tempo, sempre que foram desenvolvidas outras actividades que faziam parte do Plano de Actividades tais como: *pedi paper*, *visitas culturais*, *actividades lúdicas e sessões de estudo*, a sua participação foi sempre solicitada pelos professores.

No desenvolvimento do seu trabalho procurou a existência de uma articulação com o Projecto Educativo de Agrupamento. Se um dos objectivos deste Projecto é melhorar o sucesso académico considerou, então, que na sua intervenção com os alunos esta teria de ser uma dimensão prioritária. Por isso, desde o primeiro momento que contemplou como objectivo prioritário do seu projecto de intervenção “recuperar os alunos que no 1º período estavam em situação de reprovar de ano... em estreita articulação com o principal objectivo do Projecto Educativo (PE)”.

Apesar disso, o seu trabalho é apenas planificado por si ainda que, como refere, procure dialogar “regularmente com os directores de turma e ajustar as minhas ideias à disponibilidade e experiência deles”. Considera que esta capacidade de estar aberto ao diálogo e às sugestões dos DT faculta a forma como planeia a seu trabalho de forma “a haver articulação e a estabelecer possíveis colaborações” e, ao mesmo tempo, “a não perturbar as suas rotinas”.

IV.1.1.3.1 Domínio em que considera justificar-se a intervenção de um mediador sócio-educativo

O Licenciado em Ciências da Educação reconhece que “a escola e tudo quanto ela envolve” é, por excelência, o espaço privilegiado para a intervenção de um mediador sócio-educativo. Defende que seja feita “mediação entre o corpo docente e os órgãos de gestão” na medida em que considera que é algo que não acontece na escola em estudo. Em sua opinião existe “uma tensão latente” entre o corpo docente e os órgãos de gestão que adultera qualquer tipo de trabalho diário que se pretenda fazer com os alunos. Ou seja, sustenta a ideia da importância de se implementarem práticas de “mediação no sentido de se procurarem objectivos comuns e procurarem conciliar acções”. Este seu

argumento relaciona-se com o facto de considerar que existe uma lacuna na escola assente na falta de “comunicação entre os vários departamentos, entre os vários profissionais, ... entre toda a gente”. Sustenta, por isso, a ideia de que existindo um trabalho de mediação entre os diferentes departamentos, a escola talvez “funcionasse melhor”.

IV.1.1.3.2 Fragilidades das práticas de mediação

A este nível, o Licenciado em Ciências da Educação situa a relação entre a escola e as famílias dos alunos como um foco em que considera que a mediação não está a ser feita. Considera que as famílias não são representadas pela Associação de Pais, os Serviços de Psicologia só chamam os pais quando é necessário encaminhar o aluno para cursos profissionais, os directores de turma só chamam os pais à escola quando os têm de informar sobre aspectos negativos ou seja, no seu entender, “não há qualquer tipo de trabalho em termos consistentes com as famílias”. Embora reconheça que a escola tem desenvolvido algumas actividades para convidar os pais a visitar a escola, reconhece também que existem muitas dificuldades em trazer as famílias às escolas. Todavia, considera que a este nível se poderiam desenvolver práticas de mediação que fomentassem a aproximação das famílias à escola.

Constitui também, em sua opinião, uma fragilidade o facto de não haver uma cultura profissional colaborativa entre todos os profissionais que trabalham na escola o que constitui um obstáculo à realização de um trabalho concertado entre todos, em prol dos alunos. Dito de outro modo, considera que existe uma cultura composta por grupos e serviços separados e, por vezes, competitivos, lutando por posições e por supremacia, com poucas relações entre si. Ou seja, na sua perspectiva “não é apenas a mediação sócio-educativo que pode ser melhorada, mas também a competência das pessoas e mesmo o ambiente institucional”. É neste seu raciocínio que acredita que o ambiente institucional se reflecte no desempenho académico dos alunos, considerando que estes se “apercebem das tensões entre AP, professores, funcionários, etc.”. Vai ainda mais longe argumentando que é impraticável “transmitir-se uma moral aos alunos, é impossível fazer uma educação baseada em valores” quando na instituição estes não são visivelmente praticados. Considera que a falta de uma liderança forte é também uma fragilidade no trabalho de mediação pois, sem ela, não será possível estabelecer as articulações necessárias para uma intervenção educativa de qualidade, susceptível de

motivar os alunos para a escola e de os fazer gostar de aprender para que possam ter sucesso educativo.

Em síntese, defende que a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas e nos agrupamentos, assim como de outros profissionais, professores e funcionários, justifica-se “sempre que acreditemos que a escola pode compensar a sociedade”. Nas suas palavras a existência de mediadores sócio-educativos, assim como de outros profissionais, só se justifica “quando acreditarmos que a escola pode ser um trampolim social para os alunos”. É na base desta crença que assenta toda a sua intervenção.

IV.1.1.3.3 – Perfil de mediador sócio-educativo

Tendo em conta o que já foi referido nos pontos anteriores, para o Licenciado em Ciências da Educação, a existência nas escolas de outros profissionais, não professores, seria uma mais-valia quer para os alunos, quer para os professores, defendendo neste contexto, um trabalho em rede, ou como refere mesmo uma “rede de intervenção”¹⁹. No entender deste profissional, a existência de outros técnicos das áreas das ciências sociais, entre os quais os Licenciados em Ciências da Educação, traz novos olhares e novas dinâmicas às escolas que contribuem para uma visão da intervenção educativa muito para além da componente lectiva/instrutiva, podendo responder a dimensões educacionais a que os professores não conseguem.

Entende, portanto, que o perfil do mediador sócio-educativo, além da formação académica, deve ser o de um profissional com as seguintes características: “Pró-activo, empenhado, negociador/conciliador, responsável... no sentido pleno da palavra” e, ao mesmo tempo, “um militante que acredita que a escola pode compensar a sociedade”.

Em síntese e tendo por alusão o trabalho que tem desenvolvido considera que é necessário criar um conjunto de condições, tais como: mais elementos da escola, nomeadamente professores, a participarem no projecto de MSE; haver um acompanhamento mais próximo dos alunos; haver espaço para receber os alunos em privacidade e meios para desenvolver mais actividades com os alunos. Considera ainda que é necessário que a escola deixe de ser uma “escola de projectos” avulso é necessário que os profissionais da escola se envolvam e dêem sentido aos projectos a que aderem e

¹⁹ A este respeito também o DT considera o trabalho de um mediador sócio-educativo uma mais-valia para o contexto educativo, argumentando que “a sua formação e experiência diversa da dos professores”, contribuiria para a melhoria da qualidade dos processos educativos.

definam objectivos comuns que possam por todos ser trabalhados, isto porque defende que “mais importante do que aderir a projectos é preciso que os projectos sejam comuns a toda a gente para poderem ser vividos por todos no sentido de trazerem mais-valias às aprendizagens dos alunos”. Em sua opinião, o mediador sócio-educativo pode ter um papel central na construção de diálogos e no estabelecimento de pontes entre actores e projectos. Mas, para isso tem de ter competências de “escuta, comunicação, dinamismo, receptividade e responsabilidade.”

IV.1.2 – O olhar do “Gestor”

IV.1.2.1 – Concepção de mediação sócio-educativa

No que diz respeito a esta categoria, o elemento do órgão de gestão (EOG) da escola entende a mediação sócio-educativa como “sinónimo de diálogo”. Diálogo este que deve ser facilitado por um terceiro, um mediador, com determinado perfil, de modo a aproximar duas partes que estão em conflito, vendo, assim, a mediação como uma prática inclusiva. No entanto, considera que a mediação não se esgota no trabalho de resolução de conflitos mas amplia-se a outras iniciativas que no caso concreto do agrupamento visam ajudar os alunos não só a melhorar o rendimento e aproveitamento escolar, mas também a mudar as suas percepções sobre a escola. Na concepção de mediação que subscreve dá relevo ao estabelecimento de parcerias entre a escola e a comunidade educativa mais ampla, trabalho que considera justificar a presença de mediadores sócio-educativos nas escolas. Em síntese, defende uma concepção de mediação assente no estabelecimento de redes de comunicação e de diálogo entre diferentes actores envolvidos numa mesma situação. No caso concreto do Agrupamento, tal implica, por um lado, um trabalho interno, com os professores e com os alunos, em que o mediador será um “interlocutor privilegiado entre os directores de turma, professores” e alunos, tendo em conta a promoção do diálogo, a partilha de ideias e a troca de informações, com o objectivo último de melhorar o sucesso educativo dos alunos. Relembra, a este propósito, a importância do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Agrupamento, no âmbito da mediação sócio-educativa considerando que ele trouxe “melhorias e inovação quer para os docentes, quer para a escola”. A introdução da figura do aluno tutor em substituição da de professor tutor é por si referenciada como um bom exemplo que traduz o sentido de mediação associado ao trabalho de diálogo e de colaboração entre alunos e professores e, neste caso concreto,

entre alunos. Considera que, a este nível, foi feito “um trabalho inovador”. A figura do aluno tutor é assumida por alunos que estão em fase de terminar o 3º ciclo e “que servem de referência, não só em termos académicos, mas também em termos de valores” aos alunos mais novos que estão a iniciar o 2º ciclo de escolaridade ou na fase de transição do 2º para o 3º ciclo. No entender do Gestor, a inovação encontra-se no facto de esta população escolar ser constituída por “alunos que têm uma grande dificuldade na orientação do seu estudo”, passando, com esta experiência, a encarar a escola com mais entusiasmo e a gerirem melhor as tarefas escolares.

Por outro lado, implica uma atenção ao contexto social e familiar envolvente criando estratégias que favorecem uma aproximação da escola ao meio e às famílias. Para si, o trabalho com as famílias é importante sobretudo porque a maior parte não valoriza a escola. Defende, por isso, um trabalho de mediação que incorpore esta dimensão de apoio à família e que fomente a articulação entre os parceiros locais que interagem com a escola.

IV.1.2.2 – Caracterização das práticas de mediação

Focando a atenção nas práticas de mediação desenvolvidas no Agrupamento, o entrevistado releva a importância do trabalho realizado pelo Licenciado em Ciências da Educação, nomeadamente o trabalho de articulação com a comunidade escolar: o Conselho Executivo, os Directores de Turma, e alguns Professores e alunos. Conforme refere, foi no âmbito deste trabalho que procurou “identificar os alunos com mais dificuldades e os alunos com perfil para ajudar os mais novos”, criando, assim, a figura de aluno tutor. Na opinião deste responsável, a institucionalização desta figura só foi possível pela criação, pelo Licenciado em Ciências da Educação, do Gabinete de Acção de Preceptores (GAP) e que teve como grandes objectivos: “melhorar o desempenho académico dos alunos e prevenir a indisciplina escolar” e “responder ao problema do insucesso e do abandono escolar”. Para este gestor, este trabalho traduziu-se numa melhoria significativa dos resultados académicos a curto prazo. Para fundamentar a sua opinião baseia-se em dados, recolhidos após a implementação destas práticas e que revelam que “dos 69 alunos que participaram no projecto 61 melhoraram os seus resultados e apenas 10 reprovaram o ano”. A par destes aspectos salienta também o facto de os alunos terem melhorado significativamente o tempo de estudo: “registaram-

se 486 horas de estudo entre os alunos preceptores e os alunos acompanhados” o que, de certa forma, evidencia a participação e o envolvimento dos alunos nas tarefas escolares.

Evoca também o trabalho desenvolvido por um grupo de estagiárias da Licenciatura em Animação Sociocultural, especificamente, o projecto a *Rádio* onde eram desenvolvidas “actividades lúdicas” e de cariz formativo, e que permitiu também que os alunos se envolvessem em outras actividades da escola, “faltassem menos e viessem atempadamente para a escola”.

O gestor releva também a envolvimento do profissional de mediação neste projecto, destacando, assim, o seu papel na comunicação entre os vários actores do agrupamento conseguindo “ser um elo de ligação muito interessante entre os interesses dos alunos e os interesses dos professores e outros técnicos”. Valorizando muito as práticas de mediação desenvolvidas pelo Licenciado em Ciências da Educação, considera que o trabalho que este técnico realizou foi essencial para levar os alunos a responder às expectativas dos professores e dos Directores de Turma, obtendo resultados positivos num curto espaço de tempo: “conseguiu motivar alunos, conseguiu que alunos que tinham muitas negativas deixassem de ter”. Ou seja, verificou-se que os alunos envolvidos passaram a encarar a “escola de outra forma”, reconhecendo que “aprendendo e investindo conseguem alguma coisa”.

Continuando a analisar o trabalho realizado pelo mediador refere ainda a apreciação positiva feita pelo Conselho Pedagógico sobretudo no que respeita ao trabalho de aproximação das famílias à escola. Salienta, neste domínio, a parceria estabelecida entre o Agrupamento e a Universidade do Porto, mediada pelo Licenciado em Ciências da Educação, para a atribuição de “bolsas para a Universidade Júnior aos alunos com bom desempenho académico”, facto que no final do ano se veio a concretizar com a atribuição de bolsas a um grupo de alunos. Esta iniciativa foi do agrado dos pais que reconheceram nela que a escola estava a inovar as suas práticas: “os pais ficaram encantados, notaram que realmente algo aqui está a mudar”.

Para significar o modo como a escola valorizou o trabalho deste técnico, o gestor evidencia que no final do ano lectivo, “na penúltima reunião do Conselho Pedagógico, houve uma menção” ao Licenciado em Ciências da Educação e ao trabalho por ele desenvolvido. Refere, ainda, que “todos os professores da escola são unânimes em dizer que realmente o trabalho é importante” para a escola e para os professores, mas, sobretudo, para os alunos.

Em síntese, considera que todo o trabalho de mediação desenvolvido foi essencialmente no sentido de levar os alunos a construir uma outra imagem da escola: “os alunos encaram a escola de outra forma” e tal deve-se ao sentido de responsabilização dos alunos, que com eles foi trabalhado pelo mediador, relativamente ao estudo e às matérias a estudar. Refere, a título de exemplo, a organização do caderno diário que “muitos deles ou não tinham ou não traziam”. Por outro lado, e em relação à indisciplina considera que o facto de os alunos tutores, mais velhos, serem responsáveis pelos mais novos, fez com que “estes reconhecessem que aprendem com os mais velhos” e aprendessem a respeitar o outro. Este trabalho, como já foi referido, teve efeitos visíveis nos resultados escolares, e no comportamento “logo no segundo período lectivo e manteve-se no terceiro” uma vez que “mais de metade de alunos estavam em risco de retenção e se verificou que 80 % dos alunos transitaram de ano”.

IV.1.2.3 – Entre o realizado e o desejável.

Ao focar-se nas práticas de mediação o entrevistado reportou-se à sua experiência profissional em diferentes agrupamentos e, de modo particular, à experiência no âmbito da recente medida TEIP II. Nesta sua incursão, para além das práticas já mencionadas, indica outros contextos e domínios onde considera ser desejável um trabalho de mediação sócio-educativa.

Assim, reconhecendo que a mediação de conflitos é uma prática a ter em conta, considera que outras práticas de mediação terão que ser desenvolvidas no sentido de incorporar respostas para problemas situados a montante da escola mas que interferem no seu interior, como sejam “os contextos familiares de violência física e emocional em que vivem muitos dos alunos” e a “desprotecção social a que estão sujeitos”. Nesta sua alegação, com a qual estou de acordo, está a ter em consideração uma concepção de mediação que não se confina ao trabalho no interior da escola e que, como defende, se deve ampliar a um trabalho em parceria com todos os agentes locais com responsabilidades na educação, de entre os quais a família. A família é um contexto onde considera ser desejável um trabalho de mediação, sobretudo em áreas como a alimentação e hábitos de higiene. Como refere, “verifica-se que muitos vêm para a escola sem tomarem o pequeno-almoço” o que se traduz em falta de motivação e de concentração do aluno durante o período de aulas e do estudo. No seu entender “não se pode exigir bons resultados e bom desempenho quando há coisas que falham a montante, quando a questão é das famílias e da própria alimentação” e outras questões

que estão implícitas como as “de saúde e higiene pessoal”. Neste sentido, entende que o trabalho com as famílias não se pode limitar a trazer os pais à escola focando-se esse trabalho em aspectos relacionados apenas com as aprendizagens e resultados escolares, mas, sim, ampliar-se a um trabalho de formação que ajude os pais a melhor orientarem a alimentação, a saúde e os cuidados de higiene dos seus filhos, detectando, por exemplo, atempadamente se os alunos “tem déficits alimentares, de higiene e de saúde para podermos ajudar a resolver determinados problemas”. No que diz respeito as questões de alimentação, higiene e saúde, considera ser importante desenvolver um trabalho com as famílias no sentido de colmatar carências de informação, e mesmo monetárias, em torno destas questões. Aponta exemplos de alunos “que têm uma alimentação desequilibrada”, e de alunos que tem problemas de visão e que não têm meios para comprar óculos, evocando também aqui a importância de estabelecimento de parcerias com instituições “no sentido de criarmos condições para que os alunos tenham acesso, por exemplo, a um “par de óculos”.

Ainda neste domínio de trabalho com as famílias refere ser desejável que o mediador desenvolva um trabalho com as famílias no sentido de estas valorizarem “a escola e o seu papel”. Neste sentido, o retorno à escola de alguns pais no âmbito do Programa Novas Oportunidades (PNO) é já um bom sinal que está a ser reconhecido por eles, que consideram ter agora a possibilidade de concluir a sua formação escolar, e constitui também um bom exemplo para os filhos na medida em que valorizam o saber escolar.

Um outro enfoque onde considera desejável haver um trabalho de mediação diz respeito à melhoria das relações entre as diferentes escolas e os profissionais do agrupamento. Considera, portanto, ser necessário desenvolver práticas que estabeleçam o diálogo e fomentem a comunicação entre as diferentes escolas, admitindo que mesmo “a nível do TEIP estamos a sentir falta de comunicação”.

Trabalhar sobre a desmistificação da (má) imagem da escola é também um domínio apontado como desejável para intervenção do mediador. Considera o entrevistado que é necessário criar estratégias e, no caso concreto do agrupamento, dar continuidade a algumas iniciativas já em curso, que façam aproximar mais a escola da comunidade envolvente no sentido não perderem alunos para outras escolas. Neste sentido, considera importantes as “Actividades de Transição levadas a cabo pela equipa do TEIP para que os alunos se sintam integrados e que conheçam o contexto da EB2/3”, antes mesmo de o terem de frequentar. Reforça de novo, aqui, a importância do

estabelecimento de parcerias entendendo ser este um domínio onde o mediador pode intervir por excelência. Considera, portanto, que as parcerias e protocolos com outras instituições com responsabilidade educativa, o Poder Local, a Direcção Regional de Educação, os Serviços Sócios de Saúde, e ainda Empresas Privadas, são mais-valias que a escola não pode deixar de usufruir, no sentido de oferecer aos alunos “mais condições” para que estes tenham sucesso educativo. Ao mesmo tempo, que ajuda a escola a ter “outra imagem” que não a imagem de uma escola problemática.

No seu entender, afirma que as praticas de mediação podem ser melhoradas sobretudo se forem quebradas algumas “resistências a este nova vaga de técnicos que este ano surgiu com o TEIP” e fazer com que todos os actores educativos participem de forma cooperativa de modo a “interligarem as suas actividades entre todos”.

Do ponto de vista de algumas práticas em curso o gestor considera desejável a continuidade do trabalho desenvolvido com os alunos, através da figura do aluno tutor, pois reconhece que foi uma experiência com muito êxito e que os alunos precisam muito de serem orientados quer “a nível de organização das tarefas escolares e do tempo de estudo, quer na resolução de problemas imediatos de nível escolar”. Em sua perspectiva a intervenção directa com os alunos é, por excelência, um domínio onde considera ser imprescindível existir um trabalho de mediação como meio de atenuar o insucesso escolar. No seu entender, o sucesso educativo pode ser efectivo quando se desenvolvam práticas capazes de promover a integração dos alunos na vida escolar, de fazer com que eles se sintam bem na escola, que tenham sucesso escolar, que se registe um mínimo de indisciplina possível. Em síntese, é no trabalho directo com os jovens que considera justificar-se muito a intervenção do mediador sócio-educativo num Agrupamento.

IV. 1.2.3.4 Perfil de mediador

Como foi argumentado ao longo da entrevista, a capacidade de estabelecer diálogo é para o gestor uma competência essencial para a realização de um trabalho de mediação. Entende, assim, que o diálogo é a estratégia que melhor permitirá reduzir os conflitos, as hostilidades e as agressões, em contexto escolar. Nesse contexto, defende também que o mediador deverá manter uma postura “equidistante da situação”, ajudando, de forma muito *diplomata*, os intervenientes na situação a encontrar respostas para essa mesma situação”.

Continuando a evocar razões que justificam a existência de mediadores nas escolas este elemento do OG refere que o papel do professor mudou nos últimos anos, com novas exigências a vários níveis, e que de certa forma a principal função do professor “que é ensinar e formar o aluno” foi acrescida de outras funções, intensificando e complexificando muito o seu trabalho. Neste sentido conclui que o professor não é o profissional mais indicado para desenvolver actividades de mediação, considerando que este trabalho deve ser assegurado por outros técnicos especializados: “Licenciados em Ciências da Educação, Psicólogos, Animação Sociocultural, ...”. Embora reconheça que “o director de turma é um mediador por natureza” entre alunos, professores, lembra, contudo, a impossibilidade de este, sozinho, não ser capaz de responder a todas as solicitações”. Defende, por isso, a integração, a tempo inteiro, de técnicos da área das Ciências da Educação que, em articulação e complementaridade com o DT, possam dar continuidade ao trabalho de modo a que se produzam os efeitos que se desejam.

Constrói a sua argumentação tendo por base o trabalho desenvolvido pelo Licenciado em Ciências da Educação considerando que tem o perfil adequado para um trabalho de mediação sócio-educativa pois tem revelado conhecimentos de saber fazer e de actuar perante o contexto muito específico do agrupamento. Ao mesmo tempo, refere o facto de este técnico ser coadjuvado por outros profissionais “as Animadoras Socioculturais”, que fazem parte da equipa do TEIP e que fazem “um trabalho mais efectivo com as famílias” e que de certa forma completam o trabalho que o profissional de mediação tem vindo a desenvolver.

Focando-se nas características que deve ter um/a mediador/a sócio-educativo realça as seguintes: capacidade de trabalhar em grupo, capacidade de escuta, ser reflexivo sobre as suas práticas, capacidade de estabelecer diálogo e de ter respeito pela diferença.

Em síntese, tem de ser “acima de tudo ser uma pessoa sociável”, porque terá que trabalhar com uma heterogeneidade de culturas o que obriga “adequar-se a todo o tipo de pessoas”. É tendo em conta este pensamento, que considera que o mediador sócio-educativo, para além das características enunciadas, que terá de ser alguém com formação em Ciências da Educação, alguém que tenha conhecimentos sobre a escola, e as suas estruturas de funcionamento, e sobre currículo. Isto porque, no seu entender, o mediador coopera com o DT nas práticas de mediação, não se trata de “retirar funções, nem de substituir o Director de Turma, mas sim, de trabalhar com...”. Ao mesmo tempo, terá que estabelecer dialogo, partilhar informação e cooperar com outros

profissionais da educação: “direcção de escola, directores de turma, os professores da turma e outros técnicos”, no sentido de se apropriar da realidade, e de conhecer os problemas para melhor ajudar a resolvê-los.

IV.1.3 – O olhar do Representante da Associação de Pais

IV.1.3.1 – Concepção de mediação

No que diz respeito à concepção de MSE, o Representante dos Pais (RP), revela desconhecimento sobre o significado de mediação e também sobre o que pode ser um trabalho de mediação em contexto escolar, embora tenha conhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito no Agrupamento, mais especificamente na EB2/3, pelo Licenciado em Ciências da Educação.

IV.1.3.2 – Caracterização das práticas de mediação

O RP considera que o Licenciado em Ciências da Educação tem desenvolvido “um bom trabalho na escola.” Reconhece que as iniciativas que teve, e as actividades que desenvolveu, contribuíram para melhorar as relações afectivas com os alunos, pois como descreve: “a nossa escola tinha esta lacuna que é o relacionamento humano”. Valoriza, por isso, o este trabalho de maior proximidade com os alunos na medida em que, como refere, existem “os casos mais díspares que se possa imaginar, há crianças aqui com lacunas de vária ordem” e que este profissional tem vindo a dar resposta.

No que diz respeito, ao modo como os professores e famílias dos alunos estão a reagir ao trabalho desenvolvido pelo mediador, o RP assegura que tanto os professores como as famílias, “estão a reagir muito bem”. Em relação aos professores o RP afirma que o prático tem um bom relacionamento “com os professores,” sendo este um aspecto que, em sua opinião, reflecte o sentido do seu trabalho no agrupamento, e se reflecte no seu trabalho “fazendo com que seja facilitado”.

Releva também as práticas de mediação que o Licenciado em Ciências da Educação tem desenvolvido com as famílias, considerando que tem sido dada particular atenção às famílias “dos alunos que mais precisam de apoio educativo.” Revela ainda que os “encarregados de educação estão a gostar do trabalho dele”, considerando que os seus educandos estão a “ter melhor aproveitamento escolar”.

Em sua opinião as mais-valias que estas práticas de mediação têm trazido são fundamentalmente ao nível do “acompanhamento” do aluno, o que se repercute no

trabalho dos professores e na relação com as famílias. Se no início da implementação destas praticas havia alguma resistência e alguma desconfiança, por parte de alguns Encarregados de Educação e até dos alunos, esta foi rapidamente dissipada. Nesta fase, o trabalho desenvolvido pelo mediador tem tido o aval de todos os encarregados de educação. Para este reconhecimento tem contribuído também o facto de essas actividades serem desenvolvidas dentro do horário escolar do aluno, e também o facto de o mediador ter sempre uma abertura total para com os alunos e professores e encarregados de educação.

Como efeito mais relevante deste trabalho de mediação, o RP aponta “o empenho e a relação que os alunos têm vindo estabelecer com a cultura escolar”, e que se tem reflectido nos resultados escolares dos mesmos. No seu entender, os alunos são tratado “numa relação, de amizade... numa relação mais humana” que tem sido uma mais-valia para estes melhorarem o seu desempenho escolar, circunstância pela qual considera imprescindível a continuidade deste trabalho.

Reportando-se à medida TEIP II, o RP considera ser necessário que a Escola saiba aproveitar esta medida para conseguir “abrir as fronteiras à comunidade” e estabelecer parcerias com “outras entidades e parceiros,” que constituam uma mais-valia para a comunidade escolar tendo em conta a diversidade sociocultural e económica dos alunos e as suas carências de vária ordem. Nesta linha de ideias sustenta a importância de estas práticas, que considera serem “um excelente trabalho com os alunos,” serem não só desenvolvidas pelo mediador, mas também resultarem num trabalho colaborativo com outros elementos da equipa do projecto TEIP que dinamizam outras actividades.

Considera haver domínios nos quais se justifica mais a intervenção da mediação sócio-educativa, nomeadamente no estabelecimento de protocolos com entidades ligadas ao sector da saúde no sentido possibilitar a toda a “comunidade educativa realizarem rastreios de várias índoles. Deveria haver estas equipas de mediação”

Em relação a outros domínios, onde se justifiquem práticas de mediação, aponta a necessidade de trazer a comunidade local e os pais à escola. No seu entender, a comunidade “não conhece a escola”, pelo que as actividades de MSE deveriam mais abrangentes e envolver mais as famílias, no sentido de as levar a valorizar e a reconhecer o papel da escola. Ao mesmo tempo defende a criação de equipas de técnicos/voluntários capazes de assegurar a mediação, entre as famílias /comunidade educativa e a escola.

Defende uma continuidade das práticas desenvolvidas, sempre numa perspectiva de complementaridade ao trabalho dos professores. Entre outras actividades menciona o facto das visitas de estudo a outras instituições educativas e a outros contextos constituírem momentos de aprendizagens para os alunos, “eles apreendem sempre qualquer coisa”.

Ao mesmo tempo, defende, a necessidade de actividade que permitam aos alunos partilhar experiências, aprendizagens e saberes onde eles possam assumir mais responsabilidades, nomeadamente na organização de sessões com outras escolas.

Em síntese, considera que a existência de mediadores sócio-educativo na escola se justifica pelos resultados obtidos. Defende que a escola não pode viver de porta fechada, pelo que deveria haver profissionais de mediação que fizessem este trabalho de ligação” com a comunidade educativa envolvente. Refere que é necessário revelar à comunidade, os recursos e as mais-valias do agrupamento e da escola sede, isto porque existe um estigma em relação à escola, nas suas palavras, “existe a ideia que a Escola é má”.

Considerando que “a escola internamente funciona relativamente bem”, reconhece, contudo, ser necessário divulgá-la mais junto da comunidade mais ampla. Como refere: “eu gostava que o trabalho feito aqui fosse divulgado fora de portas, fosse mostrado.” Nesta linha de ideias, entende que se deveria estender as práticas de mediação da escola para a comunidade, de forma a demonstrar que a escola tem bons alunos, bons professores, bons profissionais, (a equipa do TEIP). Por outro lado, considera que as equipas de mediação poderiam articular-se com outras instituições, de forma a proporcionar experiências que contribuam para novas aprendizagem por parte dos alunos.

IV.1.3.3 – Perfil de mediador sócio-educativo

A existência na escola de profissionais não professores, nomeadamente, mediadores sócio-educativos, é, pelo RP, considerada imprescindível. Se por um lado considera positivo e fundamental a mediação entre a cultura escolar e a cultura de origem dos alunos, na medida em que os alunos melhoraram o seu desempenho escolar, por outro lado, argumenta que os professores são ajudados na sua tarefa de ensinar uma vez que estes técnicos os libertam de outras actividades.,

Focando-se no perfil de mediador evidencia como principal característica a capacidade de diálogo com os professores, com os alunos, famílias e outros parceiros educativos no sentido de apoiar a escola na concretização dos seus objectivos educacionais.

Em relação aos profissionais mais vocacionados para desenvolverem a mediação sócio-educativa, o RP considera “ que a escola precisa de outros elementos, para além dos professores na área da Psicologia, da Animação Cultural e das Ciências da Educação”, isto é, na área das ciências humanas.

No seu entender terá que ser um profissional com um profundo conhecimento na área das ciências sociais e humanas, isto porque os alunos do AE têm “carências de várias ordens, carências afectivas, entre outras”, podendo os mediadores sócio-educativos “fazer esta ligação à família”. Sustenta esta ideia, considerando que “grande parte de professores não conhece bem a realidade” e não tem disponibilidade para desenvolver estas práticas de mediação e considera que o Licenciado em Ciências da Educação será alguém que poderá desempenhar muito bem essas actividades. Relativamente a este aspecto, o RP considera que uma das características do perfil deste profissional será ter competências sociais e de bom relacionamento interpessoal, que permitam assegurar a mediação entre os vários actores.

Defende, em síntese, que deverá ser alguém com conhecimentos profundos sobre o sistema educativo, a escola, as suas características e lacunas, capaz de estabelecer “a relação escola / encarregado de educação / comunidade educativa. No que respeita ao trabalho com os alunos, considera que o mediador socioeducativo terá que ser alguém com determinados valores éticos e morais, para estabelecer “uma relação mais humana”.

IV.1.3.4 – Entrecruzando pontos de vista – “Actores de terreno”

Neste ponto do trabalho, e como enunciei na introdução geral ao capítulo, proponho-me fazer uma síntese dos discursos dos diferentes entrevistados e que designei de *actores de terreno*, do *gestor* e do *representante de pais*. Neste exercício de cruzamento dos discursos, procuro apontar algumas convergências e/ou divergências neles existentes e que permitam elucidar os pontos de vista dos diferentes entrevistados relativamente às *concepções de mediação, práticas e perfil de mediador*, categorias centrais de base à análise dos discursos. (Anexos: 1,2,3 e 4)

Em síntese, passo a sintetizar os discursos analisados. No que diz respeito à concepção de mediação, constato algumas divergências / distanciamentos entre os entrevistados. Se, por um lado, o Licenciado em Ciências da Educação, considera que a finalidade da prática de mediação é conciliar interesses, intenções e acções na persecução de objectivos de projectos que uma equipa educativa, uma comunidade educativa, em interacção com território local, se propõe alcançar. Por sua vez, o elemento do OG coloca o foco da prática de mediação no diálogo e na construção de redes de comunicação e inter-diálogo numa equipa de trabalho. A visão de mediação não é tão ampla, confinando-se ao trabalho inter-equipas no interior da escola. O DT, numa visão ainda menos abrangente, considera a MSE como um trabalho essencialmente focado na relação escola família. O Representante dos Pais revela desconhecimento sobre o sentido do trabalho de mediação sócio-educativa embora elogie o trabalho feito pela equipa TEIP.

Em relação à caracterização das práticas da mediação desenvolvidas no âmbito do projecto TEIP, os discursos são marcados por traços de proximidade sendo a ênfase colocada na qualidade das relações inter-pessoais que foram estabelecidas. Todavia, o Licenciado em Ciências da Educação sustenta a tese de que as práticas de mediação devem dar resposta à dimensão pessoal-emocional dos alunos, por outro lado, e por outro devem instituir-se numa lógica de trabalho em rede que actue a vários níveis: institucionais, processos de trabalho dos professores e entre professores; com os alunos; na relação escola-família e nas relações escola-comunidade; académicos, comportamentais, etc.

Próximo deste entendimento está o discurso do gestor que refere que o diálogo estabelecido entre a comunidade escolar e os interesses dos alunos e profissionais da educação são, por si, considerados práticas de MSE que devem ser valorizadas. Em sua opinião, as actividades extracurriculares e as intervenções directas com os alunos, levadas a cabo pelo GAP e pela Rádio, contribuíram para melhorar o desempenho académico e a responsabilização dos alunos pela sua formação e para aumentar a sua participação na vida escolar. Ao mesmo tempo valoriza as parcerias estabelecidas e a estabelecer com outras instituições no sentido de poder dar resposta a determinados problemas de carácter social da população escolar, visão que é partilhada pelo RP. Este, por sua vez, valoriza as práticas levadas a cabo pelo profissional de mediação sócio-educativa e pelos restantes elementos do projecto, na medida em que, em sua opinião,

contribuíram para melhorar as relações afectivas, o empenho e a relação com a cultura escolar dos alunos.

Em relação ao perfil do mediador o LCE considera importante um conjunto de características que o Mediador deve ter presentes no estabelecimento de diálogos entre actores e projectos que passam pela *escuta, comunicação, dinamismo, receptividade e responsabilidade*. Nesta linha de pensamento o elemento do OG aponta ainda como características fundamentais de um/a mediador/a sócio-educativo/a a *capacidade de trabalhar em grupo, ser reflexivo* sobre as suas práticas, *capacidade de estabelecer diálogo*. No mesmo sentido, o RP considera que para além das *competências sociais e de relacionamento interpessoal* é necessário que o/a mediador/a pautar a sua acção por um conjunto de *valores éticos e morais* para poder estabelecer “relações mais humanas”. Distanciando-se destes entendimentos, o DT valoriza a formação académica nas áreas das Ciências da Educação e o conhecimento *das dinâmicas escolares*.

IV.2. - O ponto de vista de teóricos²⁰ das Ciências da Educação

Este ponto sistematiza a visão de “teóricos” das Ciências da Educação que têm produzido reflexão no campo da mediação sócio-educativa. À semelhança do procedimento seguido para a análise dos discursos dos restantes entrevistados, a análise e interpretação dos discursos destas entrevistadas segue as mesmas categorias: *Concepção de mediação; Caracterização das práticas; Perfil de mediador*. Da leitura dos discursos surgiu uma quarta categoria relativa à produção/reflexão teórica sobre mediação sócio-educativa. Dado tratar-se de duas entrevistadas utilizo a designação “teórica A” e “teórica B” para me referir a cada uma delas. Nesta análise vou cruzando os discursos das entrevistadas situando proximidades e/ou distanciamentos entre eles existentes.

IV.2.1 – Concepção de mediação

Na perspectiva da “teórica A”, o conceito de Mediação sócio-educativa é uma designação muito recente e tem subjacente as transformações sociais, culturais e económicas e que se repercutem no sistema educativo, em geral, e nas escolas em

²⁰ O uso do termo “teórico” (teórica A e B) é por mim utilizado para significar a visão de especialistas, professoras / investigadoras do ensino superior, em Ciências da Educação na área da Mediação sócio-educativa.

particular. Salienta esta entrevistada que a escola, na actualidade, se confronta “com problemas que há uns anos ou não existiam, ou existindo não estavam identificados”. Procurando expressar um entendimento sobre mediação sócio-educativa considera que esta tem sido entendida como uma intervenção focada na gestão de conflitos. Como sustenta: “a mediação é ainda muito percepcionada nesta perspectiva de gerir situações de conflito e/ou de indisciplina entre crianças, jovens, alunos que estão nas Escolas e que causam problemas, e sobre os quais é necessário intervir para os resolver”.

Embora esta investigadora considere importante este domínio de intervenção, o seu posicionamento é o de que a mediação socioeducativa não pode esgotar-se nesta dimensão, isto porque considera que: “a Escola não é uma ilha isolada da sociedade, ...e tem que interagir com o meio social envolvente”. Sustenta, assim, uma concepção de mediação enquanto processo de construção de diálogo e de interfaces entre os diferentes agentes educativos locais, de entre os quais também a escola. Nesta linha de pensamento advoga a mediação não apenas dentro da própria Escola, com os seus professores e com os seus alunos, mas também da Escola com a comunidade. Ou seja, sustenta um sentido mediação sócio-educativa que passe por um trabalho articulado entre todos os elementos da comunidade escolar e desta com a comunidade educativa mais ampla no sentido de se alcançar um projecto comum. Nesta sua argumentação parte da premissa de que a escola, numa lógica de agrupamento, se deve organizar em torno de um Projecto Educativo que dê sentido ao que se ambiciona alcançar para os diferentes ciclos de estudos e, nesse sentido, defende também uma concepção de mediação como dispositivo facilitador da construção dessa articulação entre os diferentes ciclos de formação e de ensino.

Advoga, em síntese, uma concepção de mediação como um meio facilitador da “comunicação e do diálogo entre diferentes agentes e parceiros”, assente em “princípios como o da responsabilidade, colaboração, respeito pela diferença e autonomia” e perseguindo “objectivos concretos que permitam superar problemas, melhorar as relações e transformar as situações e os contextos”. Nesta linha, defende ainda que a mediação “tem de ser orientada no sentido de criação de condições que garantam o sucesso” de todos.

Dito de outro modo, para esta investigadora do campo educacional, a mediação sócio-educativa “é um processo de intervenção de terceiros em contextos educativos, no apoio ao desenvolvimento da relação, da convivência e da participação daqueles que são o seu alvo de acção, na gestão dos seus próprios assuntos e problemas, nomeadamente,

mas não exclusivamente, em situações de conflito”. Neste raciocínio entende os conflitos como oportunidades de transformação e de desenvolvimento das relações e dos sistemas.

Na perspectiva da “teórica B”, a mediação socioeducativa nos agrupamentos verticais de escolas assume cada vez maior pertinência tendo em conta “toda a complexidade relacional que estes comportam, quer no seu interior, e no interior de cada uma das escolas, quer na relação entre estas e a comunidade envolvente, incluindo os pais. Neste sentido sustenta uma concepção de mediação como capacidade de mobilizar relações inter/intra-escola, e entre a escola e a comunidade educativa alargada que potencie o sucesso de todos os alunos, entendimento muito próximo do que foi explicitado pela “teórica A”.

Para melhor explicitar o seu entendimento de mediação sócio-educativa, a “teórica B” destaca, então, um conjunto de domínios onde considera ser central o trabalho de mediação: “ao nível das relações interpessoais, intergrupais; do sucesso educativo e abandono escolar; da coesão e clima de escola agrupamento; da prevenção da violência; da implementação de dinâmicas colaborativas e de participação entre todos, dentro das escolas e na interacção destas com a comunidade”. Este pensamento é em si também convergente com o enfoque colocado pela “teórica A” no trabalho de mediação no combate ao “abandono escolar” e em actividades promotoras de “sucesso educativo”. Para isso, sugere um trabalho de mediação “entre o currículo escolar, as condições de aprendizagem dos alunos e os modos de trabalho pedagógico dos professores sobretudo em contextos em que a população escolar está mais afastada da cultura escolar e revela mais dificuldade em se inserir nas regras dessa cultura escolar”. Sugere ainda que esta mediação tem que ser “mais afectiva, assente em relações mais humanas” procurando levar a cabo uma “articulação entre a cultura de origem das crianças e a cultura escolar” justificando-se em especial “nos primeiros ciclos de estudos e em agrupamentos onde estas questões são mais visíveis”.

IV.2.2 – Caracterização das práticas de mediação sócio-educativa

Em relação à caracterização de práticas que podem ser consideradas de MSE, a “teórica B” sustenta o seu pensamento a partir do trabalho que tem desenvolvido quer através da produção de investigação, quer pela formação que desenvolve com

professores e não apenas, como refere, com base na análise de relatórios “de situações por si não vivenciadas ou de investigações de terceiros.”

As situações que esta “teórica” tem acompanhado vão desde situações de criação de gabinetes de mediação e de acompanhamento de alunos, por parte dos professores “para a gestão de conflitos”, a situações de mediação entre pares, alunos, nas quais estes cooperam. São sobretudo situações em que a prática de mediação é focada essencialmente nos alunos visando não só a resolução de conflitos, mas, principalmente, a prevenção e o combate ao abandono escolar e à violência. Tendo como foco central o aluno, as práticas de mediação, na perspectiva desta autora, inscrevem-se numa “numa visão alargada de mediação que atravessa diferentes domínios, desde a animação sócio-cultural, à mediação de conflitos e ao acompanhamento de turmas” em contextos educativos onde existem “programas de intervenção sistemática nos quais as componentes curriculares, de mediação e outras se articulam”, de que são exemplos o PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) e os TEIP.

Em relação aos TEIP a “teórica A” considera que as práticas de mediação, e a figura de mediador, deveriam estar “estar completamente contempladas nos recursos”, lembrando que “no caso dos TEIP o próprio Ministério permite que existam”.

Por outro lado, a “teórica B” refere haver outras “experiências mais formais de mediação de recreios e de relações entre a escola e a comunidade” e que podem ter enfoques diversos: “um enfoque sócio-cultural tendo os mediadores uma formação específica, e até uma origem cultural muito próxima das comunidades onde intervêm”, como é o caso dos mediadores de etnia cigana existentes em muitas escolas e cuja situação está legalmente enquadrada; um enfoque sócio-cultural “menos nítido e onde a intervenção dos mediadores se faz mais no seio das próprias escolas”.

Embora em sintonia com o pensamento expresso pela “teórica B”, a “teórica A” alerta para o facto de, em algumas situações, as Escolas e os Agrupamentos de Escolas com a intenção de assegurar uma formação de qualidade e de sucesso para todos, implementarem formas de animação que, por “vezes, são mais práticas de recheir os horários dos alunos” do que actividades concretas de “interacção das culturas de origem das populações escolares e da comunidade de onde essa população escolar emerge”. Ou seja, considera esta investigadora que nem sempre os mediadores estão conscientes dos factores que estão na génese dos problemas do insucesso, e da importância da valorização dos saberes e cultura de origem e da sua inclusão, como conteúdo, no currículo escolar.

Ainda nesta intenção de identificar práticas concretas de mediação, a “teórica B” considera que nas escolas existem já experiências muito diversas, desde a criação de gabinetes ou projectos, nas quais os mediadores têm uma formação superior nas áreas das ciências sociais, especificamente nas Ciências da Educação, e recebem uma formação específica para a mediação, até situações de mediação em que são, por exemplo, os jovens com o 6º e 9º anos a assegurar essas práticas como é exemplo o projecto do aluno tutor levado a cabo pelo Licenciado em Ciências da Educação, na escola em estudo. Esta especialista da educação refere ainda, outras práticas que podem ser consideradas de mediação “que nascem no seio das próprias comunidades”, considerando ser esta uma das valências “ou a principal valência dos projectos de intervenção comunitária e onde se procura estabelecer uma articulação com as escolas²¹”.

Já a “teórica A”, com base na sua experiência, quer como investigadora, quer como consultora de um agrupamento/TEIP, considera que as práticas que estão a ser desenvolvidas ainda não se aproximam daquilo que seria uma autêntica MSE, isto porque, em sua opinião, a mediação ainda se encontra restrita ao espaço escolar. Lembra, contudo, o facto de este não ser um trabalho fácil nem tampouco simples, nomeadamente no que respeita ao trabalho com as famílias, e entre estas e a escola e a comunidade mais ampla, sobretudo “em determinados contextos sociais”. Também eu, concordando com a visão desta autora, considero que tanto as práticas como a figura de mediador são ainda muito recentes, embora considere também que as escolas/agrupamentos são, por excelência, espaços de intervenção para o exercício da mediação sócio-educativa.

Reconhecendo a dificuldade de trabalhar com as famílias, considera a “teórica A” importante recorrer a estratégias que levem as famílias, e a própria comunidade, a valorizar o saber escolar e “a obtenção de um diploma escolar num determinado projecto de vida”. Apesar disso, e em concordância com a “teórica B”, considera que existem já práticas de mediação que visam uma aproximação das famílias às escolas e a promoção de uma interacção cultural, referindo-se concretamente ao Agrupamento em estudo neste trabalho onde, em sua opinião, se tem “tentado procurar esta comunhão de interesses”. Evoca a este propósito o Centro Novas Oportunidades, criado recentemente neste Agrupamento com o objectivo também de trazer de novo as famílias à Escola e de

²¹ São disso exemplo Projecto Nómada, a *Associação Moinho da Juventude*. Por outro lado, há associações de mediação que procuram desenvolver projectos em articulação com as escolas, por exemplo a Associação Mediar

as re-socializar com a cultura escolar, levando-as a valorizar o saber escolar. Pretendia-se com esta estratégia que essa valorização da escola, por parte dos pais, tivesse efeitos no modo de as crianças olharem e sentirem a escola. Esta intenção, como demonstrei através da análise dos discursos do mediador sócio-educativo foi conseguida por alguns alunos que passaram a gostar mais da escola e a responsabilizarem-se mais pelas tarefas escolares.

Ao mesmo tempo, recorda o projecto, focalizado nas aprendizagens, em prática neste Agrupamento de Escolas e cujo responsável é, como já referi acima, o Licenciado em Ciências da Educação. No entender desta investigadora as práticas desenvolvida por este “prático” são actividades de MSE. Como já foi referido no ponto relativo à análise das práticas do mediador, essas práticas consistem, fundamentalmente, num trabalho de articulação estreita com os DT, de modo a identificar os alunos com características para assumirem o papel de tutores de outros alunos mais novos. Lembra ainda o trabalho que é desenvolvido pelo Licenciado em Ciências da Educação “com os directores de turma para identificar as necessidades de formação” dos alunos tutores de modo a que estas equipas de alunos tutores no desenvolvimento do seu “trabalho” realizem também aprendizagens. Como sustenta a “teórica A” trata-se, neste caso concreto, de “uma MSE focalizada na aprendizagem, na valorização da autoconfiança e da aprendizagem”. Em síntese, entende não ser uma mediação da Escola com as famílias “mas (sim) uma Mediação no interior da Escola entre os Professores e alunos de forma a conseguir a melhoria das aprendizagens”. Neste sentido, considera importante a criação de condições para o trabalho de mediação, que garantam a melhoria de trabalho dos professores e, em primeiro lugar, a qualidade da formação dos alunos.

Em relação aos alunos, esta especialista da educação considera que estas práticas contribuem “para a valorização do aprender e dos saberes” e, portanto, para aumentar quer o seu sucesso escolar quer o seu auto-conceito. Por outro lado, em relação aos professores, reconhece que se estes sentirem que têm melhores condições de trabalho e se as suas práticas pedagógicas forem bem sucedidas, eles “se sentirão mais estimulados e também mais gratificados com o trabalho o que por sua vez também aumentará o seu auto-conceito profissional”. Sustenta, portanto, a tese de que o trabalho de mediação será sempre uma mais-valia para os alunos, a escola e a comunidade educativa em geral.

A “teórica B”, não se distanciando deste pensamento, e reportando-se à investigação que tem desenvolvido neste domínio, refere que os estudos têm vindo a “mostrar que os principais intervenientes destas experiências consideram que há

múltiplos benefícios para as escolas, alunos e comunidade”. No que se refere aos alunos, os estudos revelam que as práticas de mediação são “claramente identificadas como dispositivos de educação para a cidadania” sendo a mediação de conflitos um dos focos mas também “as relações, a cooperação no grupo e a orientação de regras”.

Em relação aos professores, os estudos destacam “o papel da colaboração entre professores e outros agentes educativos, uma cooperação que os professores procuram estender para fora da sala de aula, à escola e às famílias”. A investigadora defende a metodologia de investigação-acção entendendo-a como “uma modalidade aprofundar no sentido de promover o desenvolvimento profissional de educadores que promovam a participação, a autonomia e o sucesso escolar e pessoal dos educandos”. Ao mesmo tempo, aproximando-se do pensamento da “teórica A” refere que “as práticas de mediação promovem mudanças quer ao nível da escola, quer ao nível de “mudanças de interfaces escola-comunidade e inter-institucionais”

Tendo em conta as suas experiências, ambas as investigadoras consideram haver aspectos em que a MSE pode ser melhorada. Se por um lado a “teórica A”, considera ser fundamental a reflexão sobre as práticas em curso e assim “produzir conhecimento sobre o que é que possibilitaram, o que as dificultou, que mais-valias trouxeram e em que aspectos podem ser melhoradas”. Isto porque, no seu entender, o conceito de mediação, por vezes é apropriado, ou usado, indevidamente logo há a necessidade de “dar conta das situações que estão a ser desenvolvidas e as características que têm de mediação, produzindo-se conhecimento que venha a ser útil para uma melhoria das práticas de mediação”.

Por outro lado, a “teórica B”, para além dos benefícios já anunciados, adverte para a necessidade de se reconhecer que há insatisfações e limitações. Em sua perspectiva a mediação é uma abordagem de intervenção educacional alternativa que deve ser complementada com outras, “numa visão ecológica e sistémica” que subentende que a “conflitualidade, a cidadania, a convivência, a coesão social” são dimensões a serem desenvolvidas em termos formativos e transversais. Ou seja, sustenta a tese, em proximidade com o pensamento da “teórica A”, e com a qual estou também de acordo, de que a mediação não deve focar-se apenas na formação dos alunos, mas também na formação dos professores, dos auxiliares de acção educativa e dos próprios mediadores. Em relação a estes últimos, considera, aliás, que a formação destes técnicos deve ser continuada e onde “a supervisão, o acompanhamento dos mediadores estejam na ordem de trabalhos”. Neste sentido encara a qualidade formação de mediadores

como um ponto central. Ao mesmo tempo salienta como questão essencial a “inserção institucional da mediação e dos mediadores, em equipas colaborativas” onde todos os elementos sejam co-autores de um processo de transformação. Tal intenção implica a organização e estruturação de práticas de trabalho de equipa, com lideranças alargadas e partilhadas.

Nesta mesma linha, mas focando-se na qualidade da formação dos alunos, a “teórica A” frisa a importância da mediação “ao nível desta articulação entre ciclos, ao nível da articulação entre os profissionais, ao nível da articulação com comunidade, ao nível da articulação entre as expectativas que cada uma das crianças e jovens”, de modo a conferir um sentido comum à escolaridade básica, apoiando a concretização de um Projecto comum entre escolas, separadas geograficamente e que convivem com especificidades diversas.

IV.2.3 – O perfil do profissional de mediação

No que respeita a este aspecto, a “teórica B” entende que estes novos actores educativos devem ter “o seu lugar” sendo necessário “uma adequada formação e contextualização profissional e institucional” que contribua para a configuração da sua profissionalidade. Também a teórica A” faz referência à importância da formação dos mediadores sócio-educativos lembrando um diploma da Secretaria de Estado Ana Benavente, que apontava para uma formação especializada de professores que fizesse a formação de outras figuras profissionais que “assegurassem este tipo de práticas de mediação” inter-instituições. Em sua opinião, este diploma justificava que a Escola não tinha condições para funcionar bem, com os professores nas suas funções específicas de docência e na área de mediação em simultâneo. No seu entender, “é este o reconhecimento que está a ser feito”. Argumenta, por isso, que nos Agrupamentos é “necessário a existência destas novas figuras profissionais” e defende que estes que devem assumir a sua profissionalidade num registo de colaboração efectiva com os professores e os alunos, e de interacção com outros os actores educativos, de entre os quais as famílias e outros parceiros educativos locais. Sustenta, pois, um perfil de mediador sócio-educativo que fomente a participação de todos aqueles parceiros educativos nas questões educacionais, e que com eles defina as responsabilidades que cabem a cada um na construção de um Projecto Educativo para as crianças e jovens dessa comunidade educativa. De modo mais específico, postula um perfil de mediador enquanto “alguém que tenha características de negociação, de diálogo, capacidade para

identificar situações e promover a interacção entre as partes” fazendo com que elas interajam entre si. Por outro lado, considera que deve ser alguém que em vez de fazer o trabalho pelos outros deve ter a capacidade de trabalhar em grupo, ou seja, “trabalhar com...” Ao mesmo tempo, postula, que esta figura terá que se fazer reconhecer perante os diferentes actores educativos, de modo a que reconheçam a pertinência da acção que esta a desenvolver. Sustenta, por isso, que tem de ser um profissional metódico “ao nível da organização e sistematização da informação e da divulgação dessa informação”.

A “teórica B”, não se distanciando do ponto de vista da outra entrevistada, defende um perfil de mediador “polivalente”. Em sua perspectiva, o trabalho de mediação é um trabalho que exige uma polivalência e uma formação multifacetada, bem como o trabalho em equipas polivalentes, criando redes multifacetadas de intervenção. Expõe um conjunto de aptidões que o mediador deve ter para “lidar com um conjunto de situações complexas e gerir questões de ordem diversa”. Tal como a “Teórica A” dá relevância a competências de ordem relacional e procedimental, situa também competências de ordem cultural e formativa, de gestão de programas e de projectos, de intervenção comunitária, de criação e desenvolvimento de parcerias múltiplas e alerta para a importância dos valores éticos que, em sua perspectiva, devem estar presentes em qualquer prática de mediação: “respeito pela diferença, responsabilidade, colaboração e autonomia”.

No que diz respeito aos profissionais mais vocacionados para desenvolverem as acções de MSE, a “teórica A” reconhece que há vários profissionais, de diferentes formações de base, que podem desenvolver este tipo de mediação, desde que na sua formação de base tenham aprofundado as questões de Mediação. Neste sentido, reconhece que apesar de os professores, os animadores socio-culturais, os psicólogos e outros técnicos, não serem mediadores sócio-educativos, podem, no entanto, ser desenvolver essa actividade se tiverem uma formação complementar. No entanto, refere que os “Licenciados em Ciências da Educação com uma formação de base ela própria focada nestas questões de Mediação²²” são à partida os que estarão mais vocacionados para um trabalho de mediação sócio-educativa.

Na mesma linha argumentativa a “teórica B”, defende que todas as licenciaturas nas áreas das ciências sociais e humanas: Antropologia, Sociologia, Psicologia e

²² O novo plano curricular da Licenciatura em Ciências da Educação pretender dotar os formandos com competências para desenvolverem a MSE.

Ciências da Educação, podem constituir uma formação base para os profissionais de mediação, que, em registo de pós-graduação, devem fazer formação específica em mediação.

A este respeito defende que “não são apenas as dimensões do processo de mediação ou da organização ou da investigação sobre a mediação que precisam ser trabalhadas”; as práticas de mediação exigem uma polivalência e uma formação multifacetada, há toda uma formação permanente a fazer, em variadas áreas, que vão desde as culturais e interculturais, até às jurídicas, administrativas e familiares.

Nesse mesmo sentido, e em síntese, a tese da “teórica A” é a de que a mediação é um dispositivo de transformação social “que pode ajudar a desenvolver uma cultura de paz e de participação colaborativa”, onde todos exerçam uma cidadania activa e participativa devendo o perfil do mediador orientar-se segundo esta filosofia.

IV.2.4- Reflexão/produção teórica sobre mediação sócio-educativa

Uma das categorias emergentes dos discursos diz respeito à reflexão teórica que tem sido produzida sobre mediação e mediação sócio-educativa, concretamente. Em relação a este aspecto, a “teórica B” considera que a reflexão teórica existente poderá constituir uma ajuda na “afirmação destas novas figuras profissionais”. No entanto, lembra que em relação a esta problemática não existe consenso no seio da comunidade científica e sugere a importância de se desenvolverem investigações sobre um campo sobre o qual “não existe ainda muita produção científica.”

Na mesma linha, a “teórica A” considera que começa a haver já alguma uma reflexão neste campo possibilitando o surgimento de novas perspectiva e paradigmas, “que se renovam e acompanham os principais paradigmas e quadros teóricos noutras áreas”. Neste sentido, considera que a reflexão teórica desenvolvida tem vindo a ampliar o entendimento sobre o sentido da mediação sócio-educativa.

Mesmo assim, no entender da investigadora B, a dimensão e a especificidade desta área, que é relativamente restrita, “bem como algumas experiências menos sustentadas teoricamente constituem óbices” ao seu desenvolvimento, aliado ao facto de esta ser uma área de intervenção que está a dar os primeiros passos e que só “muito recentemente tem sido objecto de formalização”.

Já a visão da “teórica A” é a de que se trata de uma área recente, em que a mediação está associada à ideia de se “pretender desenvolver uma educação de qualidade e que garanta sucesso Escolar e Educativo para todos os aluno”. No seu

entender, “é um campo teórico ainda está em desenvolvimento”, isto porque é um campo de intervenção educacional muito recente, quer ao nível dos discursos e dos princípios que sustentam as práticas de mediação, quer do próprio perfil do medidor.

No entender desta teórica, a emergência de novas realidades sociais, justifica o princípio de se construírem novas formas de assegurar a coesão social que ajudem a “lidar com problemas sociais como a conflitualidade social” que se tem manifestado em diferentes domínios. Por outro lado, refere a necessidade de descortinar “vias participativas e democráticas”, onde os elementos da sociedade reconheçam, usem e aprofundem os seus poderes para tratar as suas próprias questões. Estes constituem, em sua opinião, um “desafio e uma motivação para os académicos”, em termos de eixos de investigação.

A “teórica B”, por seu lado, admite que as práticas de mediação são ainda infundadas, advertindo para a ideia de que, na maioria, as práticas de mediação carecem de “uma formação prévia dos seus responsáveis e não têm qualquer investigação que as acompanhe para que se aprofunde a reflexão, regulação e melhoria”, reconhecendo, contudo, que estas têm constituído por parte do académicos um motivo importante na reflexão. Na opinião desta investigadora, estes têm sido solicitados a colaborar na reflexão e regulação e no apoio à concepção e implementação dessas práticas. No entanto, tem-se verificado muitas dificuldades, manifestadas sobretudo em sentimentos de resistências das escolas a esta cultura e a estas práticas de mediação. Admite esta investigadora que este é um grande desafio que se coloca a práticos e académicos.

Considerações finais

Neste ponto do trabalho proponho-me tecer algumas considerações que situem as ideias centrais que atravessam o trabalho. Neste sentido, este momento não constitui um encerramento da investigação. Pelo contrário, trata-se de realizar um trabalho de síntese sobre as questões investigadas, em si promotor de novos questionamentos para novas investigações, nomeadamente no âmbito da profissionalização de novas figuras educativas, em contexto educativo, como é o caso dos/as mediadores/as sócio-educativos/as.

Sobre concepções de mediação...

Ao nível das concepções de mediação constata-se uma grande convergência entre os diferentes discursos. De um modo geral, todos evocam princípios que apelam para a *construção de diálogo e de interfaces* entre diferentes agentes e parceiros de uma comunidade educativa, em torno de objectivos e/ou de projectos comuns.

Realça-se também o sentido de *complexidade* que está associado ao conceito de mediação e que emerge com grande centralidade quer nos discursos das investigadoras entrevistadas, quer no discurso do “prático”. Este sentido de *complexidade* relaciona-se quer com a dimensão interpessoal dos actores que intervêm numa comunidade educativa; quer com as questões organizacionais, no interior de cada escola e na relação desta com a comunidade envolvente, quer ainda com os modos de trabalho pedagógico dos professores e os processos de organização e de desenvolvimento do currículo, bem como com as condições de aprendizagem dos alunos, entre outras.

Em síntese salienta-se como ideia-chave a de que a mediação sócio-educativa se enquadra numa perspectiva dialógica, onde cabem as diferentes visões e subjectividades, e sustenta-se em processos cooperativos e de trabalho em rede possibilitando estabelecer relações colaborativas favorecedoras de intervenções educacionais mais adequadas aos interesses, expectativas e necessidades dos diferentes “públicos”.

Sobre práticas de mediação...

No que se refere às práticas de mediação a análise revelou, no contexto em estudo, que estas assumem como foco central *uma intervenção directa com alunos* de baixo desempenho académico, trabalho desenvolvido pelo Licenciado em Ciências da

Educação. Esta *intervenção directa com os alunos*, teve como objectivo principal motivar e despertar o seu interesse para as questões escolares; inculcar hábitos de estudo e de conduta social e teve efeitos positivos uma vez que os alunos envolvidos reconheceram o valor e o sentido escola e dos saberes escolares na sua vida, reflectindo-se este sentir nos resultados escolares. O *enfoque nas relações afectivas* surge também como um elemento a considerar na caracterização das práticas de mediação. Com efeito, um traço central da acção do mediador/Licenciado em Ciências da Educação passa pelo estabelecimento de relações afectivas com os alunos, restituindo-lhes um sentimento de auto-estima positiva que repôs e consolidou *laços de confiança* destes para com a escola. Ao mesmo tempo, trabalhar o *sentido de responsabilidade dos alunos* para com as tarefas escolares, quer individualmente, quer através de processos tutoriais dos mais velhos para com os mais novos, constituiu um eixo de intervenção em si configurador do perfil de um/a mediador/a.

Os discursos revelam, também, como prática de mediação o *trabalho de articulação* entre os professores, directores de turma, órgãos de gestão e equipa TEIP. Embora nem todos os discursos sejam consensuais quanto aos efeitos concretos deste trabalho de articulação nos modos de trabalho dos professores, regista-se a ideia de que ele permitiu estabelecer relações de trabalho colectivo, no qual alguns professores partilharam objectivos, estratégias e projectos, com os directores de turma e com outros professores.

Os “actores de terreno” deixam transparecer dos seus discursos a ideia de que há por parte dos restantes professores da escola o *reconhecimento e a valorização* das práticas de mediação já instituídas na escola, considerando que estas práticas não só beneficiaram os alunos, como também os coadjuvaram na sua missão, libertando-os de tarefas para as quais não estão vocacionados e/ou não têm tempo. A este nível, os discursos revelam *uma forte aceitação e abertura a novos actores nas escolas* que apoiem os professores em domínios a que a escola hoje é chamada a responder.

De um modo geral os entrevistados: “Teóricos”, Licenciado em Ciências da educação e Representante do Órgão de Gestão, subscrevem uma prática de mediação alicerçada nos pressupostos de um *trabalho em rede*, admitindo que os professores, carecem de apoio de outros profissionais para construção de dispositivos de intervenção que não se limitem à melhoria dos resultados académicos, mas persistam noutros tipos de actividades e projectos que contribuam para a formação global dos jovens, numa lógica de *responsabilização colectiva*. Os dados revelam traços que apontam para a

valorização e reconhecimento de princípios de trabalho cooperativo e para a participação e responsabilização de todos os profissionais no projecto de escola e nas decisões da vida escolar, numa perspectiva de “cultura de cooperação” e não de “culturas contra produtivas” (Fullan & Hargreaves, 200: 81).

Neste sentido, e tomando por referencia o exposto no capítulo III, entendo que a Escola com autonomia, ainda que relativa, pode incorporar outros técnicos superiores de educação, no sentido de assegurarem processos de concertação de intenções e de acções dos actores educativos, âmbitos, por excelência, do domínio da mediação sócio-educativa.

Sobre o perfil profissional ...

Sobre o perfil profissional do mediador sócio-educativo a análise dos discursos indica para um perfil com características de negociação, de diálogo, de escuta, com capacidades para identificar situações e promover a interacção entre as partes fazendo com que elas interajam entre si. São também enfatizados os valores éticos e morais tais como: respeito pela diferença, responsabilidade, colaboração e autonomia devem estar presentes em qualquer prática de mediação. Ao mesmo tempo, os discursos analisados revelam que a capacidade de trabalhar em grupo (trabalhar com outros) não é por si só suficiente, e enfatizam as *competências de ordem relacional e procedimental*, a *capacidade de ser metódico* ao nível da *organização e sistematização de informação*, como características indispensáveis para um trabalho de mediação. Nesta ordem de ideias as *competências de ordem cultural e formativa*, de *gestão de programas* e de *projectos de intervenção comunitária*, de *criação e de desenvolvimento de redes* e de *comunicação* e de *diálogo*, são apontadas como traços caracterizadores do perfil profissional do/a mediador/a.

No que diz respeito a **formação base** do mediador sócio-educativa, a partir dos discursos analisados, é consensual a ideia de que todas as licenciaturas nas áreas das ciências sociais e humanas podem constituir uma formação base para os profissionais de mediação. No entanto, no meu entender e de acordo com os discursos das “teóricas”, em registo de pós-graduação, deveria haver uma formação específica em mediação, para além de formação global, em áreas como educação intercultural, jurídica, administrativa e de orientação pessoal e familiar, que contribuam para a configuração da profissionalidade do/a mediador/a sócio-educativo.

Em síntese...

A reflexão teórica e a institucionalização das práticas de MSE e a profissionalização dos/as mediadores sócio-educativos, parece não ser consensual no seio da comunidade académica e escolar. É evidente que a reflexão teórica, embora ainda insuficiente sobre este campo educacional, poderá constituir o ponto de partida para o surgimento de novas perspectivas e modelos se ancorados em paradigmas e quadros teóricos de outras áreas, de modo a ampliar o entendimento sobre o sentido da mediação sócio-educativa.

Os discursos das Teóricas (A e B) revelam que muitas das práticas que podem ser consideradas de MSE, não são sustentadas nem teoricamente nem acompanhadas por modos de investigação que permitam aprofundar a reflexão, a regulação e a melhoria destas. Ao mesmo tempo, e como referi, os responsáveis (*mediadores*) por estas práticas não têm uma formação específica. Estes factos poderão constituir motes para despoletar novas investigações que contribuam para aprofundar o conhecimento e apoiem a formação específica neste domínio.

Na minha opinião é este o grande desafio que se coloca quer aos “práticos”, quer aos académicos, isto porque, o trabalho cooperativo entre estes contribuirá, decisivamente, para a reflexão e sustentação das práticas de mediação.

Procurei debruçar-me sobre os desafios que podem ser colocados tanto as práticas como aos discursos que reivindicam a MSE de forma a poder contribuir para a construção de um referencial cognitivo e de uma concepção de acção educativa preocupada com uma reabilitação da escola que permita a efectivação da escola democrática. Neste sentido, preconizo que as práticas de mediação e a sua organização assim como a investigação sobre a mediação são dimensões que precisam ser trabalhadas.

Referências bibliográficas

- APPLE, Michel e BEANE, J.A. (1997) *Escuelas democráticas*. Madrid, Morata,
- BARROSO, João (2004). “ Autonomia das escolas cinco - anos e cinco ministros depois” *Educação e Matemática* nº 73 • Maio/Junho de 2003.
- BARROSO, João (2004). “A autonomia das escolas uma ficção necessária”. In: Revista Portuguesa de Educação, 2004, 17 (2), pp. 49-83.
- BARROSSO (2007) “ Parecer: Projecto de Decreto-Lei 771/2007-ME «Regime de autonomia, administração gestão dos estabelecimentos públicos da educação Pré escolar e dos ensinos básico e secundário» . [[http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Escolas/PDF/RegimeJuridico/Documentacao de Apoio/JBARROSO-ParecerAutonomiaGestão.pdf](http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Escolas/PDF/RegimeJuridico/Documentacao%20de%20Apoio/JBARROSO-ParecerAutonomiaGestao.pdf)], 10/10/01.
- BOLIVAR, A. (2003) *Como melhorar as escolas*. Porto. ASA
- BOLIVAR, A.(2007)«Um olhar actual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria?». In Carlinda Leite e Amélia Lopes (Orgs.). *Escola, Currículo e Formação de Identidades*. Porto. ASA, 13-50
- CAETANO, A. (2005) «Mediação em Educação: Da conceptualização e problematização de alguns lugares comuns à modernização de casos específicos», *Revista de Estudos Curriculares*, APEC, Ano 3, nº 1, 41-63
- CAETANO, A. (2007) «Complexidade e Mediação sócio-educativa nas assembleias de turma» *Diálogo Educ.*, Curitiba, v.7, nº22, 67-80
- CAETANO, A.P. & FREIRE, I. (2007). *Medição em educação um estudo exploratório*. Actas do VIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Castelo Branco: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- CAMPENNOUDAT, L. e QUIVY, R. (1995) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. GRADIVA
- CORREIA, José. & CAMELO, J. (2003) «Da mediação local ao local da mediação: Figuras e Políticas», *Educação, Sociedade e Culturas*, 20, 167-191
- CRUZ, Clara Freire da (2007). *Conselhos Municipais de Educação. Política educativa e acção pública*. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 4, pp. 67-76. Consultado em 09/09 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- FERNANDES, Preciosa (2007) *O Currículo do Ensino Básico na Transição para o séc. XXI – Um mapeamento de discursos políticos, académicos e “práticos”*. Porto:

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,.
Dissertação de Doutoramento

- FORMOSINHO, João (2000) *A Autonomia das escolas Lógicas Territoriais e Lógicas Afinitárias*. in Actas do Seminário Autonomia Contratualização e Município. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Cadernos Escola e Formação. Braga
- GERGEN, Keneth (1999) «Rumo a um Vocabulário do Diálogo Transformador» in Dora F Schnitman,. & Stephen Littlejohn (Orgs.) *Novos Paradigmas em Mediação*, Porto Alegre; ArtMed, 29-45
- GUERRA, I. (2006) Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso, Estoril, Principia Editora
- LEITE, C. (2002). *Mediação em educação um estudo exploratório*. In Actas do VIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Castelo Branco: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- LESSARD-HÉRBERT, M., GOYETTE, G. e BOUTIN, G. (1994) *Investigação Qualitativa – fundamentos e práticas*. Lisboa. Inst. Piaget
- LIMA, Jorge (2007) « Redes na educação: questões políticas e conceptuais», *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), pp. 151-181
- MARTINS, Ernesto C. (2009) «Rompendo fronteiras: a escola aberta às parcerias e à territorialização educativa», *Educação Unisinos*, 13(1), 63-75
- MOORE, C. (1998) O processo de Mediação – estratégias para a resolução de conflitos, Porto Alegre; ArtMed
- NÓVOA, A. (1992) “Para uma análise das instituições escolares” in *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote – Instituto de Inovação Escolar Educacional, pp. 13-43.
- PONTE, João P. (2006) Estudos de caso em educação matemática, Grupo de Investigação DIF – Didáctica e Formação, CIEPE – FC – Universidade de Lisboa [[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf)], 27/10/09
- SARMENTO, Manuel Jacinto e FERREIRA, Fernando Ilídio (1999) «Comunidades Educativas: a ideia pedagógica e a realidade educacional » in João Formosinho et. al.(Orgs.) *Comunidades Educativas, Novos desafios à educação Básica*. Braga: Livraria Minho, pp. 91-124

- SCHNITMAN, D. e LITTLEJOHN (1999) *Novos Paradigmas em Mediação*, Porto Alegre; ArtMed
- SCHNITMAN, Dora F. (1999) «A Mediação: Novos Desenvolvimentos Geradores» in Dora F Schnitman,. & Stephen Littlejohn (Orgs.) *Novos Paradigmas em Mediação*, Porto Alegre; ArtMed, 101-125
- SHAILOR, Jonathan G. (1999) «Desenvolvendo uma Abordagem Transformacional à Prática da Mediação: Considerações teóricas e Práticas» in Dora F Schnitman,. & Stephen Littlejohn (Orgs.) *Novos Paradigmas em Mediação*, Porto Alegre; ArtMed, 71-83
- STOER, Stephen R. (1994). «Construindo a escola democrática através do 'campo da recontextualização pedagógica». *Educação, Sociedade & Culturas* 1, 7-27.
- STOER, Stephen R., & RODRIGUES, Fernanda (1998). *Entre parceria e partenariado: Amigos amigos, negócios à parte*. Lisboa: Celta Editora.
- TORREMOREL, Maria Carme B. (1997) *Cultura de Mediação e Mudança Social*, Porto Editora, Porto (Edição/reimpressão: 2008)

Outros documentos Consultados

Projecto Educativo de Escola do Agrupamento

Anexos

Anexo 1 - Entrevista ao “prático” – Licenciado em Ciências da Educação

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
I - Conceção sobre MSE		
1– Qual o seu entendimento sobre o que pode ser a MSE?	<p><i>a deturpar o conceito de mediação”</i></p> <p><i>um bocado mais do que isso</i></p> <p><i>as escolas estão desligadas da comunidade e mesmo dentro das próprias paredes</i></p> <p><i>é que eu oiço falar de mediação</i></p> <p><i>vários métodos de trabalho, de experiências, vários “Know-how, em prol de um objectivo comum,... Mediação não é mais do que o entendimento de vários departamento, pessoas e instituições em prol de um objectivo comum</i></p>	<p><i>Todos fazem mediação, as pessoas estão a deturpar o conceito de mediação: não é intervir entre as duas coisas, todos o que fazem a ligação entre duas coisas diferentes auto intitulam-se de mediadores, mas é um bocado mais do que isso por isso é que na escola eu deixei de perceber o que é mediação.</i></p> <p><i>Pode ser o que quiser ser...as escolas são espaços muito desligados da comunidade e mesmo dentro das próprias paredes não existe grande articulação entre os vários serviços existentes na escola. A formação dos LCE permitirá conciliar vários interesses e organizar actividades em prol do sucesso educativo dos alunos.</i></p> <p><i>A ideia principal é que eu oiço falar de mediação em todo o lado, ou seja: quando os vários departamentos da escola e professores se articulam com os professores dizem que é mediação, quando eu me articulo com a psicóloga dizem que é mediação, qualquer trabalho que haja com as famílias é mediação, percebes? Se por mediação se entende a capacidade de organizar vários métodos de trabalho, de experiências, vários “Know-how, em prol de um objectivo comum, então numa escola pode ser aquilo que nós quisermos. Para mim nesse sentido mediação não é mais do que o entendimento de vários departamento, pessoas e instituições em prol de um objectivo comum.</i></p>
2–Que importância atribui ao trabalho que vem desenvolvendo neste Agrupamento, no campo da mediação socioeducativa?	<p><i>Tenho conseguido conciliar o interesse académico da comunidade docente, com a dimensão pessoal-emocional que a escola tem obrigação, também, de ajudar os alunos.</i></p> <p><i>Relações de responsabilidade entre alunos, a melhoria dos resultados académicos, o maior envolvimento dos alunos com a escola e a capitalização de vários profissionais para este trabalho pareçam ser um bom exemplo de mediação sócio-educativa.</i></p>	<p><i>Na minha definição de mediação sócio-educativa creio que tenho desenvolvido um bom trabalho. Tenho conseguido conciliar o interesse académico da comunidade docente, com a dimensão pessoal-emocional que a escola tem obrigação, também, de ajudar os alunos. A criação de relações de responsabilidade entre alunos, a melhoria dos resultados académicos, o maior envolvimento dos alunos com a escola e a capitalização de vários profissionais para este trabalho parece-me ser um bom exemplo de mediação sócio-educativa.</i></p>

<p>3- Como têm reagido os professores à sua presença nas escolas do Agrupamento?</p>	<p><i>há um estigma em relação às ciências da educação, mas isso combate-se trabalhando com eles</i></p> <p><i>CE defender o facilitismo mas eles dizem que as CE defendem, nunca ouvi ninguém nas CE dizer que tudo deve girar a volta do aluno e que todo o insucesso se deve aos professores, mas eles dizem que as CE dizem</i></p> <p><i>é extremamente conservadora e cheia de preconceitos em relação a todas as classes profissionais e mesmo dentro delas</i></p>	<p>Acho que bem. Tenho procurado trabalhar com eles sempre, principalmente com os directores de turma. Desde o início sempre os procurei para lhes mostrar os meus objectivos e projectos e falo regularmente com eles sobre os alunos envolvidos. É óbvio que há um estigma em relação às ciências da educação, mas isso combate-se trabalhando com eles. Mas pelo que percebi esses estigmas existem mesmo entre eles, entre os diversos departamentos...</p> <p><i>O meu entendimento de mediação enquanto pessoa que está a trabalhar numa escola é se calhar é completamente diferente e mais vasto e menos aprofundado do que vocês que estão a estudar isso do ponto de vista teórico, é por isso que eu digo que numa escola pode ser o que quiser ser.</i></p> <p><i>Em relação aos estigmas as ciências da educação é verdade que existe, por mais que se tente falar com as pessoas e dizer-lhes que nem tudo que se escreve corresponde a verdade não vale a pena, eles continuam com aquela ideia – os professores criaram um monstro que lhes esta a dar cabo da vida - e a esse monstro eles atribuem o nome de ciências da educação. Eu nunca vi ninguém nas ciências da educação defender de que a forma vale mais que o conteúdo, mas eles dizem que as ciências da educação defendem, nunca vi ninguém nas ciências da educação defender o facilitismo mas eles dizem que as CE defendem, nunca ouvi ninguém nas CE dizer que tudo deve girar a volta do aluno e que todo o insucesso se deve aos professores, mas eles dizem que as CE dizem.</i></p> <p><i>No entanto, fiquei menos preocupado com eles têm esse tipo de estigmas entre eles, isto é, para um professor de português ou matemática a área de educação tecnológica é uma área pobre, o professor de português e de línguas considera que o professor de matemática trabalho pouco as competências e são obtusos, a malta da matemática considera que os de português e história são demasiado objectivos, e por aí fora, ou seja, o que eu percebi é que a classe docente é demasiado é que a classe docente é extremamente conservadora e cheia de preconceitos em relação a todas as classes profissionais e mesmo dentro da deles, são assim com a Psicóloga, com os funcionários e entre eles, por isso deixei de me preocupar com esse estigma.</i></p>
---	--	--

<p>4- Que mais valias está a trazer às escolas do Agrupamento e (aos professores, alunos, famílias, ...) o seu trabalho? Quer explicitar melhor estas ideias? As melhorias que considero terem sido obtidas foram:</p>	<p>Responsabilização dos alunos tutores, ... permitiu melhor notas e comportamentos</p> <p>Melhoria das notas... a estudar e organizar o seu tempo de estudo</p> <p>Os sentem que os ouço e lhes dou sempre a oportunidade de falarem por eles próprios</p> <p>os alunos – quase por si só</p> <p>Diversificação de actividades</p> <p>os directores de turma sobre o que faço com eles e acho que isso trouxe um ar fresco</p> <p><i>consegui preencher um espaço vazio</i></p> <p><i>e eu acho que consegui preencher um vazio de alguém que é um profissional da escola que acima de tudo pretende que eles tenham bons resultados</i></p> <p><i>eu preenchia um espaço diferente basicamente foi isso</i></p> <p><i>um profissional um bocado mais empático, um bocado mais amigo digamos assim do que aqueles que eles conheciam</i></p>	<p>- Responsabilização dos alunos tutores, cresceram com esta responsabilidade e demonstraram uma maturidade que os próprios professores reconheceram que lhes permitiu melhor notas e comportamentos;</p> <p>- Melhoria das notas de muitos alunos do 5º e 6º ano que apenas precisavam de uma referência que os ajudasse a estudar e organizar o seu tempo de estudo;</p> <p>- Satisfação dos alunos na relação que forma mantendo comigo. Por um lado chamam-me “chato” por andar sempre atrás deles a saber das notas e dos comportamentos, a marcar horas de estudo e dar lições de moral, mas por outro lado, sentem que os ouço e lhes dou sempre a oportunidade de falarem por eles próprios.</p> <p><i>Para mim esse foi um dado interessante porque conscientemente consegui preencher um espaço vazio, entre o Professor que é uma figura que mantém um contacto mais formal com o aluno, eles tratam os alunos por você, é uma relação formal de alguém que detém o saber para alguém que não o tem, há a relação com a Psicóloga que é uma relação de ajuda para com muitos miúdos, há uma relação de promiscuidade entre os funcionários, e eu acho que consegui preencher um vazio de alguém que é um profissional da escola que acima de tudo pretende que eles tenham bons resultados e que a parte de ser chato, insisto muito com eles procuro-os, não quero que eles falem às horas de estudo com os tutores vou para o recreio dizer para não se esquecerem, estou sempre atento as notas, e por isso é que eles dizem lá vem outra vez o chat, mas notei que para o final do ano eles procuravam-me muito para falar comigo e para falar de alguns problemas que se passavam na escola, problemas deles, porque eu os deixava falar e ouvia-os e procurava saber dos problemas e procurava perceber a visão deles da coisa, sentiram que eu preenchia um espaço diferente basicamente foi isso.</i></p> <p><i>No sentido de ouvir o que eles tem para dizer porque, se por um lado, é verdade que eles atribuem sempre a culpa aos professores de tudo o que acontece de mal, por outro lado, também é verdade que nunca se dá espaço aos miúdos para se defenderem. Mas acima de tudo eles gostavam de ao fim do dia quando eu estava nas sessões de estudo, das pequenas brincadeiras que faziam comigo, de poder contar o que aconteceu na aula, mesmo sabendo que eu os ia repreende, acho que eles viram que era um profissional um bocado mais empático, um bocado mais amigo digamos assim do que aqueles que eles conheciam.</i></p> <p>- A escola percebeu que os alunos – quase por si só – podem melhorar o seu rendimento;</p> <p>- Diversificação de actividades. Nunca tive problemas em ter a “sala aberta” nas sessões de formação e inclusive informo – por escrito – os directores de turma sobre o</p>
---	---	---

		que faço com eles e acho que isso trouxe um ar fresco a algumas actividades que se fazem na escola;
5 -É possível identificar alguns impactos resultantes do trabalho por si desenvolvido? A que níveis?	alunos envolvidos melhoraram as notas projecto estavam em risco de reprovação responsabilidade dos alunos tutores hábitos de estudo	1º - do 1º para o 2º período 60% dos 64 alunos envolvidos melhoraram as notas; 2º - Os 40 alunos do 5º e 6º ano que integraram o projecto estavam em risco de reprovação no 1º período e no 2º período esse número reduziu para 17; 3º - O aumento de responsabilidade dos alunos tutores que já referi; 4º - A criação de hábitos de estudo – algo nada normal nesta escola – já que os alunos ficam sempre um dia por semana a estudar mais 45 minutos depois das horas de aulas;
6- De um modo geral, que mais valias considera que pode trazer às escolas a existência de outras figuras profissionais, para além dos professores? Porquê?	não precisa de mais professores mas sim de outros profissionais, por formação ou deformação – apenas se preocupa em “dar a matéria” psicólogos, Licenciados em ciências da educação, animadores socioculturais rede de intervenção	A escola não precisa de mais professores mas sim de outros profissionais, porque actualmente na escola apenas trabalham os professores e é óbvio que a maior parte deles – por formação ou deformação – apenas se preocupa em “dar a matéria”. É preciso mais psicólogos, Licenciados em ciências da educação, animadores sócio-culturais de forma a poder criar-se <i>uma rede de intervenção</i> que actue nos resultados académicos, nos comportamentos institucionais, nas relações da escola com a família, nas relações da escola com a comunidade e tendo sempre em atenção que se a escola não pudesse compensar a sociedade então fechavam-se as escolas...
II. Caracterização de práticas de mediação		
7- Como reagem os professores ao seu trabalho?	Bem <i>a maior parte são incompetentes</i> <i>características de traço de personalidade ...</i> <i>uma delas é o cinismo e hipocrisia.</i> <i>mas de um momento para o outro tudo pode mudar.,</i>	Bem, creio eu! <i>Porque, eu já tinha má impressão dos professores, agora tenho péssima e apesar de haver professores muito competentes, que há e que eu vi lá na escola, a maior parte são incompetentes tem características de traço de personalidade que eu não desejo a ninguém que tenha e uma delas é o cinismo e hipocrisia, por isso quando eu digo que <u>reagem Bem, creio eu!</u> É no sentido de: sim parece-me que reagem bem, dizem-me que a coisa está a correr bem, até me propuseram um voto de louvor no CP ao meu trabalho, fizeram referencia nas actas das reuniões das direcções de turma fizeram questões de dizer que o meu trabalho que era isto ou aquilo, mas de um momento para o outro tudo pode mudar. O Joaquim Azevedo dizia isso e eu concordo com ele em educação mais que nos outros sítios quaisquer há muita inveja, e não sei até que ponto aquilo que eles dizem de mim corresponde aquilo que eles pensam, e por isso é que digo, pelo menos aparentemente reagem bem. Conheço uma outra dimensão deles que eu não sei o que é que eles pensam sobre isso.</i>

<p>8 – Que tipo de solicitações lhes são feitas directamente pelos professores?</p>	<p>Trabalhar directamente</p> <p>....com os alunos mais problemáticos... <i>uma das solicitações que eles me perguntam sempre.</i></p> <p><i>que eu estava sempre disponível para participar nas actividades,</i></p> <p>sessões de estudo para com os alunos de 9º ano quando era preciso eu estava</p>	<p>De tudo um pouco. Trabalhar directamente com alguns alunos, participar em actividades que eles organizam, “falar” com os alunos mais problemáticos, e intervir com alguns alunos, etc. <i>Os professores lá na escola, tem uma característica muito comum que é quando a coisa corre mal, quando há algum aluno que se porta mal, algum aluno que eles não conseguem agarrar, algum aluno que está constantemente a ter mas notas ou a ir para a rua todos os dia, eles recorrem a outros profissionais e então dizem: - então não consegues fazer nada por aquele aluno? Como se fosse possível numa semana eu falar com o miúdo fosse mudar alguma coisa, por isso esta é uma das solicitações que eles me perguntam sempre. De resto, entre eles, actividades, organizam um pedi paper, uma visita não sei donde, uma actividade qualquer seja um teatro, pedem-me ajuda e eu correspondo sempre, eles também referirão isso que eu estava sempre disponível para participar nas actividades, algumas não passam de meras actividades lúdicas, com os miúdos e para com os miúdos eu participo sempre, em visita de estudo e organizam sessões de estudo para com os alunos de 9º ano quando era preciso eu estava.</i></p>
<p>9 – Que articulação existe entre o trabalho que desenvolve e o Projecto Educativo de Agrupamento?</p>	<p>o cerne do meu trabalho (melhoria dos resultados académicos) é o cerne do PE.</p> <p><i>cerne da questão é tentar recuperar os alunos que tem más notas</i></p> <p><i>o principal objectivo do meu trabalho é o principal objectivo do PE</i></p>	<p>Toda, o cerne do meu trabalho (melhoria dos resultados académicos) é o cerne do PE. <i>Pelo que eu percebi do projecto educativo, para três anos, eles foram muito objectivos tentaram arranjar metas quantitativas, isto é melhor a percentagem das notas, sucesso académico, e por isso é que eu digo que o meu projecto em si, visa recuperar os alunos que no 1º período estavam em situação de reprovar de ano, tem tudo a ver com o projecto educativo, é esse o cerne da questão é tentar recuperar os alunos que tem más notas, é por isso que eu digo que o principal objectivo do meu trabalho é o principal objectivo do PE.</i></p>
<p>10 – O trabalho que desenvolve é planificado em conjunto com os professores? Pode explicitar um pouco melhor como planifica o seu trabalho?</p>	<p>diálogo regularmente com os directores de turma e ajusto as minhas ideias à disponibilidade e experiência deles</p> <p>escuta de sugestões</p> <p>não houve problemas de articulação</p>	<p>O meu trabalho foi planificado – e é – por mim, contudo diálogo regularmente com os directores de turma e ajusto as minhas ideias à disponibilidade e experiência deles. Ouço sempre as sugestões deles e planeio as coisas de forma a não perturbar as suas rotinas, contudo eles também me ajudam e não houve problemas de articulação.</p>

<p>11– Da sua experiência de relação com alguns agrupamentos de escolas, e agora nesta mais recente medida TEIP II, consegue identificar outras práticas, para além da sua experiência, que possam ser consideradas de mediação sócio-educativa?</p>	<p>“é um conceito ambíguo e que podemos fazer dele o que quisermos”</p> <p><i>“mediação é o acto de conciliar interesses, vontades, desejos e projectos”, não descorando que a mediação “deve ter sempre como objectivo o sucesso educativo dos alunos”</i></p> <p><i>“mediação sócio-educativa pode ser muita coisa e por isso existe muita gente a fazê-lo”.</i></p> <p>Exemplos de práticas de mediação: As animadoras; a psicóloga, programas de voluntariado,</p>	<p>Esse é um conceito ambíguo e que podemos fazer dele o que quisermos...aquilo que o presidente da associação de pais faz pode ser consideração mediação, o que as animadoras fazem também, a psicóloga também...não sei bem a que é que nos estamos a referir quando falamos nesse conceito. Na minha óptica mediação é o acto de conciliar interesses, vontades, desejos e projectos, como tal, na escola essa mediação deve ter sempre como objectivo o sucesso educativo dos alunos. E quando digo educativo engloba a dimensão académica e social. Nesse sentido mediação sócio-educativa pode ser muita coisa e por isso existe muita gente a fazê-lo.</p>
<p>Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?</p>	<p>Exemplos de práticas de mediação: As animadoras; a psicóloga, programas de voluntariado,</p>	<p>Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas? As animadoras ao criarem um programa de rádio baseado nos interesses dos alunos, mas, em contrapartida, obrigarem à correcção dos erros de português na concepção dos programas é mediação. A psicóloga ao intervir directamente com os alunos e procurando estender a sua actividade à família em articulação com a CPCJ é mediação. O programa de voluntariado em parceria com a UP e CMP é mediação.</p>
<p>12- Em sua opinião quais são os domínios onde se justifica a intervenção de um mediador sócio-educativo? Porquê?</p>	<p>mediação entre o corpo docente e os órgãos de gestão</p> <p>uma tensão latente</p> <p><i>mediação no sentido de procurar objectivos comuns, procura conciliar trabalhos</i></p> <p><i>“comunicação entre os vários departamentos,</i></p>	<p>O domínio é: a escola e tudo o que a envolve. Sendo cada escola uma comunidade educativa (remeto para o que acima referi como “educativa”) é essencial haver esses mediadores. <i>Se calar o principal era um trabalho de mediação que eu não sei se poderia se para um profissional externo, mas se calhar para uma pessoa já lá de dentro, era a mediação entre o corpo docente e o CD, os órgãos de gestão, que é algo que não acontece na escola que não há e cria-se ali uma tensão latente que perverte qualquer tipo de trabalho diário que se faça com os alunos. A mediação no sentido de procurar objectivos comuns, procura conciliar trabalhos, depois há uma outra coisa que eu não sei se pode chamar de mediação ou gestão da escola, não sei. Há um grande problema na escola de comunicação entre os vários departamentos, entre os vários profissionais, entre toda a gente. Se houvesse este tipo de mediação, entre os funcionários e o CD a coisa talvez funciona-se melhor – digo eu. Devia haver também</i></p>

	<p><i>entre os vários profissionais, entre toda a gente</i></p> <p><i>não há qualquer tipo de trabalho em termos consistentes com as famílias</i></p> <p><i>Devia haver também uma aproximação maior as famílias</i></p> <p><i>não há qualquer tipo de trabalho em termos consistentes com as famílias</i></p> <p><i>dificuldades em trazer as famílias às escolas</i></p>	<p><i>uma aproximação maior as famílias, a AP não representa pais nenhuns, a psicóloga trabalha com as famílias só quando é para os pais assinarem alguma coisa para os miúdos irem para os cursos profissionais, as animadoras não fizeram nada para com as famílias e agora quando lhes foi pedido para fazerem torceram um bocado o nariz, eu próprio não fiz nada, não tenho qualquer tipo de trabalho com as famílias, os directores de turma só ligam para os pais pelas piores razões, ou seja, não há qualquer tipo de trabalho em termos consistentes com as famílias, a única coisa que fizemos este ano foi fazer uma ou duas festas e chamar, convidar os pais, organizarmos umas visitas à escola, posamos os miúdos a mostrar a escola, fui a única coisa que se fez por isso, era um trabalho que era preciso ser feito, não sei bem porque?</i></p> <p><i>É verdade que é muito difícil trazer as famílias às escolas, se não for festa e comida, dificilmente bem, agora o problema é quando vem o que e que vamos fazer com a presença deles – vamos mostras-lhes o teatro e mais nada? Acho que não é por aí. Acho que a escola tem muitos recursos que pode aproveitar para poder chamar mais a comunidade à escola, tem um espaço que está desocupado das 18:00 às 24:00 horas e podia rentabilizá-lo para os grupos culturais e isso criava logo uma aproximação, devia ter um contacto mais próximo com os pais, ter alguém que os pudesse chamar regularmente à escola e falar com aqueles que vinham mas, e até chamar aqueles que não vem. Sei que muito pouco é feito, e os pais vão lá para armar a giga mais nada, ou seja armar barulho quando alguma coisa corre mal com os filhos, isso aí eles aparece para..., apesar de haver alguns, há excepções</i></p>
<p>13- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação socioeducativa pode ser melhorada?</p>	<p>Com trabalho prático.</p> <p><u><i>É necessário deixarmos as quezílias profissionais, as rivalidades entre profissionais,</i></u></p> <p><i>não é a mediação sócio-educativo que pode ser melhorada, é a competência das pessoas e mesmo o ambiente institucional</i></p>	<p>Com trabalho prático. Como dizia Almeida Garrett: “todas as grandes ideias para salvar o mundo estão ditas, falta salvá-lo!” É necessário deixarmos as quezílias profissionais, as rivalidades entre profissionais, aquela ideia de: “eu faço o meu para tu fazeres o teu” para podermos trabalhar para os alunos, verdadeiramente.</p> <p><i>Não é a mediação sócio-educativo que pode ser melhorada, é a competência das pessoas e mesmo o ambiente institucional, os miúdos apercebem-se perfeitamente das rivalidades entre os professores, os miúdos apercebem-se completamente da divergência do discurso da psicóloga e dos professores, os miúdos apercebem-se perfeitamente do meu empenho e do empenho dos professores, os miúdos apercebem-se das tensões entre funcionários, os miúdos apercebem-se das tensões entre funcionários e CE, os miúdos apercebem-se das tensões entre AP, professores, funcionários, etc. É impossível transmitir-se uma moral aos alunos, é impossível fazer uma educação baseada em valores, e que ainda não existe naquela comunidade</i></p>

	<p><i>uma verdadeira anarquia, ninguém manda, toda a gente manda e ninguém faz o que supostamente alguém manda fazer</i></p> <p><i>não tem nada a ver com mediação sócio-educativo, tem haver como as pessoas estão na profissão, e nesta escola não é mediação sócio-educativa que falta,</i></p> <p><i>Liderança - é uma verdadeira anarquia, ninguém manda, toda a gente manda e ninguém faz o que supostamente alguém manda fazer</i></p> <p><i>Reflecte- se nos resultados dos miúdos e acho que os miúdos se apercebem daquilo que se passa, e como podemos educar ser educados.</i></p>	<p><i>quando se tem uma escola em constante “polvorosa”, onde a psicóloga é um foco de tensão, aquilo parece mais a Assembleia da República cada um a puxar para o seu lado sempre a tentar fazer jogos de influência e isso vê-se nos profissionais todos e por isso para mim isto não tem nada a ver com mediação sócio-educativo, tem haver como as pessoas estão na profissão, e nesta escola não é mediação socio-económica que falta, nesta escola o que falta é um gestor neo-liberal do pior que haja mesmo, mesmo de direita, porque aquilo é uma verdadeira anarquia, ninguém manda, toda a gente manda e ninguém faz o que supostamente alguém manda fazer: é uma anarquia completa. Eu acho que isso se reflecte nos resultados dos miúdos e acho que os miúdos se apercebem daquilo que se passa, e como podemos educar ser educados?</i></p>
<p>14- Em sua opinião, o que justifica a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas/agrupamentos?</p>	<p>A necessidade de acreditar que a escola pode compensar a sociedade</p> <p><u><i>é o discurso vigente na escola de que é que os miúdos vêm e não trazem educação e nós não podemos dar, os miúdos não trazem expectativas e nós não podemos dar, os miúdos nunca puderam ser doutores então nós vamos mandá-los para as escolas profissionais</i></u></p> <p><i>é o facto de acreditar que a escola pode ser um trampolim social para aqueles miúdos</i></p>	<p>A necessidade de acreditar que a escola pode compensar a sociedade!</p> <p><i>O que justifica a existência de mediadores, de professores, de funcionários, o que justifica a existência de uma escola é a necessidade de acreditar que ela pode compensar a sociedade, agora senos continuarmos com aquele discurso que é o discurso vigente na escola de que é que os miúdos vêm e não trazem educação e nós não podemos dar, os miúdos não trazem expectativas e nós não podemos dar, os miúdos nunca puderam ser doutores então nós vamos mandá-los para as escolas profissionais. Enquanto continuarmos com este tipo de perspectiva, enquanto não se acreditar que a escola pode compensar a sociedade não vale a pena lá estarmos, por isso a única coisa que justifica existência de mediadores sócio-educativos, como outros profissionais quaisquer, é o facto de acreditar que a escola pode ser um trampolim social para aqueles miúdos.</i></p>

III - Perfil profissional do/a mediador/a		
15- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores? Justifique a sua resposta.	(6) <u>rede de intervenção</u> que actue nos resultados académicos,...	Já respondi em cima... de forma a poder criar-se uma <u>rede de intervenção</u> que actue nos resultados académicos, nos comportamentos institucionais, nas relações da escola com a família, nas relações da escola com a comunidade
16- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para desenvolverem acções de mediação sócio-educativa? Porquê?	Resposta - 12, 13 e 14 Creio que os LCE têm uma boa bagagem mas não são os únicos <i>que os directores de turma fazem é mediação</i> Mas o termo ao mesmo tempo <u>quer dizer tudo e não quer dizer nada é extremamente ambíguo</u> . Polissemia do conceito: MES	Todos os profissionais que estejam vocacionados para aquilo que disse na pergunta 12, 13 e 14. Honestamente creio que os LCE têm uma boa bagagem mas não são os únicos... <i>tendo em conta a ideia que eu tenho de mediação na escola, é verdade que o que os outros profissionais fazem é mediação, por exemplo: o que os directores fazem é mediação</i> . Mas o termo ao mesmo tempo quer dizer tudo e não quer dizer nada é extremamente ambíguo.
17 – Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?	Pró actividade, responsabilidade, negociador/conciliador Militante da escola / “a escola pode compensar a sociedade”.	Pró-activo, empenhado, negociador/conciliador, responsável (no sentido de assumir responsabilidades) e ingénuo ao ponto de acreditar que “a escola pode compensar a sociedade”.

<p>18 -O que considera que precisa de ser melhorado no trabalho que desenvolve?</p>	<p>mais gente para me ajudar</p> <p>professores que se disponibilizem</p> <p>acompanhar mais de perto todos os alunos</p> <p>espaço onde eu possa receber os alunos em privacidade</p> <p>é a escola dos projectos</p> <p><i>para aquela escola e toda a gente aceita porque vê uma entrada de mais dinheiro para a escola, mas a verdade é que não há nenhum projecto em que as pessoas estejam unidas</i></p> <p><i>Mais do que gostar ou permitir de um projecto é preciso que o projecto seja comum a toda a gente, que toda a gente diga isto tem sentido vamos por aqui que o nosso objectivo é este vamos todos trabalhar para isto, já não digo todos, mas em vez de ser 50/50 que seja 70 % a trabalhar.</i></p>	<p>Tanta coisa...é preciso mais gente para me ajudar, é preciso ter professores que se disponibilizem para tirar algumas duvidas fora do seu tempo, é preciso que eu consiga acompanhar mais de perto todos os alunos, é preciso criar um espaço onde eu possa receber os alunos em privacidade, é preciso ter meios que permitam diversificar actividades com os miúdos, é preciso que a escola se una ao projecto e não, apenas, “goste e permita” o projecto, é preciso que eu tenha mais experiência com os miúdos, é preciso que eu aprenda a lidar melhor com a imprevisibilidades dos seus comportamentos, é preciso continuar a trabalhar...</p> <p><i>...ou seja, o que acontece em relação ao TEIP e em relação a tudo, esta escola (já a Profa. Carlinda dizia) é a escola dos projectos, tudo o que é um projecto, uma coisa nova, vai lá para aquela escola e toda a gente aceita porque vê uma entrada de mais dinheiro para a escola, mas a verdade é que não há nenhum projecto em que as pessoas estejam unidas, o próprio TEIP é um projecto desses, é um projecto onde 50% da escola trabalha pelo TEIP e outro 50% trabalha para destruir o TEIP os resultados que este tem, e nos outros projectos é sempre assim por causa do ambiente crispado que se vive na escola, e por isso é que eu digo: o que acontece em relação ao TEIP é permite-se o TEIP, permite-se que funcione, alguns até gostam do TEIP e depois há uma outra parte que esta sempre à espera que a coisa corra mal para depois dizer que eles é que tinham razão. Mais do que gostar ou permitir de um projecto é preciso que o projecto seja comum a toda a gente, que toda a gente diga isto tem sentido vamos por aqui que o nosso objectivo é este vamos todos trabalhar para isto, já não digo todos, mas em vez de ser 50/50 que seja 70 % a trabalhar. O problema é que a escola funciona 50/50, o que 50% faz o outro 50% tenta desfazer e vice-versa.</i></p>
--	---	---

<p>19 – Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?</p>		<p>.</p> <p>Apenas quero justificar a desconcertação das minhas respostas. Acho que não tinha sentido dizer-te coisas politicamente correctas, até porque tu conheces bem a minha experiência. Acho que identificas as respostas com a minha forma de ser e, acima de tudo, espero que a tua tese sirva para que se esclareça esse conceito que pode ser tudo e nada ao mesmo tempo, daí a minha desconcertação...</p>
---	--	--

Anexo 2 - Entrevista ao Director de Turma -

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise - Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
1. Conceção sobre MSE		
1- Qual o seu entendimento sobre o que pode ser a MSE?	<i>fazer sentido nas nossas escolas</i> <i>um conceito que exige a estreita ligação entre a escola e a família</i>	Este <u>conceito começa a fazer sentido nas nossas escolas</u> . Antes dizia-se muito, agora faz-se um pouco mais. Mediação socioeducativa é <u>um conceito que exige a estreita ligação entre a escola e a família</u> , já que se pretende ajudar os alunos quer a nível académico quer a nível cívico.
2- Que importância atribui ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Dr. Prático Pinto, neste Agrupamento, no campo da mediação socioeducativa?	<i>hábitos de estudos e comportamento nos alunos</i>	- O trabalho do Dr. Prático é muito eficiente: a sua presença na escola faz alterar alguns hábitos, <i>eu diria maus hábitos de estudo e comportamento</i> . Ele tenta levar os alunos a tomar consciência da importância da formação, nunca descorando os aspectos mais sociais...
3- Como têm reagido os professores à sua presença nas escolas do Agrupamento?	... reagido bem ao trabalho outros ... vêem esta figura com reticências	Alguns professores tem reagido bem ao trabalho que tem sido desenvolvido por esta figura, mediador socioeducativo, no entanto, outros vêem esta figura com reticências...
4- Que mais valias está a trazer às escolas do Agrupamento e (aos professores, alunos, famílias, ...) o seu trabalho? Quer explicitar melhor estas ideias?	ajudar os alunos a nível académico, social e familiar	- como já fiz notar o trabalho do dr. Prático é uma mais valia. Ele consegue, pelo menos na maior parte dos casos, , mantendo uma estreita relação / ligação com as famílias (pelo menos com as mais problemáticas).
5 -É possível identificar alguns impactos resultantes do trabalho desenvolvido pelo mediador socioeducativo? A que níveis?	permitido muita reflexão resultados mais expressivos, quer do comportamento, quer a nível do aproveitamento escolar	- O impacto ainda não se faz sentir de forma significativa, pois o nosso contexto é muito difícil, porém, pelo menos, tem permitido muita reflexão. Esta situação permitirá, sem dúvida, vislumbrar, brevemente, resultados mais expressivos, quer do comportamento, quer a nível do aproveitamento escolar.
2. Caracterização de práticas de mediação.		

<p><i>6 – Da sua experiência de relação com os diferentes agrupamentos de escolas, e agora nesta mais recente medida TEIP II, conhece algumas práticas que poderiam ser consideradas de mediação sócio-educativa? Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?</i></p>	<p>funções de Director de Turma</p> <p>O Professor tutor</p>	<p>Pode dizer-se que as <u>funções de Director de Turma</u> também passam por aí. O Director de Turma é também um mediador sócio-educativo. O Professor tutor também se integra no conceito em discussão.</p>
<p><i>7- Em que outros domínios, para além dos que enunciou, considera que pode ser importante a existência de dinâmicas de mediação socioeducativa? Quer justificar a sua resposta?</i></p>	<p>desconhecimento</p>	<p>- Uma questão que não está preparada para responder</p>
<p><i>8- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação socioeducativa pode ser melhorada?</i></p>	<p>Falta de espaço físico</p> <p>Também o número de pessoal especializado é reduzido.</p>	<p>- No caso concreto do nosso agrupamento, o espaço físico é o que menos contribui para o sucesso. O espaço físico, “a sala”, aonde se desenvolve as praticas de mediação, onde se faz a mediação, é um espaço aberto para a zona de convívio dos professores. Também o número de pessoal especializado é reduzido.</p>
<p><i>9- Em sua opinião quais os domínios/áreas onde faz sentido existir um trabalho de mediação socioeducativa, por excelência?</i></p>	<p>Na área do ensino, sem duvida</p> <p>permite àqueles que dele usufruem um crescimento intelectual consciência social mais</p>	<p>- <u>Na área do ensino, sem duvida</u>, na da saúde e nos sistemas prisionais. Outras haverão, pois este trabalho <u>permite àqueles que dele usufruem um crescimento intelectual muito grande e uma consciência social mais desenvolvida.</u></p>

10- Em sua opinião, o que justifica a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas/agrupamentos?	Relações interpessoais deficitárias	- A complexidade de “matéria – prima” utilizada. <u>As relações interpessoais são sempre muito difíceis e algo conflituoso.</u>
3. Perfil profissional do/a mediador/a		
11- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores? Justifique a sua resposta.	mais valia para o contexto educativo experiencia, diversa da dos professores	- Estes profissionais são uma mais valia para o contexto educativo, pois a sua experiencia, diversa da dos professores, contribui para o crescimento de toda a comunidade educativa
12- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para desenvolverem ações de mediação sócio-educativa? Porquê?	Ciências de Educação Relações interpessoais	- Estes profissionais devem ter formação a nível das Ciências de Educação e devem, também, possuir uma <i>capacidade fortemente desenvolvida para lidar com o ser humano.</i>
13 – Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?	Altruísta	O mediador deve “ <i>sentir a sede do saber e a fome do ajudar</i> ”.

<p>14 - Que contributo pode trazer a reflexão teórica já produzida sobre mediação na afirmação destas novas figuras profissionais nas escolas/agrupamentos?</p>	<p><i>deixar de ser meramente teórico</i></p> <p><i>reflexão teórica esteja acessível e reflectida</i></p> <p><i>pelos práticos que estão no terreno</i></p> <p><i>não tem acesso à reflexão</i></p>	<p>O contributo só se fará sentir se <u>deixar de ser meramente teórico</u>. É importante que a reflexão <u>teórica esteja acessível e reflectida pelos práticos que estão no terreno</u>, e que por vezes, ou porque não tem tempo, ou por desconhecimento, <u>não tem acesso à reflexão</u> feita com base em estudos feitos pelos teóricos e investigadores.</p>
<p>15 - Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?</p>		<p>Apesar que estou disponível para responder a qualquer questão e desta forma contribuir para que a mediação sócio-educativa passa a ser cada vez mais uma realidade do ensino público em Portugal</p>

Anexo 3 - Entrevista ao elemento do Órgão de Gestão

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
1, Conceção sobre MSE		
1- Qual o seu entendimento sobre o que pode ser a MSE?	<p>é sinónimo de diálogo diálogo seja feito de igual para igual</p> <p>Mediação é a antítese de exclusão, tem que ser inclusão, evitar a exclusão</p> <p><u>Mediação de conflitos</u></p> <p>multiculturalidade e da diversidade da população escolar</p> <p>a MSE como uma ajuda que os alunos podem ter não só para melhorar o rendimento e aproveitamento escolar, mas também para mudar as suas atitudes perante a escola</p> <p>portanto, os agentes que trabalham na escola tem que ser vistos pelos alunos como pessoas que estão para fazer o bem e não para ser, como muitos pensam que os professores são os maus e o que querem é chumbar os alunos e que realmente não querem saber deles</p>	<p>A mediação, para mim, é sinónimo de diálogo, em que se aceita dialogar de igual para igual entre ambas as partes, dois campos opostos ou duas pessoas que estão em lados opostos e que essa pessoa que vai mediar, naturalmente tem que ter essa capacidade negocial e fazer com que as partes se entendam e que se respeitem de igual para igual, porque pode haver uma pessoa que esteja numa posição dominante e outra não dominante, e aqui é preciso ter esse cuidado, por exemplo, se falarmos em dois alunos, um que uma ascendência enorme sobre o outro, e estamos ali a fazer uma mediação que não é justa, neste caso o mediador tem que ter um perfil.</p> <p>Mediação é a antítese de exclusão, tem que ser inclusão, evitar a exclusão. Eu pouco entendo sobre a MSE, mas entendo que a MSE é feito por alguém em contexto escolar que consiga resolver um problema de indisciplina, em que envolve dois lados, por exemplo, e que tem essa capacidade de não prejudicar a pessoa que cometeu essa infracção e que esteja equidistante da situação, é ser um diplomata na situação, no entanto, é preciso ver que na nossa sociedade é cada vez mais uma sociedade da multiculturalidade e da diversidade, na qual gera conflitos e hoje em dia as populações escolares são diversas, não na nossa escola, mas há escolas que tem uma componente de imigração e com imigrantes e cada vez mais, desde chineses até aos PALOP'S, e as suas respectivas gerações, temos também os imigrantes dos países de Leste e tudo isto faz com que tenhamos aqui uma sociedade muito diferente de há uns anos atrás. Tudo isto implica a existência de mediadores não só de mediação de conflitos mas também os Mediadores Sócio-educativos. Eu acho que um dos pilares fortes de uma sociedade é a Educação, e neste âmbito eu penso que a Mediação é muito importante.</p>

<p>2- Que importância atribui ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Dr. Prático Pinto neste Agrupamento, no campo da mediação socioeducativa?</p>	<p><i>melhorias e inovação quer para os docentes, quer para os alunos</i></p> <p>alunos tutores</p> <p>que servem de referência, não só em termos académicos, mas também em termos de valores,</p>	<p>Trouxe melhorias e inovação que para aqui e para os docentes e para os alunos. O Dr. Prático este ano começou por introduzir um dado novo: foi os alunos mais velhos do 7º ao 9º ano serem tutores dos alunos mais novos desta escola, do 5º até ao 6º Ano, é um trabalho inovador por natureza, nos tínhamos aqui um trabalho de tutoria que eram os professores os tutores dos alunos e agora são os alunos que são os tutores, temos aqui uma faixa etária de alunos que nos permite isso, são alunos mais velhos que estão a terminar o 3º ciclo, e que servem de referencia, não só em termos académicos, mas também em termos de valores, que incute a personalidade da própria pessoa o do seu perfil enquanto aluno que é bem comportado, isto é importante na medida em que é importante que estas referencias passem para os alunos mais novos. O Dr. Prático teve este trabalho prévio, que foi feito durante um mês, que apesar de já conhecer este contexto escolar, este trabalho foi no sentido reconhecer os alunos que temos aqui, consultou o Conselho Executivo, os Directores de Turma, teve que fazer um trabalho de campo muito rápido no sentido de identificar, os alunos com mais dificuldades, os alunos com perfil para ajudar os mais novos. E aqui esse trabalho foi interessante e inovador, isto porque, no nosso contexto temos uma grande dificuldade, os alunos tem uma grande dificuldade na orientação do seu estudo, em casa não tem pessoas com o nível académico capaz de os orientar no estudo, nós notamos que neste contexto de Miragaia que os alunos são mais escolarizados que os próprios pais e nós sentimos que há aqui uma lacuna nas habilitações dos pais, e não é por acaso que o Centro Novas Oportunidades surge neste contexto, no sentido de fazer com que os pais se envolvam mais na escola, se preocupem mais com o trabalho dos seus filhos, mas que também venham à escola e que aproveitem esta oportunidade de concluírem a escolaridade obrigatória.</p>
--	--	---

	<p>Oportunidade “<i>concluírem a escolaridade obrigatória.</i>”</p> <p>notou-se uma melhoria significativa dos resultados académicos,</p> <p><i>o objectivo desse trabalho foi de melhorar o desempenho académico dos alunos envolvidos e para prevenir e remediar a indisciplina escolar</i></p> <p>trabalho das animadoras sócio-culturais, estagiárias,</p>	<p>Agora este trabalho que se designou de GAP, gabinete de acção de Preceptores, o objectivo desse trabalho foi de melhorar o desempenho académico dos alunos envolvidos e para prevenir e remediar a indisciplina escolar. Esta escola tem aqui um problema, que são o problema das escolas TEIP, que é o problema do insucesso escolar e o problema do abandono, dois problemas gritantes, e, aqui, o Dr. Prático tentou com a aplicação deste gabinete tentar responder de uma forma... é evidente que os resultados so se verão a longo prazo, mas a curto prazo notou-se uma melhoria significativa dos resultados académicos, por exemplo: no global, dos 69 alunos que participaram no projecto 61 melhoraram os seus resultados e apenas 10 reprovaram o ano, ou seja, em termos percentuais 88% dos alunos melhoraram o seu registo e que é naturalmente muito positivo, registaram-se 486 de estudo entre os alunos preceptores e os alunos acompanhados, o que revela que os alunos participaram, estiveram muito envolvidos e motivados, é evidente que podemos dizer que havia um conjunto de prémios atribuir no final no final, para reconhecer o melhor desempenho, não só académico, mas também nas questões de estudo, e das informações que eram dados pelos directores de turma. Houve uma preocupação por parte do Dr. Prático de tentar premiar o esforço e o envolvimento dos alunos, porque houve um envolvimento e esforço dos alunos porque passavam aqui muitas horas, pós horário lectivo, foi um trabalho muito interessante e que permitiu também que o Dr. Prático, que é uma pessoa que não é docente, mas que começou aqui a ter aqui, foi conquistando pouco a pouco a empatia dos alunos, nota-se que conquistou os alunos, que se traduziu por levar ao porto certo aquilo que ele pretendia, e evidente que é importante conquista-los desde o início. O trabalho das animadoras sócio-culturais, estagiárias, que apresentaram um projecto, um plano de acção, que começou por conquistar os alunos,</p>
--	--	--

	<p>a empatia dos alunos,</p> <p>actividades lúdicas mas com um</p> <p>cariz muito formativo que a nível académico permitiu que os alunos se envolvessem com as actividades da escola,</p> <p>a grande preocupação é fazer a correcção ortográfica, se o plano estava bem estruturado</p> <p>comunicação dentro do agrupamento falha</p> <p><u>consegui aqui ser um elo de ligação muito interessante entre os interesses dos alunos e os interesses dos professores.</u></p>	<p>isto é se elas conquistassem a empatia dos alunos, porque se estes fossem motivados para as actividades que elas preconizavam naturalmente que eles se sentiam motivados para o estudo. Foi aposta na Rádio e em actividades lúdicas mas com um cariz muito formativo que a nível académico permitiu que os alunos se envolvessem com as actividades da escola, faltassem menos, viessem atempadamente para a escola, ficassem até mais tempo na escola, as aulas terminavam as 16:30 e ficavam até 17:30 a trabalhar na programação da rádio sendo a grande preocupação é fazer a correcção ortográfica, se o plano estava bem estruturado. Começou por haver uma preocupação que não existia antes, se os alunos pensavam que era chegar a Rádio e colocar músicas e estava feito. Não, ficaram a perceber que há regras, que há disciplina, uma ordem, que tinham que cumprir. Os alunos acederam e ficaram a gostar, por sua vez os alunos mais velhos foram conquistando os mais novos que ainda não fazem parte do projecto da rádio. Em relação ao Dr. Prático, ele teve aqui um papel importante, a comunicação dentro do agrupamento falha, e temos que averiguar o que falha, neste sentido, o Dr. Prático conseguiu aqui ser um elo de ligação muito interessante entre os interesses dos alunos e os interesses dos professores. Eu consegui mediar isto de uma forma muito bem e consegui depois fazer com que os alunos atingissem aquilo que os professores queriam, sem se por via directa dos professores, o Prático serviu aqui de elo de ligação, a tal mediação que foi importante no trabalho que o Prático fez também, serviu os directores de turma o que era necessário e ele tentava dentro das suas possibilidades fazer um trabalho completo com os alunos a nível da sala de estudo no final das sessões, também teve uma ajuda dos voluntários da Universidade do Porto, e que para o ano vai continuar. É claro que o Prático este ano fez um trabalho muito bom porque não só num curto espaço de tempo conseguiu motivar alunos, consegui que</p>
--	--	--

	<p>porque não só num curto espaço de tempo conseguiu motivar alunos, consegui que alunos que tinham muitas negativas deixassem de ter</p> <p>problemas de cariz disciplinar, avaliação e organização do seu trabalho porque havia alguns alunos que em casa os pais não estão muito por dentro daquilo que se passa na escola</p> <p>o CE pediu ao Dr., Prático porque ele estava mais por dentro do contexto, ele estava a fazer um trabalho com os alunos e ele sabia quais er</p>	<p>alunos que tinham muitas negativas deixassem de ter, começou a ter alunos que começaram a estar mais organizados, trazem o material para a escola, são alunos que vêem a escola doutra forma, reconhecem que aprendendo e investindo que conseguem alguma coisa, e claro que muitos estavam a apensar no prémio final, mas isso será sempre um acessório, mas eu acho que o investimento que se fez este ano já foi muito bom e realmente só se pode dar os parabéns ao Prático e à equipa toda do TEIP pelo trabalho que realizaram. Todos reagiram muito positivamente ao trabalho desenvolvido pelo Prático, o conselho Pedagógico reconheceu que o trabalho foi de encontro as necessidades dos Directores de Turma, estes tinham alguns problemas de cariz disciplinar, avaliação e organização do seu trabalho porque havia alguns alunos que em casa os pais não estão muito por dentro daquilo que se passa na escola, pois tem o seu trabalho, ou não reconhecem a escola, e não há aquele envolvimento que se pretendo dos pais em participar mais, mas reconhecem que algo esta a mudar, eles reconhecem isso, tanto é que quando foi para atribuir bolsas para a Universidade Júnior, que nos tivemos um conjunto de bolsas e que o Prático teve aqui... o CE pediu ao Dr., Prático porque ele estava mais por dentro do contexto, ele estava a fazer um trabalho com os alunos e ele sabia quais eram os alunos que mereciam mais e tinham o perfil mais adequado para terem com essa bolsa e os pais ficaram encantados, notaram que realmente algo aqui esta a mudar. É claro que nós temos que exigir mais e ser mais rigorosos, porque é necessário fazer muito mais, é claro que isto é a primeira etapa de um processo que queremos chegar a uma escola diferente, Escola com um grau de exigência que os alunos saibam que estão no ensino regular mas que o grau de exigência é muito grande e nós estamos a caminhar para isso: é claro que nos estamos a caminhar para isso e que demora o seu tempo.</p>
--	--	---

<p>3- Como têm reagido os professores à presença desta nova figura profissional nas escolas do Agrupamento? 9:10</p>	<p>na penúltima reunião do Conselho Pedagógico houve uma menção para o Dr. Prático pelo trabalho desenvolvido</p> <p>todos os professores da escola são unânimes em dizer que realmente o trabalho do Prático é importante e se continuar assim a escola só tem a ganhar</p>	<p>Muito bem, aliás na penúltima reunião do Conselho Pedagógico houve uma menção para o Dr. Prático pelo trabalho desenvolvido, houve aqui por parte de todos os professores do Conselho pedagógico, e não só, todos os professores da escola são unânimes em dizer que realmente o trabalho do Prático é importante e se continuar assim a escola só tem a ganhar, portanto, o Dr. Prático tem todo o apoio, é preciso também alguns recursos específicos, e se esses recursos específicos se não forem anulados termos que o ajudar. Eu espero que para o ano ainda corra melhor, a única coisa que há a lamentar é que o TEIP termina para o ano e por conseguinte vamos deixar de ter este recurso na escola.</p>
<p>4- Que mais valias está a trazer às escolas do Agrupamento e (aos professores, alunos, famílias, ...) o trabalho desenvolvido pelo Dr. Prático Pinto? Quer explicitar melhor estas ideias?</p>	<p>Foi inovador este gabinete de acção de preceptores chamado GAP permitiu que os alunos voltassem a ver a escola de outra forma</p> <p>Esta vertente é trabalhada pelo Prático no sentido de fazer que eles fiquem mais motivados para a escola <u>combate a indisciplina</u></p>	<p>Foi inovador este gabinete de acção de preceptores chamado GAP, permitiu que os alunos voltassem a ver a escola de outra forma, aquilo que já deveriam ter visto há algum tempo, que é vir para a escola, preocuparem-se com o estudo, serem responsáveis trazerem os matérias, serem organizados em termos de caderno diário, muitos deles ou não tinham ou não traziam caderno diário. Há aqui um trabalho de organizar os materiais os cadernos diários, motiva-los para o estudo, mostra-lhes a importância de fazer o percurso académico que é o mínimo aceitável e que no futuro não terão empregos que gostariam de ter. esta vertente é trabalhada pelo Prático no sentido de fazer que eles fiquem mais motivados para a escola. Depois ataca-se a outra questão que é o mau comportamento.</p>
<p>5 -É possível identificar alguns impactos resultantes do trabalho</p>	<p>o facto de os mais velhos serem responsáveis perante os mais novos, e, estes reconhecerem que aprendem com os mais velhos, logo no segundo período lectivo</p>	<p>O facto de envolvê-los noutras actividades para além do GAP, o combate a indisciplina também passa por aí, o facto de os mais velhos serem responsáveis perante os mais novos, e, estes reconhecerem que aprendem com os mais velhos, logo no</p>

<p>desenvolvido pelo mediador socioeducativo, Prático Pinto? A que níveis?</p>	<p>transitaram de ano, mais de 50% dos alunos estavam numa possibilidade de retenção, no entanto, verificou-se 80 % de resultados positivos, isto</p> <p>Por exemplo: as actividades de transição do 4º para o 5º Ano que é uma coisa importante, porque a escola está a debater-se com um problema ao longo dos últimos anos com um numero reduzido de alunos no 5º Ano.</p>	<p>segundo período lectivo verificou-se uma melhoria, no terceiro também, houve aqui portanto uma grande percentagem de alunos que melhoraram os resultados e transitaram de ano, mais de 50% dos alunos estavam numa possibilidade de retenção, no entanto, verificou-se 80 % de resultados positivos, isto é, de alunos que transitaram e o Dr. Prático está de parabéns nesse aspecto porque num curto espaço de tempo consegui recuperar muitos alunos. Houve um grande investimento por parte do Dr. Prático e da equipa do TEIP que ajudou o Prático (no caso das animadores e reuniões semanais em que fazíamos o ponto da situação das actividades e promover as actividades que fossem o mais possível articuladas de forma a que fossem atingidos os objectivos que foram propostos. Por exemplo: as actividades de transição do 4º para o 5º Ano que é uma coisa importante, porque a escola está a debater-se com um problema ao longo dos últimos anos com um numero reduzido de alunos no 5º Ano. Porquê? Vão para outras escolas? Porque vão para outras escolas. Estamos a fazer um trabalho de conquistar os pais e os alunos para que venham para esta escola e não vão para outra escola. Portanto nos aqui podemos dar-lhe as boas condições agora é preciso dar tempo ao tempo.</p>
<p>2. Caracterização de práticas de mediação.</p>		
<p>6 – Da sua experiência de relação com os diferentes agrupamentos de escolas, e agora nesta mais recente medida TEIP II, conhece algumas práticas que poderiam ser</p>	<p>Prático desenvolveu este ano e que pretende desenvolver para o ano, eu acho que tem um pouco de Mediação sócio-educativo</p> <p>Mediação de conflitos</p>	<p>O trabalho que o Prático desenvolveu este ano e que pretende desenvolver para o ano, eu acho que tem um pouco de Mediação sócio-educativo e também poderá ter Mediação de Conflitos, e tem porque? Tem Mediação de conflitos porque temos aqui alunos que vivem num contexto muito específico em que vivem todos os dias com a própria família, <u>estão inseridos em um contexto familiar violência física e emocional</u>, infelizmente, ou problemas de cariz económico que existe muito em que muitas famílias deste agrupamento são viciadas no rendimento social de inserção, portanto,</p>

<p>consideradas de mediação sócio-educativa?</p> <p>Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?</p>	<p>alimentação e a higiene são factores extremamente importantes nos jovens</p> <p>há aqui falhas cruciais na sociedade que é a questão alimentar</p> <p><u>não se pode exigir bons resultados e bom desempenho quando há coisas que falham a montante quando é a questão das famílias e da própria alimentação</u></p> <p>porque elas vão fazer um trabalho com as famílias, não só chamar os pais á escola, mas também ver (é um trabalho que é feito pela Segurança Social e IPJ)</p> <p>de actividades de transição, de alunos que vem</p>	<p>naturalmente mostram muito a tal dificuldade em que os pais tem, por exemplo: a alimentação e a higiene são factores extremamente importantes nos jovens e que é descorada, não de uma forma despropositada, mas porque não tem condições económicas para dar melhor aos seus filhos. E nós sentimos quando chegamos aqui a escola e verificamos que alguns alunos logo pela manhã sentem dor de cabeça e sentem-se mal dispostos e pergunto sempre se tomaram o pequeno-almoço? <i>Verifico que muitos vêm para a escola sem tomarem o pequeno-almoço o que é mau.</i> É mau porque, como é que podemos pedir aos alunos concentração, empenho quando há aqui falhas cruciais na sociedade que é a questão alimentar, ou alimenta-se mal: comem coisas que não deviam, por exemplo logo de manha <i>Ice-Tea</i> e bolos, não quer dizer que seja na escola, é em casa, e, nós ficamos a pensar: se o aluno não tem uma alimentação ideal e equilibrada, que nem é preciso gastar muito, porque muitos desses jovens que se alimentam muito mal de manhã vem com uma alimentação errada, logo os níveis de concentração... A concentração dos alunos que é muito pouca deve-se ao facto da sua alimentação, há alunos que em casa não jantam, tem um única refeição aqui na escola, oque é preocupante, <u>não se pode exigir bons resultados e bom desempenho quando há coisas que falham a montante quando é a questão das famílias e da própria alimentação</u> Depois as questões de saúde e higiene pessoal que eu acho que é preciso ter em conta. Eu acho que um mediador sócio-educativo para alem do contexto escolar tem que ser muito mais que isso, porque tem que conhecer bem a família e aqui o papel das animadoras para o ano será importante na ajuda do trabalho do Prático, porque elas vão fazer um trabalho com as famílias, não só chamar os pais á escola, mas também ver (é um trabalho que é feito pela Segurança Social e IPJ) se os estudantes tem um deficit alimentar e de higiene e saúde para podermos ajudar a</p>
--	--	--

	<p>do 4º Ano par o 5º Ano é importante que os alunos se sintam integrados e que conheçam este contexto. É uma mudança radical a nível de espaço, porque começam a ter alunos mais velhos</p> <p>práticas, actividades deverão ser</p> <p>desenvolvidas por um mediador que possa ser inovador ao nível do TEIP</p> <p>dos tutores de alunos que precisam de ser orientados a vários níveis como disse não só a nível da organização do seu estudo falta de comunicação, falta de ligação e apostou-se muito nisso, na integração e na transição, porque</p>	<p>resolver determinados problemas, se calhar podemos minimizar estes impactos.</p> <p>Outra coisa que eu queria aqui referir é o papel do mediador, por exemplo: quando falamos aqui de actividades de transição, de alunos que vem do 4º Ano par o 5º Ano é importante que os alunos se sintam integrados e que conheçam este contexto. É uma mudança radical a nível de espaço, porque começam a ter alunos mais velhos, começam a ter vários professores, e eu acho que é importante as actividades de transição não só a nível escolar mas também ficarem a conhecer um pouco melhor o ambiente para que possamos dar uma resposta mais rápida e eficiente a este tipo de alunos. Estas práticas, actividades deverão ser desenvolvidas por um mediador que possa ser inovador ao nível do TEIP. O TEIP e a filosofia do agrupamento é estar tudo interligado e haver comunicação, a nível do TEIP estamos a tentar demonstrar haver falta de comunicação, havia falta de interligação. Posso dizer que quando cheguei aqui a escola há três anos que tinha muita dificuldade em perceber porque que tínhamos muitos alunos de 4º ano e nem metade cá vinham ter. Perguntava-me se eles queriam outra escola porque estava mais perto ou porque a escola está inserido num contexto muito específico, se acessibilidades são muito fracas ou porque aqui a escola é conotada com uma má imagem, com muita violência, ou os professores não são exigentes, quer dizer que esta imagem que passa ainda, as coisas não estão totalmente resolvidas, não é aquilo que as pessoas podem pensar desta escola e esse trabalho do TEIP é tentar desmistificar a imagem social de que a escola é má. O contexto local aqui também favorece isso. Mudar a mentalidade das pessoas é fundamental, dos pais, começando por aqui pelos professores, no entanto, temos aqui um corpo de docente que já conhece a realidade e quando há integração de novos docentes facilmente ficam bem integrados, o primeiro ano custa sempre um bocado porque são professores que</p>
--	---	--

	<p>muitas actividades que nos sugerimos que todos, auxiliares, funcionários, professores, que estavam todos envolvidos</p> <p>interessados envolver-se directamente ou envolvidos com a área em questão ou porque sentiam a necessidade da sua turma de ter essa intervenção</p> <p>uma actividade com as escolas todas e não havia a tal articulação, pergunto porque é que as pessoas não se sentam a mesa discutem,</p>	<p>não estão habituados a este tipo de escola e a este tipo de alunos, mas que facilmente se integram e depois no segundo ano já querem ficar cá, querem dar continuidade ao trabalho, percebem que podem dar o seu contributo, o que me deixa satisfeito porque vejo professores que tiveram um ano difícil na escola mas que no final dizem que valeu a pena apostar. Temos alunos difíceis, que faltam muito, que correm o risco de abandono escolar precoce, mas estamos a tentar dar resposta a esses alunos, é claro que a nível de sala de aula é complicado um professor ter um completamente desmotivado, pode tentar diversificar estratégias que são muitas mesmo assim não são certas, porque o aluno não trás material não trás nada, só bem para prejudicar e realmente é muito complicado.</p> <p>Em relação a mediação o Dr. Prático trouxe para aqui uma experiência nova que foi a questão dos tutores de alunos que precisam de ser orientados a vários níveis como disse não só a nível da organização do seu estudo, na questão do dia a dia pratico da resolução dos problemas imediatos de nível escolar, mas também na parte da família, parte da questão alimentar e da sua higiene, também há aqui alunos com questões dessa ordem. A questão também de promover uma grande articulação entre as escolas do agrupamento, portanto as EB1's, Jardins-de-infância e a sede, portanto havia aqui falta de comunicação, falta de ligação e apostou-se muito nisso, na integração e na transição, porque não havia. Foi também uma novidade. Reconhecemos que aqui a comunicação falhava e quem são os prejudicados são os alunos. Por exemplo, havia uma actividade com as escolas todas e não havia a tal articulação, pergunto porque é que as pessoas não se sentam a mesa discutem, falam, organizam. Há uma poupança de custos, de tempo, havia aqui esta falha, dei este exemplo prático que acontece no dia a dia mas que realmente falha, e depois também quando nós queremos uniformizar</p>
--	--	---

	<p>falam, organizam</p> <p>TEIP, estamos a tentar mudar este clima e fazer com que as pessoas percebam que é importante estarmos todos juntos, unidos, lutar pelos mesmos ideais,</p> <p>importante estar interligado</p> <p>não é actividades de preencher calendário, mas actividades que fazem sentido porque vai dar resposta aquilo que nós pretendem</p>	<p>critérios de actuação é difícil porque há resistências a este nova vaga de técnicos que este ano surgiu com o TEIP, estamos a tentar mudar este clima e fazer com que as pessoas percebam que é importante estarmos todos juntos, unidos, lutar pelos mesmos ideais, porque é importante estar interligado e quando falo no TEIP falo nesta necessidade de as pessoas que tem os seus alunos também interligarem as suas actividades com a equipa TEIP, com as animadoras. O TEIP surge este ano em Janeiro, acontece que há muitas actividades que nos sugerimos que todos, auxiliares, funcionários, professores, que estavam todos envolvidos e nessa divulgação de actividades e nós sentimos que havia alguns professores que estavam interessados envolver-se directamente ou porque estavam envolvidos com a área em questão ou porque sentiam a necessidade da sua turma de ter essa intervenção, e portanto, falhou-se aqui em actividades muito interessantes ou vivem, vêem pessoas de família... tivemos este ano na nossa escola uma grande diversidade de actividades, não é actividades de preencher calendário, mas actividades que fazem sentido porque vai dar resposta aquilo que nós pretendemos: a questão da droga, da alimentação, da higiene, da saúde oral, na questão das vacinas, havia alunos que nem eram vacinados. Sei que estas questões não são inovadoras, há muitas escolas também se preocupam com isso, mas nós aqui notamos que as pessoas são muito egoístas e não pensam nos outros, e nós estamos aqui a tentar mudar mentalidades: temos que pensar nos outros. Os jovens vêm a dizer que a escola poderia ter feito mais algo por nós, no entanto e preciso que os jovens reconhecem que a escola nos ensinou alguma coisa e que útil no nossa projecto de vida.</p> <p>Ao longo dos últimos anos o papel do professor mudou muito e esqueceram-se da função principal do professor que é ensinar e formar o aluno. É claro que o professor</p>
--	--	---

	<p>o papel do professor mudou</p> <p>escolas não os integrou a tempo inteiro isso é que era importante</p> <p>As <i>parcerias</i></p> <p>obrigados” a ter parceiros e realmente as parcerias são fundamentais, a escola não pode estar fechada tem que abrir á comunidade não só local</p>	<p>teve que dar respostas porque não havia técnicos especializados nessa área e que tinham que dar resposta erradas, respostas essas que poderiam ser dadas naturalmente se tivessem técnicos especializados, técnicos de Ciências da Educação, Psicólogos, técnicos que estão neste momento disponíveis, já existem mas que as escolas não os integrou a tempo inteiro isso é que era importante. Só pontualmente com contratos programas, com parcerias é que temos esse tipo de recursos, mas que os devíamos ter a tempo inteiro nas escolas deste género porque é muito importante.</p> <p>O director de turma é um mediador por natureza porque é o elo de ligação entre os alunos, professores, família e CE também. É um agente extremamente importante, mas que devíamos completar esse trabalho com um agente, um técnico dessa área: será um psicólogo, será um técnico formado em Ciências da Educação? Ou um Psico-pedagogo Porque não? Ou outra área, mas que conheça a realidade da educação é fundamental.</p> <p>As parcerias sim e há muitas, nós este ano com o TEIP fomos “obrigados” a ter parceiros e realmente as parcerias são fundamentais, a escola não pode estar fechada tem que abrir á comunidade não só local mas a uma escala que até pode ultrapassar o país, a escola pode estabelecer entre escolas entre as escolas a nível da Europa, eu acho que temos que conhecer outras realidades, os alunos tem que conhecer outras realidades, os alunos deste local só reconhecem esta realidade, eles tem que conhecer outras realidades, ter outras experiências. Há dias quando eu e o Prático atribuímos um prémio, a Nike/Campo e a Direcção Regional deu-nos uma bolsa para um aluno que tivesse mérito escolar e a nível desempenho das aulas de educação física, um tipo ou outro os pais não deixaram porque os filhos estarem ausentes uma semana em Lisboa é muito complicado, uma semana ausente é muito complicado, mesmo explicando que iriam estar acompanhados por uma pessoa responsável, mesmo assim é muito</p>
--	--	--

	<p>relação as parcerias queria dizer que com o TEIP temos muitas parcerias, por exemplo com a o IPJ, Centro de Saúde, e estamos a pensar fazer uma parceria com a Porto Editora</p> <p>E ao estabelecermos parceria com uma grande empresa,</p> <p>a ultima intervenção foi a melhoria de espaço e a humanização do espaço aqui da escola</p> <p>Estas parcerias e protocolos vêm criar uma mais valia na escola no sentido de criar melhor ambiente para os alunos, dar mais preparação aos professores com formação,</p>	<p>complicado. Conseguimos seleccionar um aluno que esta a adorar conhecer essa realidade, era um aluno que não conhecia Lisboa e que raramente saiu deste contexto. Se a escola não facultar uma visita de estudo raramente saem deste contexto e não tem contacto com outras culturas e que faz falta a estes alunos.</p> <p>Mas em relação as parcerias queria dizer que com o TEIP temos muitas parcerias, por exemplo com a o IPJ, Centro de Saúde, e estamos a pensar fazer uma parceria com a Porto Editora, temos também uma parceria com o Programa Porto de Futuro que a Câmara esta a promover e acho que aqui a câmara também apostado um pouco mais na educação. E ao estabelecermos parceria com uma grande empresa, temos uma parceria com a UNICER que é para continuar, que nos vai dar apoio a nível de serviços, e mesmo no apoio de actividades lúdicas e não só, por exemplo, recentemente a ultima intervenção foi a melhoria de espaço e a humanização do espaço aqui da escola que é uma escola muito fria, se queremos alunos motivados temos que dar boas condições, no ano passado apostamos na climatização da escola com aquecimento com “estóros”, Humanizar os espaços implica o quê? Melhoria do espaço exterior, começamos com uma pequena amostra do jardim, vamos também apostar na parte exterior com limpeza e a iluminação que foi tudo vandalizado nos primeiros anos desta escola, ou seja, considero que a organização do espaço é fundamental, por exemplo basta dizer que a escola tiver uma sala de aula decorada de forma diferente o aluno sente-se mais atraído pela escola. Estas parcerias e protocolos vêm criar uma mais valia na escola no sentido de criar melhor ambiente para os alunos, dar mais preparação aos professores com formação, e criar naturalmente mais condições para que os alunos se sintam mais realizados e que gostem de passar por aqui e claro dar outra imagem da escola qu pouco a pouco esta a desaparecer.</p>
--	--	--

<p>7- Em que outros domínios, para além dos que enunciou, considera que pode ser importante a existência de dinâmicas de mediação socioeducativa?</p> <p>Quer justificar a sua resposta?</p>	<p>Prático fez, pelo trabalho dos alunos em que eles foram os tutores uns dos outros</p> <p>o trabalho que faz a Comissão de Protecção de Jovens (CPJ) o trabalho da assistente social,</p> <p>Noutras escolas por onde passei, naturalmente não se notava muito isto, são escolas ainda muito conservadoras, faziam aquilo que é normal</p>	<p>um trabalho de mediação socioeducativa, por excelência?</p> <p>A mediação educativa passa pelo trabalho que o Prático fez, pelo trabalho dos alunos em que eles foram os tutores uns dos outros. Há aqui um trabalho que não podemos esquecer, que é um trabalho paralelo que por vezes ultrapassa a escola que é o trabalho que faz a Comissão de Protecção de Jovens (CPJ) o trabalho da assistente social, que são importantes, Esta mensagem tem que passar. Esta escola é das escolas mais inovadoras, ou que esta mais a frente neste tipo de acontecimentos. Quando emerge qualquer coisa no campo das ciências da educação esta escola esta sempre na linha da frente, ou porque temos o prazer e temos aberto as portas aos técnicos e há investigação no âmbito de mestrados e doutoramentos e vêm recolher dados, nos queremos dar contributos. Ao sermos pioneiros em muitas coisas naturalmente damos muitos contributos, por vezes partimos “cegos” para a linha da frente por vezes não sabemos o que vamos fazer, mas realmente aprendesse muita coisa, e eu acho que esta escola é muito diferente das outras, não só pelo contexto sócio - económico em que está inserida, mas pela riqueza que existe aqui em projectos, parcerias, em trabalhos em que ela se envolve. Noutras escolas por onde passei, naturalmente não se notava muito isto, são escolas ainda muito conservadoras, faziam aquilo que é normal.</p>
--	--	---

<p>8- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação socioeducativa pode ser melhorada?</p>	<p>O grande pivot deste mediador é o director de turma sem dúvida nenhuma, este tem um papel fulcral para o sucesso dos alunos,</p> <p>mas como é evidente o Director de turma não pode fazer o trabalho sozinho, necessita de apoio</p> <p>o apoio que o Dr. Prático e o TEIP estão a dar</p> <p>sentido de apoiar mais os alunos e as famílias e é aqui que eu vejo que o TEIP pode ser fundamental</p> <p>aquela formação específica por vezes para funcionários, auxiliares de acção educativa</p> <p>e para alunos, no caso da indisciplina e avaliação, para os pais e professores</p> <p>Director de Turma tem um papel importante central no estudo, a direcção da escola como responsável pode “unir” estes elos</p> <p>Continuidade do trabalho</p>	<p>A questão das tutórias, que é muito recente, eu nunca verifiquei isso noutras escolas, é claro que o Director de Turma sempre fez de tutor, alias o director de turma sempre foi um mediador sócio-educativo, entre os professores, os pais alunos e a própria direcção de escola. O grande pivot deste mediador é o director de turma sem dúvida nenhuma, este tem um papel fulcral para o sucesso dos alunos, mas como é evidente o Director de turma não pode fazer o trabalho sozinho, necessita de apoio. E o apoio que o Dr. Prático e o TEIP estão a dar, e para o ano vai dar mais, no sentido de apoiar mais os alunos e as famílias e é aqui que eu vejo que o TEIP pode ser fundamental. O TEIP pode mediar a questão dos professores e aquilo que eles pretendem fazer, o director de turma, o TEIP todo (a equipa do TEIP em que o Dr. Prático está envolvido) e as famílias. Uma lacuna que existe nas escolas é a pouca formação que se faz, formação interna, não é aquela formação que se faz, formação para a obtenção de créditos que se exige para a progressão na carreira, é a aquela formação específica por vezes para funcionários, auxiliares de acção educativa e para alunos, no caso da indisciplina e avaliação, para os pais e professores. Por vezes cometesse alguns erros por ignorância, e se o Director de Turma tem um papel importante central no estudo, a direcção da escola como responsável pode “unir” estes elos para que haja esta articulação e para que isto funcione dar mais importância ao trabalho do Director de Turma, e nós temos dado através de mais um tempo lectivo para o trabalho dele porque sabemos que para o trabalho que ele faz o tempo não é suficiente, não damos mais por questões burocráticas, mas eu acho que é com a vinda de técnicos específicos, o Dr. Prático é exemplo disso, na área das ciências da educação, por exemplo, eu acho que deveríamos ter aqui essas pessoas permanentemente a trabalhar. Como referi há pouco o TEIP vai terminar e quando terminar o Dr. Prático deixa de participar, e eu acho que</p>
---	---	--

	<p>um ou outro recurso que fosse importante para que a escola continuasse o seu trabalho---continuidade do trabalho</p> <p><i>da Universidade do Porto, um protocolo no sentido de voluntariado, no caso das tutórias e que para o ano o Dr, Prático está tentar alargar âmbito</i></p> <p><i>Nós estamos a tentar recuperar aqueles alunos que não tem condições ou por motivos diversos</i></p>	<p>iremos retroceder naquilo que fizemos o que é mau. Eu acho que as escolas chamadas TEIP, e que vão deixar de ser, porque o TEIP tem um tempo, a não ser que seja prolongado, vamos perder estes recursos e acho que era importante que as escolas designadas com o TEIP, depois de terminado aquele período de abrangência do TEIP que pelo menos ficasse com um ou outro recurso que fosse importante para que a escola continuasse o seu trabalho, <i>e acho que na área das ciências da educação tivesse uma pessoa assim como se tem um Psicólogo a tempo inteiro, precisávamos de um técnico dessa área para assegurar a tal mediação sócio-educativo. Se o papel do director de turma é importantíssimo, mas por vezes falta-lhe aquele apoio de retaguarda, que outro técnico lhe pode dar.</i></p> <p><i>Seria importante mais apoio nesta área, imediata, seria interessante, nem que fosse aqui por estágios, por exemplo nos temos um a questão da Universidade do Porto, um protocolo no sentido de voluntariado, no caso das tutórias e que para o ano o Dr, Prático está tentar alargar âmbito, no sentido de premiar agora os alunos que são bons e que por vezes são esquecidos por vezes. Nós estamos a tentar recuperar aqueles alunos que não tem condições ou por motivos diversos não têm apoio e podem naturalmente evoluir muito bem de uma forma muito positiva se tiver ajuda e isso este a ser feito, também não nos podemos esquecer daqueles que são bons, poucos mas são e esses estão um bocado perdidos e é preciso dar esse apoio e esse apoio vai ser dado com o voluntariado da UP, pessoas já com experiência, no ensino superior, e, se calhar os alunos daqui que tem melhores resultados académicos, tenho a certeza e passa por aí de ter perspectivas de frequentar o ensino superior, naturalmente é importante dar esse apoio no caso de ser os tutores desses alunos e tentar dar esse apoio pasa também por visitar as faculdades mais vezes, fazer mais visitas, mostrar o</i></p>
--	---	--

	<p><i>voluntariado da UP, pessoas já com experiência, no ensino superior, e, se calhar os alunos daqui que tem melhores resultados académicos</i></p> <p><i>parceria com a UNICER, no âmbito do Porto Futuro, e a UNICER facultou-nos 6 bolsas para a Universidade Júnior</i></p> <p><i>os pais reconheceram que os filhos gostaram muito de estar envolvidos naquele meio,</i></p> <p><i>uma visita cultural a outras para eles terem contacto com outra cultura, verem outras realidades, acho que é importante no seu desenvolvimento pessoal e da sua própria identidade</i></p>	<p><i>ambiente de uma faculdade, o grau de exigência, porque há aqui alunos que precisam dessa ajuda, por exemplo, no caso dos mais novos, este ano e em parceria com a UNICER, no âmbito do Porto Futuro, e a UNICER facultou-nos 6 bolsas para a Universidade Júnior, fui gratuito, tudo pago, houve aqui e por parte do Prático, nós achávamos que o Prático deveria ser a pessoa mais indicada para seleccionar os alunos, dentro do grupo que tinha seleccionou seis meninos um de cada ano e 2 do 9º Ano. O que acontece? Estes meninos com esta experiência de passar uma semana na universidade com actividades foram uma coisa extraordinária, eles adoraram, os pais reconheceram que os filhos gostaram muito de estar envolvidos naquele meio, é importante estas crianças conhecerem outros mundos ter outro tipo de experiências para além do seu contexto local, é importante criar esse ambiente que facilite os alunos com outras culturas que se não for facilitado pela escola nunca terão oportunidade e conhecer outras realidades. Por exemplo uma ida ao estrangeiro, se a escola poder promover uma visita cultural a outras para eles terem contacto com outra cultura, verem outras realidades, acho que é importante no seu desenvolvimento pessoal e da sua própria identidade, são alunos que vivem em meios onde há muita violência, e portanto eles tem que perceber que há outros valores, eu acho que a escola tem cada vez mais de se “vocacionar” pelas questões teórico prática, com muitas experiências, saídas de campo, as aprendizagens significativas passam por aí e se não houve experimentação, se temos laboratórios porque se não faz experiências, se houver saídas de campo, se for só ensino teórico meramente aqui dentro da escola é muito redutor é importante que os alunos tenham outras experiências e vivências.</i></p> <p><i>Eu acho que é importante que haja... acho que a base é a família é fundamental, uma boa base familiar sólida resolve os problemas todos, o problema do abandono e outros,</i></p>
--	--	--

	<p>essas famílias e isso é uma realidade aqui, fazer uma gestão mais adequada desses recursos, querem gastar o pouco que tem em 3 ou 4 dias, é uma realidade. Recebem no final do mês andam</p> <p>base é a família é fundamental</p>	<p>podem ser minimizados com uma boa base familiar e se nós fizermos uma boa intervenção nas famílias e criarmos condições que a família possa ter em termos de apoio naturalmente muitos problemas vão ser resolvidos: falamos na alimentação, na saúde, na higiene pessoal e na orientação vocacional e na orientação por parte dos pais que também não tem orientação logo não podem dar orientação aos filhos, é importante que haja técnicos que possam fazer mediação e promover essa orientação de forma a ser os pais a orientar os filhos. Por exemplo, a simples orientação na parte financeira de forma a orientar o pouco dinheiro que tem essas famílias e isso é uma realidade aqui, fazer uma gestão mais adequada desses recursos, querem gastar o pouco que tem em 3 ou 4 dias, é uma realidade. Recebem no final do mês andam meia dúzia de dias a gasta-lo, e depois andam a pedir ou a sobreviver. É preciso fazer uma intervenção neste campo e de imediato.</p>
<p>9- Em sua opinião quais os domínios/áreas onde faz sentido existir</p>	<p>MSE como uma ajuda que os alunos podem ter não só para melhorar o rendimento e aproveitamento escolar,</p> <p>mudar as suas atitudes perante a escola</p> <p>os agentes que trabalham na escola tem que ser vistos pelos alunos como pessoas que estão para fazer o bem</p>	<p>eu vejo a MSE como uma ajuda que os alunos podem ter não só para melhorar o rendimento e aproveitamento escolar, mas também para mudar as suas atitudes perante a escola: fazer com que vejam a escola de outra forma, vejam a escola como sendo uma escola amiga que quer o melhor para eles, mas eles também tem que fazer alguma coisa para que isso aconteça, portanto, os agentes que trabalham na escola tem que ser vistos pelos alunos como pessoas que estão para fazer o bem e não para ser, como muitos pensam que os professores são os maus e o que querem é chumbar os alunos e que realmente não querem saber deles.</p>

<p>10- Em sua opinião, em que área se justifica o trabalho dos mediadores sócio-educativo nas escolas/agrupamentos?</p>	<p>interlocutor privilegiado entre os directora</p> <p>promover o sucesso educativo</p> <p>a integração dos meninos na vida activa, acima de tudo fazer com que eles se sintam bem na escola,s de turma, professores,</p> <p>fazer um trabalho também com a família... fazer com que os pais compreendam que a educação dos filho</p> <p>trabalhar com as famílias desestruturadas</p> <p>questão visual, muitos tem problemas de visão e não tem dinheiro para</p> <p>comprar uns óculos</p>	<p>O trabalho deste técnico terá que passar sempre aqui na escola, pelo apoio, sendo um interlocutor privilegiado entre os directores de turma, professores, saber naturalmente o contributo que ele pode dar, sendo objectivo último disto tudo promover o sucesso educativo, a integração dos meninos na vida activa, acima de tudo fazer com que eles se sintam bem na escola, que tenham sucesso escolar, que não haja indisciplina, ou o mínimo de indisciplina possível, isso é o papel mais importante do mediador sócio-educativo, fazer um trabalho também com a família também é importante, fazer com que os pais compreendam que a educação dos filhos também é importante, que a sua educação passa pela formação na escola, valorizar a escola e o seu papel, que por vezes não é valorizado pelas famílias que também não tem orientação, vamos ser sinceros se não tem orientação também não podem dar orientação aos seus filhos, aqui um trabalho também importante desse mediador é fazer este trabalho de casa, isto é: tem que trabalhar com as famílias desestruturadas que não tem possibilidades de orientar os seus filhos, muitos andam abandonados ou vivem com os avós e estes não tem possibilidades de vir a escola por motivos de saúde, é que também esses mediadores possam dar esse contributo de serem tutores, encarregados de educação, por exemplo, de alguns alunos que não tem pais ou encarregados de educação que os possam orientar e estes meninos dentro de alguns anos podem-se perder e eu acho que este trabalho com os mais novos de tentar protege-los. Depois é o trabalho com os pais noutra vertente que é no sentido de eles terem mais formação académica e de voltar à escola e outras vertentes que estão ligadas á família que também é importante e que é a questão da alimentação, da higiene e da saúde: vacinação e saúde oral. Por exemplo estou a pensar no caso da questão visual, muitos tem problemas de visão e não tem dinheiro para comprar uns óculos, se conseguíssemos fazer um trabalho no sentido de</p>
--	---	---

	<p>um trabalho no sentido de arranjarmos formas</p> <p>a questão das famílias é e trabalhar com os pais em varias vertentes,</p> <p>o apoio aos directores de turma e professores é importante</p> <p>O trabalho nas famílias relacionado questão alimentar, tem uma</p> <p>também que apostar na questão do desporto escolar</p> <p>além da questão física que sabíamos</p> <p>transmitia valores importantes, regras e disciplina</p>	<p>arranjarmos formas de angariar algum fundo ou termos capacidade de estabelecermos parcerias no sentido de criarmos condições para que os alunos tenham acesso por exemplo a um par de óculos, os alunos com estes problemas tem um rendimento escolar pobre.</p> <p>Eu acho que há aqui muitas questões a trabalhar: a questão das famílias é importante e trabalhar com os pais em varias vertentes, aqui escola o apoio aos directores de turma e professores é importante.</p> <p>O trabalho nas famílias relacionado com uma questão que eu penso que é importante é a questão alimentar, tem uma alimentação desequilibrada, se por um lado eles comem, ingerem calorias a mais, usam e abusam de refrigerantes, de pasteis, seria importante inverter isso, a obesidade infantil é grande, assusta ter crianças de 10 anos obesos, não é ter peso a mais e serem obesos.</p> <p>Temos também que apostar na questão do desporto escolar, porque promove mais o exercício físico e actividades, por exemplo no meu tempo havia competições entre escolas com varias modalidades e nos ficamos todos contentes por competir, e esta competição fazia com que víssemos o desporto de outra forma, e também nos ajudava na questão física e intelectual, e isso ajuda muito porque tínhamos que respeitar regras de disciplina, que se transporta para a sala de aula e era um sucesso grande, para além da questão física que sabíamos o que tínhamos que comer, quando tínhamos de comer, quantas vezes por dia, o que não deveríamos comer. Mais o mais importante neste tipo de competição que existia entre as escolas de várias modalidades, e havia professores de educação física responsáveis pelas equipas naturalmente transmitia valores importantes, regras e disciplina.</p>
--	---	---

3. Perfil profissional do/a mediador/a		
11- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores? Justifique a sua resposta.	<p>é preciso mais que um mediador na escola</p>	<p>Nesta escola é preciso mais que um mediadoras uma escola com muitos problemas.</p>
	<p>uma psicóloga a trabalhar que se desdobra pelas escolas,</p> <p>Dr. Prático com a tal mediação com ajuda de recursos que temos aqui do TEIP que tem essa mais valia de ter uma formação do nível ensino social e educação social que é complementar o trabalho do Dr. Prático</p> <p>A informação tem que ser divulgada desde o topo a base da hierarquia,</p> <p>sem ser deturpada</p> <p>mediação que por vezes não ocorre ou ocorre menos bem porque há uma falha de comunicação</p> <p>neste sentido que estamos a trabalhar para criar condições,</p> <p>humanização dos espaços, não só para os alunos, mas para os professores</p>	<p>Com base na experiência naquilo que foi trabalhar com o Dr. Prático e com outras pessoas acho que faz todo o sentido. Não quero dizer que não poderiam ser outras, o ideal seria ter um elemento a tempo inteiro a trabalhar, por exemplo, temos uma psicóloga a trabalhar que se desdobra pelas escolas, mesmo que ela queira fazer mais não consegue, a escola /agrupamento exige muito e ela sozinha não consegue.</p> <p>No caso do Dr. Prático este ano ele conseguiu, mas ele sozinho não consegue e se para o ano vamos alargar as actividades e o âmbito deste trabalho vai implicar necessariamente mais recursos, e não é ter recursos por ter. é mesmo necessário e vou ter naturalmente que fazer o que? É tentar ajudar o Dr. Prático com a tal mediação com ajuda de recursos que temos aqui do TEIP que tem essa mais valia de ter uma formação do nível ensino social e educação social que é complementar o trabalho do Dr. Prático que acho que poderá seguir esse caminho e cada vez mais ligação com o corpo docente, toda a gente tem que estar envolvida, toda a gente tem que participar, toda a gente tem que conhecer o que se vai fazer, o que se faz, o porquê desta actividade, o porquê de se estar a pensar assim, tem de passar esta informação toda e que falhou. <u>A informação tem que ser divulgada desde o topo a base da hierarquia, e tem que chegar sem ser deturpada porque é aqui que também falha um bocado isso, é a tal mediação que por vezes não ocorre ou ocorre menos bem porque há uma falha de comunicação.</u> Esse trabalho de comunicação está a ser tratado, aliás, haverá formação nesse capítulo por parte da UNICER. Vamos ter que pensar a escola como um empresa, não é pensar a escola como empresa geradora de lucros, mas a pensar numa organização onde as pessoas têm que ser mais profissionais e dar o seu máximo. Eu sei</p>

		<p>que muitos fazem isso, dedicam-se muito, alias podemos dizer que há professores que fazem um trabalho excelente, os directores de turma fazem um trabalho excelente, aliás, o Dr. Prático reconheceu isso e temos que reconhecer isso porque é um trabalho muito exigente, para além das 35 horas.. É neste sentido que estamos a trabalhar para criar condições, a tal humanização dos espaços, não só para os alunos, mas para os professores também, nós temos aqui um problema de acústica muito grave e nós estamos a tentar resolver os problemas para que eles consigam desenvolver o seu trabalho melhor e a mediação passa também por aí, de forma a termos condições de trabalho minimamente aceitáveis.</p>
<p>12- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para desenvolverem acções de mediação sócio-educativa? Porquê?</p>	<p>m relação ao perfil da pessoa tem que estar ligado a área da educação</p> <p>não é uma só pessoa que pode ser esse mediador técnicas de serviço social</p> <p>formação académica que permite dar resposta aquilo que nós queremos que era educação social e serviço social</p> <p>elemento ligado as ciências da educação</p>	<p>Depois tem que ter muito tempo disponível porque às vezes as 35 horas por vezes não em relação ao perfil da pessoa tem que estar ligado a área da educação, isto é, e a mesma coisa que dizer que o ministro da saúde tem que ser um médico, o ministro da educação tem que ser um professor. Conhece melhor o meio, agora dentro dessa área há pessoas mais especializadas que outras. Note que realmente não é uma só pessoa que pode ser esse mediador, eu acho que pode ser duas ou três e a trabalhar em conjunto, acho que era importante mediação de conflitos, por exemplo temos técnicas de serviço social que são pessoas que também preenchem requisitos, nos temos aqui que são as animadoras, e, eu quando contratei as animadoras pensei numa mais valia. Estas, tem uma formação académica que permite dar resposta aquilo que nós queremos que era educação social e serviço social e que vão dar a resposta com um trabalho mais efectivo nas famílias, mas um elemento ligado as ciências da educação é um elemento relevante, isto porque, a experiência que estamos a ter com o Dr. Prático esta a resultar, se calhar, é uma área que se deva privilegiar ligada as ciências da educação,</p>

	<p>, a parte social a parte efectiva</p> <p>uma pessoa ligada a área da educação, ciências da educação</p>	<p>acho que faz todo o sentido. Se me disser que ligado a área da Psicologia tudo bem, mas para mediar esses conflitos, a parte social a parte efectiva tudo o que passa aqui na escola e que ultrapassa o meio escolar acho que uma pessoa ligada a área da educação, ciências da educação,</p>
<p>13 – Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?</p>	<p>trabalhar em grupo</p> <p>reflectir sobre a sua acção,</p> <p>partilhar as suas ideias, ser colaborar (tivo).</p> <p>este mediador vai apanhar famílias com uma formação muito baixa, com famílias (des)estruturadas, pessoas que usam e abusam do álcool e drogas, com famílias ditas normais em que já tem uma família estruturada com alguma formação</p> <p>Agrupamento de Escolas, é preciso ter uma equipa por detrás</p> <p>Equipa multidisciplinar</p> <p>ser reflexivo fazer auto avaliação estar sempre a partilhar informação</p> <p>o mediador pode ter aqui um papel importante, não retirar funções nem substituir ao director de turma, é um complemento</p>	<p>Primeiro terá que ser uma pessoa que saiba trabalhar em grupo, não ser individualista, ser humilde, saber ouvir as pessoas, ser tolerante, ser capaz de reflectir sobre a sua acção, partilhar as suas ideias, ser colaborar (tivo). É acima de tudo ser uma pessoa sociável e saber estar, este mediador vai apanhar famílias com uma formação muito baixa, com famílias (des)estruturadas, pessoas que usam e abusam do álcool e drogas, com famílias ditas normais em que já tem uma família estruturada com alguma formação. Ser capaz de adequar-se a todo o tipo de pessoas. Depois terá que ter uma formação ligada a educação, ligada a ciências da educação. É também importante que: não sei se um só mediador sócio-educativo poderá não chegar, depende da necessidade da escola, na nossa escola de certo um não chegava, estamos a falar de Agrupamento de Escolas, é preciso ter uma equipa por detrás e uma só mediador sócio-educativo se calhar não consegue fazer todo o trabalho, é preciso ter uma equipa por detrás porque se o director de turma já com 20 ou 25 alunos tem dificuldade em fazer o seu trabalho, se nós aqui na sede temos 19 turmas, fora as EB1 e o Pré-escolar, aqui um trabalho que é preciso fazer e que realmente um só mediador não chega, não estamos a falar de quantos profissionais são precisos, uma escola com muitos problemas, de varia ordem e índole um só mediador não chega mas o perfil dele é esse basicamente é ser capaz de partilhar a sua informação ser reflexivo fazer auto avaliação estar sempre a partilhar informação com as pessoas responsáveis: direcção de escola, directores de turma, ouvir os professores da turma porque há situações que escapam ao próprio mediador e</p>

		que podem alertar problemas que os alunos possam apresentar tais consumo droga. Aqui também é importante o tal mediador, se o director de turma tem que estar atento, o mediador pode ter aqui um papel importante, não retirar funções nem substituir ao director de turma, é um complemento
14 - Que contributo pode trazer a reflexão teórica já produzida sobre mediação na afirmação destas novas figuras profissionais nas escolas/agrupamentos?	<p>Apoio de instituições de ensino superior</p> <p>tivemos uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian relativamente à Mediação de Conflitos</p> <p>estreita colaboração com a FPCE-UP</p>	<p>Nós aqui nesta escola, temos uma consultora científica que é a Profa. Dra. Carlinda Leite, que nos tem dado um apoio grande. Também não foi por acaso que o trabalho do Dr. Prático, ele e eu escrevemos um artigo publicado na revista, fazemos questão de tudo o que se passa aqui seja visível, nós aqui pouco a pouco destas experiências pedagógicas que estamos a ter e estas actividades que se fazem e se pretender vir a fazer, num caso concreto vou mencionar um caso concreto de parceria que temos com FPCE e com a Profa. Carlinda Leite, com que tivemos uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian relativamente à Mediação de Conflitos, estamos a espera em principio brevemente saberemos a resposta, mas aí está, estas parcerias é estar sempre atento às ultimas inovações no campo da educação porque naturalmente nós temos de estar sempre abertos às mudanças e aquilo que se faz de mais inovador para aplicar, experimentar, às vezes não dá certo, nós temos que experimentar, esta escola serve para isso, porque esta escola é uma escola tipo para fazer estas experiências, esta abertura ao ensino superior e está estreita colaboração com a FPCE-UP, com outras parcerias no campo da saúde, centros de saúde, hospitais, com os centros sociais, que contar que muitos meninos de aqui estão em ATL's e outros que frequentam, é necessário aqui uma rede em ocupados e que não estejam na rua a fazer outras coisas, e preciso que eles estejam ocupados com outras actividades que pode passar por desporto e não só. Mas acho que é importante o que se faz cá que seja visível, realmente nós temos que ter essa preocupação de dar visibilidade no que se faz</p>

	é importante o que se faz cá que seja visível	Relativamente a esta área e a este contexto no campo da mediação sócio-educativo, estamos também a trabalhar no sentido de no próximo ano com a Porto Editora como também tem umas “ <i>revistas especializadas em ciências da educação</i> ” também criamos assim artigos para lá, relativamente ao trabalho TEIP e que vão de encontra a essa temática da mediação sócio-educativo.
15 - Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?		Não...

Anexo 4 - Entrevista ao Representante de Pais

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
1, Conceção sobre MSE		
1- Tem conhecimento de que está a trabalhar neste Agrupamento, no domínio da de mediação sócio-educativa, o Dr. Tiago Pinto?	um bom trabalho na escola	- Em relação ao trabalho o Dr. T vai sendo avaliado, não é essa a ideia e vou acompanhando mais directamente o trabalho do T mais no dia a dia um bom trabalho na escola
2- Tem algum conhecimento do tipo de trabalho que ele desenvolve?	<u>que é o relacionamento humano.</u>	, e uma das coisas que eu acho que o trabalho do T é um <u>mais valia</u> para a nossa escola e acho que a nossa escola tinha esta lacuna <u>que é o relacionamento humano</u> . Que eu acho, desde o início que tinha esta lacuna, que é e tem sido uma valente ajuda para esta escola e para os alunos acho que ele que tem desenvolvido um trabalho com eles que eu considero muito bom. Até a data de hoje ficava muito contente que este trabalho... seria óptimo que fosse dado continuidade. - Um excelente trabalho, <i>um bom trabalho de mediação</i> se assim de quiser chamar, um bom trabalho.
3 - Se sim, qual é a importância que atribui ao trabalho que por ele está a ser desenvolvido?	acima de tudo ser uma pessoa sociável	- O Dr. T tem uma “parte humana”, O T uma parte humana, uma característica humana, que convém realçar, muito facilmente se adaptou a uma série, um número razoável de crianças, 40 crianças, e que o Tiago entrou, como eu costumo dizer, no mundo deles. Então, é muito fácil a ele, lidar com a situação e com os casos díspares que se possa imaginar, há crianças aqui com algumas lacunas de vária ordem... então o T inseriu-se muito bem...
2. Caracterização de práticas de mediação.		
4 – Tem algum conhecimento do modo como os professores estão a reagir ao trabalho do Dr Tiago Pinto? E as famílias?	um bom relacionamento <u>com os professores</u> , <i>estão a reagir muito bem.</i> neste caso, daqueles alunos que mais <u>precisam de mais apoio educativo</u> <i>encarregados de educação estão a gostar do trabalho dele e tem feito uma avaliação muito positiva</i>	- Eu entendo que o Dr. T tem um bom relacionamento <u>com os professores</u> , não sei se é com todos, não me cabe avaliar, parece-me a mim e por aquilo que vou percebendo, tem um bom relacionamento com todos os professores daí ser facilitado também o trabalho ou ele faz com que o <i>trabalho seja facilitado</i> ... eu acho que os professores, e as famílias <i>estão a reagir muito bem</i> . Em <u>relação as famílias o Dr. T</u> no segundo e neste último, terceiro período, <i>tem mantido o relacionamento com famílias, mães e pais, encarregados de educação</i> neste caso, daqueles alunos que mais <u>precisam de mais apoio educativo</u> , e este é um trabalho que eu gosto de realçar, que o T, esta a ser feito aqui, pela ideia, por aquilo que me vou apercebendo, e por aquilo que vou falando com ele e também por aquilo que vou recebendo dos <i>encarregados de educação estão a gostar do trabalho dele e tem feito uma avaliação muito positiva</i> . Já esta numa fase em que não existe a desconfiança dos encarregados de educação em relação aos alunos, - <i>eu vou para a escola, eu fico na escola</i> – eles sabem que <u>os miúdos ficam aqui</u> , que ficam bem. E o Dr. T esta a dar um seguimento... nota-se no aproveitamento dos miúdos

<p>5 - Em sua opinião que mais valias está a trazer às escolas do Agrupamento e (aos professores, alunos, famílias, ...) o trabalho desenvolvido pelo Dr Tiago Pinto? Quer explicitar melhor estas ideias?</p>	<p><u>mais valia</u></p> <p>a escola e acho que a nossa escola tinha esta lacuna <u>que é o relacionamento humano</u> em tido o aval de todos os encarregados de educação para este tipo de trabalho que ele faz de acompanhamento diário, é um acompanhamento diário que ele faz com os alunos.</p>	<p>um <u>mais valia</u> para a nossa escola e acho que a nossa escola tinha esta lacuna <u>que é o relacionamento humano</u>.</p> <p>Este trabalho é uma mais valia para a escola. Primeiro porque é feito o acompanhamento, que o T tem feito, é feito fora do horário normal do aluno... é feito dentro de um horário de trabalho fora do horário, fora do horário normal do aluno, logo aqui é uma mais valia. O Tiago tem sempre uma total abertura para este tipo de trabalho. Em relação a alunos, encarregados de educação aquela desconfiança que havia foi rapidamente dissipada e tem tido o aval de todos os encarregados de educação para este tipo de trabalho que ele faz de acompanhamento diário, é um acompanhamento diário que ele faz com os alunos. Quero acreditar que o resultado no final do terceiro período vai ser excelente.</p>
<p>6 -É possível identificar alguns impactos resultantes do trabalho por ele desenvolvido? A que níveis?</p>	<p>tem uma “parte humana”,</p> <p>com os casos díspares que se possa imaginar, há crianças aqui com algumas lacunas de vária ordem</p> <p>amizade... numa relação mais humana que tem sido uma mais valia para eles</p> <p>este trabalho deve ser continuado.</p>	<p>- O Dr. T tem uma “parte humana”, O T uma parte humana, uma característica humana, que convém realçar, muito facilmente se adaptou a uma série, um numero razoável de crianças, 40 crianças, e que o Tiago entrou, como eu costume dizer, no mundo deles. Então, é muito fácil a ele, lidar com a situação e com os casos díspares que se possa imaginar, há crianças aqui com algumas lacunas de vária ordem... então o T inseriu-se muito bem...-</p> <p>Mais empenho dos alunos, os resultados aparecerem nas notas do segundo período, quero acreditar que vão melhor no terceiro. Gosto de realçar o empenho dos alunos por se esforçam, já é lidar com situação, não na relação aluno / professor, O Dr. T deve traduzir dizer isto, resolver, abordar este assunto “ numa mais tu lá tu cá” de amizade... numa relação mais humana que tem sido uma mais valia para eles. Isto tem sido excelente para a escola, para os alunos tem sido muito bom, quero acreditar que este trabalho deve ser continuado.</p>
<p>7– Da sua experiência de relação com alguns agrupamentos de escolas, e agora nesta mais recente medida TEIP II, consegue identificar outras práticas, para além das que já referiu que possam ser consideradas de mediação sócio-educativa? Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?</p>	<p><i>bloqueada muito anos, e que abriu as portas, abriu as fronteiras à comunidade, a comunidade somos todos nós, são todos os parceiros, chamem-se eles TEIP,</i></p> <p>E é esta mais valia que a escola tem que a escola tem que aproveitar</p> <p><i>com todo o devido respeito, mais Ts., cá dentro isto era excelente</i></p> <p>ter uma parceria com o SAOM, com a paroquia, não chega. É preciso que a escola, organismos, entidades que se for dentro do TEIP II seria óptimo</p> <p><i>de uma politica educativa</i> que tem sido uma mais valia a escola</p>	<p>- O TEIP II ainda não esta em funcionamento, está-se a dar os primeiros passos por aquilo que me fui apercebendo, li de alto alguma documentação, em prática esta por ele esta sempre em prática, mas ainda não está... quero acreditar que no inicio do próximo ano vai arrancar a sério, esta naquela fase de abordagem. O que eu acho é que a escola de uma vez por todas, ao fim de estes anos de bloqueio, eu acho que a escola esteve <i>bloqueada muito anos, e que abriu as portas, abriu as fronteiras à comunidade, a comunidade somos todos nós, são todos os parceiros, chamem-se eles TEIP,</i> chamem-se ... aquilo que a gente quiser.</p> <p>E é esta mais valia que a escola tem que a escola tem que aproveitar. A mais valia é tudo aquilo que a gente possa receber, chame-se ele... outras entidades, outros parceiros, colaboradores, tudo o que possa é sempre uma mais valia para a comunidade. Sempre.</p> <p>Se lhe podermos juntar a tudo isto a parte humana, que eu acho que é fundamental, <i>com todo o devido respeito, mais Ts., cá dentro isto era excelente.</i> A escola continua, a lacuna que eu vejo nesta escola, é uma lacuna que será lacuna enquanto escola, portanto que é situada inserida numa zona carenciada daquilo que a gente possa imaginar nós temos aqui crianças de varias índoles a nível necessidades, afectividades, e acho que a escola e é naquilo da relação humana e social que nos poderia ser muito útil ter uma parceria com o SAOM, com a paroquia, não chega. É preciso que a escola, organismos, entidades que se for dentro do TEIP II seria óptimo, que se pudessem colocar cá mais uma, duas pessoas com o perfil para desenvolver estas parcerias era óptimo. Eu vou falar do trabalho do Dr T. que é excelente mas que é só vivido dentro de portas, interno, e há uma parte externa que deveria ser explorada se através de TEIP II vai ser conseguida, se será possível ou não, ainda não me inseri bem dentro do Projecto TEIP II. Sei que esta a arrancar, quero acreditar que isto tem pernas para andar e conheço muito bem a escola, conheço muito bem as pessoas que estão inseridas no projecto, gostava muito que funciona-se ainda melhor que o Projecto TEIP I, o mais difícil está... foi dado o primeiro passo, não tem retorno e quero acreditar que a escola jamais terá retorno, não</p>

	<p><i>e que tem feito um excelente trabalho com os nossos alunos, é aquele tipo de trabalho que eu gostava o TEIP II expandisse.</i></p> <p><i>a escola internamente funciona relativamente bem</i></p> <p>outro tipo de acompanhamento, dinamizam outras actividades como a Rádio, como o clube de fotografia, tudo isto dinamizado por elas</p>	<p>voltaremos para trás e quero acreditar que o caminho é para a frente com o TEIP II, com o TEIP III, com todos os que possam vir, mas sempre dentro de uma, aquilo que eu vou chamar, dentro de <i>uma política educativa</i> que tem sido uma mais valia a escola tem enveredado por isto há uns anos atrás, conseguimos este ano que o Dr. T e outros elementos que fazem parte de um projecto TEIP que temos aqui, e a escola tem aqui mais quatro elementos que são excelentes, que estão a fazer este trabalho, são uma s meninas às quais eu chamo as “meninas da rádio” <i>e que tem feito um excelente trabalho com os nossos alunos, é aquele tipo de trabalho que eu gostava o TEIP II expandisse.</i> Elas fazem um acompanhamento em colaboração com o DR. T, logo aqui foi uma mais valia, fazem um outro tipo de acompanhamento, dinamizam outras actividades como a Rádio, como o clube de fotografia, tudo isto dinamizado por elas, que eu acho que também tem sido um trabalho muito bom que eu gostava que o fosse continuado para o ano, estamos a falar numa situação complicada por não sabemos onde isto vai parar.</p> <p>Em relação ao TEIP II, se for uma continuidade para mais além do TEIP I, será excelente, e estas oportunidades nenhuma escola deve desaproveitar, muito mais esta.</p>
<p>8- Em sua opinião quais são os domínios onde se justifica a intervenção de um mediador sócio-educativo? Porquê</p>	<p><i>tudo isto passaria sempre por um mediador, ou seja, a escola teria que ter sempre alguém com a capacidade para, além de tudo mais de diálogo,</i></p> <p>acompanhamento muito directo ao Concelho Executivo</p> <p><u><i>numa primeira prospeccção feita por um mediador tenho a certeza absoluta que o primeiro relatório era, estas freguesias são riquíssimas, por isto em marcha.</i></u></p> <p>, há 8 anos atrás fez-se uma parceria com a junta de S. Nicolau, levou-se os alunos a dar um passeio de barco pelo rio</p> <p><i>Se não se conseguir, e se calhar, estas mais valias destas equipas que vão sendo colocadas aqui</i></p> <p>mais-valia porque trazem um olhar diferente, um pensar diferente e no fundo apresentam trabalho,</p>	<p>os domínios... Eu gostava mais que a autarquia paga / disponibiliza a verba X, e o Ginásio abre as portas aos alunos da escola e era este tipo de trabalho que eu gostava que fosse feito, <i>tudo isto passaria sempre por um mediador, ou seja, a escola teria que ter sempre alguém com a capacidade para, além de tudo mais de diálogo, para poder negociar com toda a gente.</i> Quando eu atrás dizia que essa pessoa teria que fazer um acompanhamento muito directo ao Concelho Executivo era por isso mesmo. <i>Era ao CE ir a uma reunião a Câmara, por exemplo, e esta pessoa acompanhar, de modo a que se estabelecesse as parcerias e depois entregar na mão desse mediador a negociação,</i> a tentativa de aproximar toda a gente, aqui não se trata de ganhar nada, ninguém ganha nada. Todos ganhámos se as coisas fossem assim, agora perdesse a todos os níveis, até na própria população se perde quando se começa a dispersar tudo e tudo aquilo que poderia ser dado gratuitamente, aos nossos alunos e à comunidade, não faz sentido, quer dizer: <i>Deveria haver estas equipas de mediação,</i> mas é muito bonito dizer, pois quando se trata de problemas que implica gastos monetários, deita-se tudo por água abaixo. Aquilo que se poderia ter com equipas que colaboram com a escola é sempre uma mais valia indiscutível para a escola. Gostava que isto fosse um trabalho, <u><i>numa primeira prospeccção feita por um mediador tenho a certeza absoluta que o primeiro relatório era, estas freguesias são riquíssimas, por isto em marcha.</i></u> Não sei se isto politicamente é possível, fala-se muitas vezes em muitas coisas, fala-se na junção das quatro freguesias, que ficara numa só, eu acho que se isto fosse avante era óptimo, porque acabava o centralismo da freguesia, esta freguesia tem uma escola e pouco mais enquanto que a Sé é mais rica culturalmente, Santo Ildefonso tem uma Faculdade, São Nicolau, se houvesse uma parceria com estas instituições era óptimo.</p> <p>Por exemplo, há 8 anos atrás fez-se uma parceria com a junta de S. Nicolau, levou-se os alunos a dar um passeio de barco pelo rio, e que eles adoraram. Desde então que nunca mais se fez nada... o que não se perde? Eu costumava dizer que isto é nosso, não é a escola, tudo que nos circunda é nosso, e porque é que não somos nós a desfrutar de tudo isto, só por nós vão dizer que não conseguimos. <i>Se não se conseguir, e se calhar, estas mais valias destas equipas que vão sendo colocadas aqui,</i> são sempre uma mais valia porque trazem um olhar diferente, um pensar diferente e no fundo apresentam trabalho, não sei se por obrigação tem de o apresentar, sei que por inerência ao seu profissionalismo apresentam trabalho e isso é muito bom e há que aproveitar este trabalho que é desenvolvido por estas equipas. - parcerias com outras instituições acha que a escola a estabelecer.</p> <p>Se numa própria, simples, visita os alunos tiram sempre algo de positivo. Por exemplo, se vamos visitar a Cooperativa Árvore, eles apreendem sempre qualquer coisa, vem sempre com mais um saber, uns mais outros menos, aprendem sempre qualquer coisa. Vou voltar a dizer: a escola abre as portas a todas as instituições que acabamos de falar. À Cooperativa, ao Instituto da Fotografia, etc., através do desporto, portanto cede o espaço para todas estas entidades, até aos funcionários do tribunal virem aqui praticar</p>

		<p>desporto, ou seja, a escola a partir das 18:00 horas até às 23:00 esta à disposição destas entidades, portanto chegou à altura da escola ser ressarcida de alguma coisa que vai dando, e então estabelecer estas parcerias.</p> <p>Não vamos exigir nada, vão isso sim os alunos beneficiar e receber mais saberes, a partir destas parcerias.</p>
<p>9- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação socioeducativa pode ser melhorada?</p>	<p>Carvalhosa vinham fazer aquilo que eu chamo rastreio,</p> <p>Eu fiquei <i>satisfeito por ver toda a comunidade educativa fazer um rastreio de varias índoles</i></p> <p>, não conhecem a nossa escola</p> <p>isto poderia ser incrementado dentro do projecto, que terá que ser muito mais abrangente, terá que ser muito mais abrangente, poderia haver a incrementação de outro tipo de actividades, não só aquele tipo de actividades lectivas para as quais a escola está</p> <p><i>figura de mediador que fizesse estas ligações todas o que é que acontece,</i></p> <p>Se estabelece-se estas parcerias, com as Juntas, Autarquias, com Governo Cível, não tenho duvidas que isto mudava bastante</p>	<p>- As práticas que se estão a desenvolver podem ser melhoradas e incrementadas no próximo projecto TEIP II, acho que sim. Eu acho que há algumas coisas que podem ser incrementadas de raiz, por exemplo: uma das coisas que me faz registrar, duas ou três visitas que não estiveram ligadas ao TEIP I mas que deveriam ser inserido no TEIP II, durante alguma temporada algumas visitas terá equipas do Carvalhosa vinham fazer aquilo que eu chamo rastreio, deslocaram-se aqui, vieram aqui, e não voltaram cá. deve existir e existe um protocolo qualquer que se fosse inserido dentro do projecto TEIP era ótimo para a comunidade, não só para a escola, mas para a comunidade. Eu fiquei <i>satisfeito por ver toda a comunidade educativa fazer um rastreio de varias índoles...</i> não é nada assim... mas aparece no trabalho ao nível de saúde mas que poderia ser <i>alargado a outras actividades que eu gostaria de ver aqui implementadas aqui na escola.</i></p> <p>Eu acho que a zona do Porto onde está inserida esta comunidade educativa é rica, é uma zona rica em cultura, arte e história, gostava que se constituísse uma equipa não só de acompanhamento ao nosso aluno, mas até a própria comunidade. Há pouco tempo fiz aqui um encontro para a Comunidade Educativa aonde eu perguntava as pessoas daqui se alguma vez entraram na Torre dos Clérigos, há gente que vive aqui há trinta ou quarenta anos que nunca o fizeram, não conhecem a nossa escola e incomoda-me enquanto cidadão, enquanto colaborador da escola, enquanto morador na freguesia, tudo isto poderia ser incrementado dentro do projecto, que terá que ser muito mais abrangente, terá que ser muito mais abrangente, poderia haver a incrementação de outro tipo de actividades, não só aquele tipo de actividades lectivas para as quais a escola está vocacionada, acho que há sempre um caminho que pode ser desbravado, com equipas voluntários, com técnicos, que possam colaborar com a escola. Se dentro deste projecto pudéssemos inserir tudo isto era excelente.</p> <p>Se arranjarmos uma equipa, se partimos deste pressuposto, eu não que quero atribuir-lhe nome, no caso da equipa do Dr. T e as estagiárias, e se estabelecêssemos estas parcerias todas, <i>com uma figura de mediador que fizesse estas ligações todas o que é que acontece</i>, vou dar um exemplo: consta-se que há roubos, assaltos, na freguesia. A escola tem um pavilhão desportivo, tem cinco colectividades na freguesia, tem dois ranchos folclóricos que toda a gente conhece, tem um ou dois ginásios, tem uma cooperativa: a conhecida Cooperativa Árvore, tem a Escola Artística do Porto, e outras instituições das quais toda a comunidade se houvesse um bom trabalho onde se envolvesse toda a gente. Isto parte da escola? Também, se calhar a escola é uma gota nisto tudo. Se estabelece-se estas parcerias, com as Juntas, Autarquias, com Governo Cível, não tenho duvidas que isto mudava bastante, para não dizer que mudava 80/90 %, o que acontece perdesse as referencias, os nosso alunos andam aqui até ao 9º Ano, conhecendo as características dos nossos alunos, soa muito poucos alunos que depois de saírem daqui continuam a visitar a escola, eu ainda sinto alegria por visitar a escola onde estudei e vou lá muitas vezes porque não quero perder a ligação, aquilo são as minhas raízes enquanto estudante e é esta parceria que eu acho que a escola só tinha a ganhar. A escola só tinha a ganhar, a Escola, a Cooperativa a Árvore, a Paroquia, os Ginásios, toda a gente... Juntas! Agora é assim: abre-se aqui um ginásio a 500 metros e manda-se um ofício para a escola que as aulas para os alunos da escola ficam a x e para os professores ficam a y.</p>

10- Em sua opinião, o que justifica a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas/agrupamentos?	<p><i>sido uma mais valia para a escola,</i></p> <p><i>mais valia para a comunidade onde a escola esta inserida, não pode viver de porta fechada</i></p>	<p><i>- A presença destes mediadores justifica-se, porque tem sido uma mais valia para a escola, e que também eu gostava que fosse uma mais valia para a comunidade onde a escola esta inserida, não pode viver de porta fechada. Eu digo isto a título de brincadeira: as igrejas tem as portas abertas, a escola tem de ter as portas, não podemos ficar fechados. A mim custa-me muito saber que tenho aqui um quadro/painel que foi feito há 8/9 anos pelos alunos, só nós, escola, é que temos conhecimento que os nossos alunos pintaram aquilo. Porque é que não se mostra a população, porque não se diz a população destas freguesias envolventes a esta escola, estamos a falar de quatro freguesias e temos alunos das quatro freguesias e não só. E porque é que não se diz a população que os nossos alunos têm capacidades, que os nossos professores têm capacidades, temos encarregados de educação com vontade de colaborar, ajudar, temos pessoas aqui como o Dr. T, e outros que colaboram com a escola, isto tem de ser divulgado, não podemos viver fechados.</i></p>
3. Perfil profissional do/a mediador/a		
11- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores? Justifique a sua resposta.	<p><i>Ligação esta com toda a comunidade alargada</i></p> <p><i>internamente funciona relativamente muito</i></p> <p><i>os tais saberes que por vezes não se conseguem aqui na escola, ou só com as pessoas da escola, pessoal docente</i></p> <p><i>Esta ligação poderá ser feita pelos L.C.E., porque eu acho que só tem a ganhar, não é a escola em si mas a comunidade.</i></p> <p><i>os tais saberes que por vezes não se conseguem aqui na escola, ou só com as pessoas da escola, pessoal docente.</i></p>	<p><i>-Esses profissionais de mediação poderiam fazer este trabalho de mediação, ligação. É esta ligação que falha. Ligação esta com toda a comunidade alargada.</i></p> <p><i>Por exemplo temos aqui vários professores de diferentes pontos do país. Por exemplo temos aqui uma professora que é excelente, mas repare: lembro-me da primeira vez que falei com ela, não conhece o Porto. Há uma visita, por exemplo, aqui a ordem de S. Francisco, que eu acho que a maioria dos alunos que entram aqui nunca lá vão, isto incomoda-me a mim, a Professora sai daqui com os alunos e não tem o conhecimento dessa instituição, eu acho que este trabalho deveria / poderia ser feito por outras equipas de mediação há uma falha, há uma ligação que falha, eu acho que a escola internamente funciona relativamente muito bem e que eu gostava que o trabalho feito aqui por muita gente fosse divulgado fora de portas, fosse mostrado. Quer dizer: no dia 24 a Associação de Pais resolveu abrir a escola e dirigiu um convite à comunidade, promovemos aqui um espectáculo, o trabalho do Dr. T e das meninas (estagiárias) foi excelente, todo o trabalho foi feito cá dentro, eles conhecem os pais e encarregados de educação muito bem fez-se convites, conclusão, nesse dia à noite, sábado, estiveram na escola mais de 200 encarregados de educação, grande parte deles tem cá os filhos no 9º Ano e nunca tinham cá posto os pés. Fez-se um trabalho muito bem elaborado, arranjou-se equipas de trabalho, onde o Dr. T encabeçou uma equipa que por cada dez /doze encarregados de educação que entravam na escola era-lhes feita uma visita guiada. Repare havia pais que nunca cá tinham entrado, portanto isto não pode ser, a escola funciona relativamente bem internamente, mas a imagem que passa para fora não é a melhor. Passa muito a ideia que a escola de Miragaia é má, que é assim ou assado, há uma falta de conhecimento da realidade. Chama-se os pais cá para dentro!!! Porque é que não se pode arranjar estas equipas que levem a escola para fora... passa pelas equipas de apoio, de mediação, desde que sejam uma mais valia para a escola enquanto escola e para a comunidade educativa enquanto funcionar assim.</i></p> <p><i>Esta ligação poderá ser feita pelos L.C.E., porque eu acho que só tem a ganhar, não é a escola em si mas a comunidade. É assim, nós enquanto colaboradores da escola que fazemos porque gostamos, por várias ordens e motivos e falo por mim: eu fico contente de ver a escola com a qual eu colaboro, ver retratada pela positiva saber que os desta escola foram ver isto, visitar aquilo, fizeram isto, fizeram aquilo, sempre acompanhados por alguém que lhes possa transmitir os tais saberes que por vezes não se conseguem aqui na escola, ou só com as pessoas da escola, pessoal docente. Acho que a escola tem tudo a ganhar em estabelecer este tipo de parecerias, eu costumo dizer com todo o devido respeito que até um padre faz falta, portanto: tudo o que possa vir do exterior para colaborar, ajudar, é sempre ótimo.</i></p>

<p>12- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para desenvolverem acções de mediação sócio-educativa? Porquê?</p>	<p>escola precisava de mais outros elementos, na área da Psicologia, da Animação Cultural e da Ciências da Educação,</p> <p><i>esta ligação à família</i></p> <p>que a escola precisa de outros</p> <p>elementos, para além dos professores na área da Psicologia, da Animação Cultural e das Ciências da Educação</p>	<p>Eu acho que esta escola precisava de mais outros elementos, na área da Psicologia, da Animação Cultural e da Ciências da Educação, era necessário fazer esta ligação com o exterior. Nós temos aqui alunos com algumas carências de varias ordens, desde carências afectivas, passando por outro tipo de carências, que acho que era ótimo fazer <i>esta ligação à família</i>, na área sócio cultural eu acho que a escola só tinha a ganhar, voltando ao que disse, esta escola esta inserida numa área que é riquíssima a nível cultural e a escola do seu naipe de professores ou de docentes tenho grande parte de professores que não conhecem bem esta realidade, não são de aqui. Não são ... e esta ligação era conveniente ser feita.</p> <p>- Sim no meu entender são as pessoas, os Licenciados na área, da psicologia e da pedagogia que podem estabelecer estas práticas, esta ligação que eu acho que é uma das lacunas da escola.</p> <p>Uma das lacunas é esta, abrimos as portas à comunidade a vários níveis: a nível sócio-desportivo, nós abrimos e as colectividades utilizam os nossos espaços, mas fica por aqui. Se quiser falar com um representante de uma colectividade que tem 50 /60 anos ninguém saber quem é, muito pouca gente os conhece o que é errado. Um erro. Nós temos jardins-de-infância e lares de terceira idade dentro da freguesia de Miragaia, existe tudo isto, e não existe um trabalho, não se conhece um trabalho, uma ligação, deveria ser uma prática, haver planos de trabalho, da escola, das entidades fazer este tipo de trabalho. Há muito coisa que pode ser feita, <u>que se calhar não há tempo /disponibilidade por parte dos docentes,</u> podemos abrir as portas estabelecer parcerias com toda esta gente que gosta, que pode, que oferecem e que tem algo a trazer de positivo à escola. Era este tipo de trabalho que eu gostava que o TEIP II abrangem-se.</p>
<p>13- Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?</p>	<p>Neste tipo de trabalho o Dr. T é excelente consegue estabelecer <i>uma relação mais humana.</i></p> <p><i>características, deveria ser alguém, que depois de conhecer profundamente a escola e as características da escola, as lacunas da escola,</i></p> <p><i>equipas de psicologia era para fazer este de trabalho, eu não sei se será as pessoas da área de Psicologia,</i></p>	<p>- Eu gostava que fosse a tempo inteiro, começa logo por aqui. Ficava muito contente que se estabelecesse uma parceria, que um mediador trabalhasse com a escola a tempo inteiro. Ia-nos abrir outras portas, de certeza absoluta que toda a gente tinha a ganhar, eu falo porque por um ano escolar, no fundo está-se a falar escolar que é meio ano de calendário, eu acho que se fez um trabalho de escola desenvolveu-se, melhorou-se a todos os níveis com a presença <i>do Dr. T, e eu acho que a figura, enquanto figura, tem mais para dar.</i> Tem. Poderia estabelecer-se <i>outro tipo de trabalho para esta figura</i>, se calhar: sim. Continuo a pensar que ele faz um excelente trabalho, que é excelente, mas é um trabalho interno passara o trabalho exterior o demonstrar, eu gostava muito que a <i>escola tivesse um divulgador cultural da escola</i>, eu ficava feliz.</p> <p>- Depende do tipo de trabalho. Se for para fazer um trabalho com os nossos alunos tem que ser com pessoas <i>da índole pelo seu capacidade como o Dr. T tem.</i> Neste tipo de trabalho o Dr. T é excelente consegue estabelecer <i>uma relação mais humana.</i> Numa área mais abrangente poderia ser outras pessoas, todos temos as nossas limitações. Se escola a tivesse uma ou duas pessoas a fazer outro tipo de trabalho era excelente. As <i>características, deveria ser alguém, que depois de conhecer profundamente a escola e as características da escola, as lacunas da escola,</i> porque há que dizer que a escola tem alguma lacunas fizesse esta ligação que acho que é muito importante, acho que é das coisas mais importantes que a escola precisa, a escola tem e precisava de ser resolvida era a relação escola / encarregado de educação / comunidade educativa, a escola não tem ninguém que faça este trabalho. O Dr. T faz este trabalho cá dentro, mas era preciso fazer esta ligação com o exterior. Vou dar um exemplo: um criança que está com os avós numa miséria total e passa despercebida à escola, isto não pode ser.</p> <p>Eu quando falo em <i>equipas de psicologia era para fazer este de trabalho</i>, eu não sei se <i>será as pessoas da área de Psicologia</i>, ou se há outra área, mas deveria haver uma <i>ligação mais estreita e mais rápida com os encarregados de educação com a comunidade no fundo.</i> Há crianças aqui, e temos conhecimento que não são casos isolados que é isso que me incomoda, crianças com bastantes lacunas cá dentro a todos os níveis, de alimentação, de educação, e por vezes por vergonha, por... vem-se a saber disto mais tarde, porque as coisas acabam por se saber com mais ou menos dificuldade, e há casos quando se tenta ajudar já é tarde, já esta num estado tal adiantado que...</p>

<p>14 -Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?</p>	<p><i>nós precisávamos de ter uma equipa, uma ou duas pessoas, que fizessem, quase permanente</i></p> <p>uma mais valia para a escola, para os docentes que cá</p> <p>sociedade que esta toda inserida cá dentro das mais variadas condições sócio-económicas</p>	<p>Temos aqui alguns casos que me incomoda bastante, <i>nós precisávamos de ter uma equipa, uma ou duas pessoas, que fizessem, quase permanente</i>, este tipo de trabalho. Era uma mais valia para a escola, para os docentes que cá trabalham. Por é assim: nada melhor que o docente que chega aqui saber, conhecer, ter quase que i bilhete de identidade de uma criança ali todo traduzido num papel de tudo isto, é quase o ADN de um aluno aqui da sua família, do seu habitat, da comunidade onde está inserida. Este trabalho não é feito, nunca foi feito, não é feito, eu acho que era primordial se fosse eu que decide-se, se depende-se de mim era precisamente aqui que eu iria inserir uma equipa de trabalho e faria todos os esforços para que a escola tivesse um, dois, três, aqueles que pudesse para fazer este tipo de trabalho que eu acho fundamental e a escola tem, não é só esta, outras escolas do país tem as mesmas lacunas, mas esta porque serve quatro freguesias muito carenciadas, e deve acontecer noutras freguesias que por vezes é insuspeito acontecer mas acontece, temos aqui Sé, Miragaia, Vitória, S. Nicolau e ainda temos aqui alunos de Campanha, Cerco, do Aleixo, e esta sociedade que esta toda inserida cá dentro das mais variadas condições sócio-económicas acaba por estar aqui um barril de emoções, há escolas que tem um barril de pólvora, esta tem um barril de <i>emoções, de carências, carências afectivas o que me incomoda bastante, algumas necessidades de índole alimentar o que me preocupa bastante e era esta equipa que eu gostava que a escola tivesse</i>. Se dependesse de mim, se me dessem a escolher era por uma equipa com este perfil que fizesse este trabalho que eu optaria por inserir cá dentro.</p>

Anexo 5 - Entrevista à Teórica A

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise / Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
1, Conceção sobre MSE		
1 – Qual o seu entendimento sobre o que pode ser a MSE?	<p>processo de intervenção de terceiros em contextos educativos,</p> <p>desenvolvimento da relação, da convivência e da participação daqueles que são o seu alvo de acção, na gestão dos seus próprios assuntos e problemas, nomeadamente</p> <p>não exclusivamente em situações de conflito.</p> <p>Pelo facilitar da comunicação e do diálogo e seguindo princípios como o da responsabilidade, colaboração, respeito pela diferença e autonomia</p> <p>Assente numa cultura de paz entendem-se os conflitos como oportunidades de transformação</p>	<p>A mediação sócio-educativa é um processo de intervenção de terceiros em contextos educativos, no apoio ao desenvolvimento da relação, da convivência e da participação daqueles que são o seu alvo de acção, na gestão dos seus próprios assuntos e problemas, nomeadamente mas não exclusivamente em situações de conflito. Pelo facilitar da comunicação e do diálogo e seguindo princípios como o da responsabilidade, colaboração, respeito pela diferença e autonomia, pretende-se que os problemas sejam superados, as relações sejam melhoradas e as situações que as contextualizam sejam transformadas pelos próprios, de acordo com propósitos comumente estabelecidos. Assente numa cultura de paz entendem-se os conflitos como oportunidades de transformação e desenvolvimento das relações e dos sistemas.</p>
2 – Em que medida considera importante a existência de acções de mediação num agrupamento de escolas?	<p>toda a complexidade relacional que estes comportam, não só no seu interior e no interior de cada uma das suas escolas,</p> <p>relação entre estas e a comunidade envolvente, nomeadamente os pais.</p>	<p>Ao referir-me a</p> <p>A mediação parece-me importante nos agrupamentos para ajudar a facilitar toda a complexidade relacional que estes comportam, não só no seu interior e no interior de cada uma das suas escolas, mas também na relação entre estas e a comunidade envolvente, nomeadamente os pais.</p>
3 -A que níveis considera que esse trabalho de mediação sócio-educativa pode ser favorável para as escolas do	<p>interpessoais, intergrupais, a nível do sucesso educativo e abandono escolar,</p>	<p>A nível das relações interpessoais, intergrupais, a nível do sucesso educativo e abandono escolar, a nível da coesão e clima de escola /agrupamento, em termos de convivência pacífica, prevenção da violência, e de dinâmicas colaborativas de participação entre todos, dentro das escolas e na interacção entre estas e a comunidades</p>

Agrupamento, para os professores/educadores e para a comunidade educativa mais ampla?		
<p>4 – Nos últimos anos o campo da mediação tem constituído objecto de interesse por parte de teóricos da educação. Qual é a sua opinião em relação à reflexão teórica já existente? Nessa reflexão teórica já existente, qual é, em sua opinião, o lugar que ocupa o estudo da mediação sócio-educativa?</p>	<p>Visões tecnocráticas do conflito e da mediação</p> <p>acompanhar os principais paradigmas e quadros teóricos noutras áreas</p> <p>sócio-crítica, teóricos de uma linha psicanalítica</p> <p>algumas experiências menos sustentadas teoricamente constituem óbices a um maior desenvolvimento</p> <p>objecto de formalização pelo que estamos a dar os primeiros passos.</p>	<p>A reflexão teórica já começa a ser notável. Apesar de dominarem, na prática, ainda visões tecnocráticas do conflito e da mediação, começa a haver uma reflexão que abre as perspectivas e os paradigmas, que tem vindo a renovar-se e que tem vindo a acompanhar os principais paradigmas e quadros teóricos noutras áreas.</p> <p>Vemos teóricos com proveniências de famílias teóricas como a sistémica e a abordagem da complexidade, teóricos de uma linha sócio-crítica, teóricos de uma linha psicanalítica, etc, que têm vindo a enriquecer esta reflexão.</p> <p>Claro que a dimensão e a especificidade desta área, relativamente restrita, bem como algumas experiências menos sustentadas teoricamente constituem óbices a um maior desenvolvimento. Trata-se, também, de uma área de intervenção que só muito recentemente tem sido objecto de formalização pelo que estamos a dar os primeiros passos.</p>
<p>O que justifica a emergência da mediação como objecto de reflexão teórica, por parte dos académicos? Quer explicitar?</p>	<p><i>tecido social mais coeso e lidar com problemas sociais como a conflitualidade social</i></p> <p><i>de encontrar vias participativas e democráticas,</i></p> <p><i>com uma ínfima formação prévia dos seus responsáveis e sem qualquer investigação que as acompanhe para que se aprofunde a reflexão</i></p>	<p>Temos, por um lado, questões sociais emergentes, como a necessidade de criar um <i>tecido social mais coeso e lidar com problemas sociais como a conflitualidade social</i> que se tem vindo a manifestar nos vários domínios, a multiculturalidade das nossas sociedades, decorrente de uma sociedade global e da abertura de fronteiras, etc..</p> <p>Também a necessidade <i>de encontrar vias participativas e democráticas</i>, onde os próprios reconheçam, usem e aprofundem o seu poder para tratar as suas próprias questões constitui um desafio e uma motivação para os académicos entrarem por esta via.</p> <p>As experiências que já vão acontecendo no terreno, muitas vezes não sustentadas nem na teoria, nem noutras práticas, <i>com uma ínfima formação prévia dos seus responsáveis e sem qualquer investigação que as acompanhe para que se aprofunde a reflexão</i>, regulação e melhoria têm constituído um motivo e têm também tido um papel importante.</p> <p>Os académicos são chamados a colaborar para ajudar à formação, à</p>

		investigação, no apoio à concepção e implementação dessas práticas. As dificuldades encontradas no terreno, nomeadamente as resistências das escolas a esta cultura e prática de mediação também têm sido desafios para que todos em conjunto – práticos e académicos – procurem encontrar soluções.
2. Caracterização de práticas de mediação.		
5 –Conhece algumas práticas que poderiam ser consideradas de mediação sócio-educativa? Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?	<p>Temos vindo a acompanhar algumas situações, de relatos de situações ou de investigações de terceiros.</p> <p>para a gestão dos conflitos,~</p> <p>numa visão bem mais alargada que passa pela animação sócio-cultural, pela mediação de conflitos, pelo acompanhamento de turmas.</p> <p><i>de mediação de recreios e de relações entre a escola e a comunidade,</i></p> <p><i>relações entre a escola e a comunidade,</i> que ocorrem num vai-e-vem entre a intervenção na escola e na comunidade</p> <p><i>por questões de ordem sócio-cultural</i></p> <p>projectos de intervenção comunitária e onde se procura estabelecer uma articulação com as escolas (ex: projecto nómada, associação Moinho da Juventude).</p>	<p>Temos vindo a acompanhar algumas situações, pela investigação e formação no terreno, e não apenas por leituras de relatos de situações ou de investigações de terceiros.</p> <p>Desde situações de criação de gabinetes de mediação e acompanhamento dos alunos, por parte de professores que recebem alunos para a gestão dos conflitos, a situações de mediação entre pares - nos quais os alunos intervêm, em alguns casos exclusivamente em situações de conflito, noutros para a prevenção e combate ao abandono e à violência, numa visão bem mais alargada que passa pela animação sócio-cultural, pela mediação de conflitos, pelo acompanhamento de turmas.</p> <p>Também em contextos educativos existem programas de intervenção sistemáticos em situações de risco, onde as componentes curriculares, de mediação e outras se articulam (veja-se o exemplo do programa PIEF)</p> <p>Também há experiências mais formais <i>de mediação de recreios e de relações entre a escola e a comunidade</i>, que ocorrem num vai-e-vem entre a intervenção na escola e na comunidade, por parte de jovens mediadores. Aqui há experiências muito diversas, desde aquelas que têm um enfoque sócio-cultural, tendo os mediadores uma formação e até uma raiz cultural próxima da das comunidades junto das quais intervêm, ajudando à gestão de situações e resolução de problemas que passam por <i>questões de ordem sócio-cultural</i> (ver Gimenez Romero), até experiências onde esse enfoque é menos nítido e onde a intervenção dos mediadores se faz mais no seio das próprias escolas.</p> <p>Aqui temos programas também distintos, desde aqueles que tendem a criar gabinetes ou projectos nos quais os mediadores têm uma formação superior numa área das ciências sociais e são depois encaminhados para uma formação específica para a mediação (ex. programa Escolhas, GAAFS do IAC), até situações de jovens com o 6º e 9º ano que têm uma formação muito rudimentar (ex: Programa Educação-Formação). Há ainda situações de mediação que nascem no seio das próprias comunidades, sendo a mediação uma das valências ou a principal valência dos projectos de intervenção comunitária e onde se procura estabelecer uma articulação com as escolas (ex: projecto nómada, associação Moinho da Juventude).</p>

	Associação MEDIAR)	Também há associações de mediação que desenvolvem os seus projectos em articulação com as escolas (ex: Associação MEDIAR)
6 - Em sua opinião, que mais-valias essas experiências que conhece estão a trazer às escolas do Agrupamento, aos professores/educadores, aos alunos e à comunidade educativa em geral?		Os estudos mostram que os principais intervenientes destas experiências consideram que há múltiplos benefícios para as escolas, alunos e comunidade, que se prendem com o atrás enunciado em termos dos níveis e da importância das acções de mediação. Em várias publicações da equipe de investigação onde me insiro isso tem vindo a ser destacado.
7- Em que outros domínios, para além dos que enunciou, considera que pode ser importante a existência de dinâmicas de mediação sócio-educativa? Quer justificar a sua resposta?	<p><i>constitui uma abordagem alternativa a ser complementada</i></p> <p><i>inserida num processo bem mais amplo de intervenção</i></p> <p><i>inserida num processo bem mais amplo de intervenção</i> que, numa visão mais ecológica e sistémica, entenda que a conflitualidade, a cidadania, a convivência, a coesão social são dimensões a serem trabalhadas em termos formativos e transversais</p> <p>a supervisão, o acompanhamento dos mediadores estejam na ordem de trabalhos</p>	<p>É claro que os benefícios enunciados não significam que não haja insatisfações ou que não se reconheçam limitações. A mediação <i>constitui uma abordagem alternativa a ser complementada</i> com muitas outras, não podendo ser entendida como panaceia para resolver ou lidar com todo o tipo de situações, podendo e devendo ser <i>inserida num processo bem mais amplo de intervenção</i> que, numa visão mais ecológica e sistémica, entenda que a conflitualidade, a cidadania, a convivência, a coesão social são dimensões a serem trabalhadas em termos formativos e transversais, não apenas na formação dos alunos, mas também na formação dos profissionais da educação, nomeadamente dos professores, dos auxiliares de acção educativa, dos mediadores, etc. Esta formação e intervenção não deverão ser pontuais mas deverão constituir uma acção continuada, onde por exemplo a supervisão, o acompanhamento dos mediadores estejam na ordem de trabalhos.</p> <p>Também a qualidade dessa formação, no caso da formação de mediadores me parece um ponto nevrálgico. Associar qualidade a um nível de qualificação parece-me central. As questões da inserção institucional da mediação e dos mediadores, em equipas colaborativas onde todos sejam co-autores de um processo de transformação também me parece essencial. Isto implica uma organização e estruturação, bem como uma prática efectiva de trabalho de equipe, <i>lideranças alargadas e partilhadas, desenvolvimento de sub-projectos que se coordenam, estabelecimento de parecerias dentro e fora das escolas</i></p>

8- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação sócio-educativa pode ser melhorada?		Remeto para os reflexões/estudos produzidas.
9 - Em sua opinião quais os domínios/áreas onde faz sentido existir um trabalho de mediação sócio-educativa, por excelência?	<p>Domínios</p> <p>Dimensão intercultural , mediação de conflitos,</p> <p>Relações dentro da escola, relações escola-comunidade</p>	<p>Domínios onde faz mais sentido...</p> <p>Dimensão intercultural , mediação de conflitos,</p> <p>Relações dentro da escola, relações escola-comunidade</p>
10- Em sua perspectiva o que justifica a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas/agrupamentos?	equipes colaborativas onde todos sejam co-autores de um processo de transformação... uma prática efectiva de trabalho de equipe, lideranças alargadas e partilhadas... projectos que se coordenam, estabelecimento de parecerias dentro e fora das escolas...	As questões da inserção institucional da mediação e dos mediadores, em equipes colaborativas onde todos sejam co-autores de um processo de transformação também me parece essencial. Isto implica uma organização e estruturação, bem como uma prática efectiva de trabalho de equipe, lideranças alargadas e partilhadas, desenvolvimento de sub-projectos que se coordenam, estabelecimento de parecerias dentro e fora das escolas
3. Perfil profissional do/a mediador/a		
11- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores?	<p>A complementaridade entre uma mediação formal e uma mediação informal</p> <p>é preciso uma adequada formação e contextualização profissional e institucional.</p>	A complementaridade entre uma mediação formal e uma mediação informal também me parece um ponto importante, não penso que se deva restringir, por questões corporativas, a mediação a um conjunto de profissionais, mas também me parece que estes devem ter o seu lugar e para isso é preciso uma adequada formação e contextualização profissional e institucional.
12- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para	formação específica em mediação,	Os profissionais da mediação deverão ter uma formação específica em mediação, que poderá constituir-se a nível de uma pós-graduação para Licenciados nas áreas das ciências humanas e sociais e/ou com uma experiência significativa em ensino. A área

<p>desenvolverem acções de mediação sócio-educativa? Porquê?</p>	<p>nível de uma pós-graduação para Licenciados nas áreas das ciências humanas e sociais</p> <p>eventualmente de técnicos ou auxiliares de mediação, que operem em equipas onde outros profissionais mais qualificados</p> <p><i>polivalência e uma formação multifacetada</i></p> <p>não se esgota nem mesmo em pós-graduações.</p> <p><i>polivalência e uma formação multifacetada</i></p> <p>formação contínua a fazer, em múltiplas áreas, desde as culturais e interculturais, jurídicas, administrativas, familiares</p>	<p>das Ciências da Educação, das licenciaturas em ensino, da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia, etc, podem constituir uma base.</p> <p>O atrás referido não implica que não haja outros profissionais de mediação, com uma formação de base menor e uma preparação menos aprofundada como a que se considera ser a de pós-graduação. Serão profissionais a trabalhar no campo de mediação com um estatuto próprio, eventualmente de técnicos ou auxiliares de mediação, que operem em equipas onde outros profissionais mais qualificados tenham assento e ocupem posições de liderança.</p> <p>O trabalho de mediação é um trabalho que exige uma <i>polivalência e uma formação multifacetada</i>, bem como o trabalho em equipas polivalentes e multifacetadas, criando redes multifacetadas também elas, pelo que não se esgota nem mesmo em pós-graduações. Há toda uma formação contínua a fazer, em múltiplas áreas, desde as culturais e interculturais, jurídicas, administrativas, familiares, etc, pelo que não são apenas as dimensões do processo de mediação ou da organização ou da investigação sobre a mediação que precisam ser trabalhadas.</p>
<p>13 – Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?</p>	<p>um perfil polivalente,</p> <p>situações complexas e gerir questões de ordem diversa</p> <p>surgem competências de ordem cultural, formativa, de gestão de programas e projectos, de intervenção comunitária, de criação e desenvolvimento de parcerias múltiplas</p> <p>os valores, nomeadamente os valores éticos que deverão estar presentes numa prática de mediação</p>	<p>Um mediador deverá ter um perfil polivalente, que lhe permita lidar com situações complexas e gerir questões de ordem diversa. Assim, para além das competências de ordem relacional e procedimental inerentes ao trabalho de mediação, como as que usualmente são referenciadas na literatura, surgem competências de ordem cultural, formativa, de gestão de programas e projectos, de intervenção comunitária, de criação e desenvolvimento de parcerias múltiplas (o que implica dominar minimamente as áreas onde esses parceiros se situam e as questões que lhes estão associadas), etc. É também importante não esquecer os valores, nomeadamente os valores éticos que deverão estar presentes numa prática de mediação, dos quais enunciei alguns na primeira questão .</p>

14 - Que contributo pode trazer essa reflexão teórica já produzida sobre mediação na afirmação destas novas figuras profissionais nas escolas/agrupamentos?	<p>reflexão teórica produzida poderá ajudar à afirmação destas novas figuras profissionais</p> <p>que profissionais no terreno e académicos estão e deverão continuar a reunir esforços para avançar numa área que a meu ver é muito importante e que tem muitas potencialidades para se vir a desenvolver</p>	<p>Alguma da reflexão teórica produzida poderá ajudar à afirmação destas novas figuras profissionais. Mas esta reflexão é ela própria divergente e os autores não estão consonantes em relação a estes aspectos. Mas há um trabalho importante a fazer e muitos estão empenhados em fazê-lo, pelo que profissionais no terreno e académicos estão e deverão continuar a reunir esforços para avançar numa área que a meu ver é muito importante e que tem muitas potencialidades para se vir a desenvolver</p>
15 - Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?	<p>é a mediação e a transformação social que esta pode ajudar a aprofundar</p> <p>desenvolver uma cultura de paz e de participação colaborativa</p>	<p>Porque mais importante do que os mediadores é a mediação e a transformação social que esta pode ajudar a aprofundar, no sentido de desenvolver uma cultura de paz e de participação colaborativa, onde todos se sintam e tornam responsáveis pelo que acontece à sua volta.</p>

Anexo 6 - Entrevista à Teórica B

Análise de conteúdo das entrevistas realizadas		
Categorias de análise	Análise Sistematização de ideias	Entrevistas / Unidades de Registo
1, Conceção sobre MSE		
1 – Qual o seu entendimento sobre o que pode ser a MSE?	<p>confrontar com problemas que há uns anos ou não existiam, ou existiam, ou não eram, ou não estavam identificados</p> <p>é percebida nesta perspectiva de crianças, jovens, alunos que estão nas Escolas e que causam problemas, e sobre os quais é necessário intervir para os resolver.</p> <p>Mediação de Conflitos faz sentido quando se fala de MSE, mas não pode de forma alguma esgotar-se.</p> <p>a Escola não é uma ilha isolada da sociedade tem que interagir com a sociedade,</p> <p>inclusivamente da Mediação dentro da própria Escola,</p> <p><i>em torno de um Projecto Educativo que de sentido</i></p>	<p>A MSE que é uma designação relativamente recente e que entrou na Educação muito pela razão da Escola se confrontar com problemas que há uns anos ou não existiam, ou existiam, ou não eram, ou não estavam identificados. Hoje quando se fala na Mediação, muitas vezes percebe-se a Mediação como alguma coisa que vai intervir ao nível dos conflitos por isso muitas vezes a MSE, ou a Mediação em Educação, ainda é percebida nesta perspectiva de crianças, jovens, alunos que estão nas Escolas e que causam problemas, e sobre os quais é necessário intervir para os resolver.</p> <p>Devo dizer, que este entendimento, a Mediação deste tipo, ou seja, a Mediação de Conflitos faz sentido quando se fala de MSE, mas não pode de forma alguma esgotar-se. Sempre que nos dizemos que a Cultura Escolar tem de por base a cultura de origem dos (nossos) estudantes, sempre que dizemos que a Escola não é uma ilha isolada da sociedade tem que interagir com a sociedade, no fundo estamos a falar de Mediação, e, se estivermos a falar nos agentes ou nos profissionais que fazem esta Mediação, estamos no fundo a falar de Mediadores Sócio – Educativos. (portanto)</p> <p>Nesse caso eu falo da Mediação não apenas, da Escola com a comunidade, não apenas, da Escola com os seus Professores, da Escola com os seus alunos, mas também inclusivamente da Mediação dentro da própria Escola, dos sujeitos presentes da comunidade Escolar e dos sujeitos que constituem</p> <p>não apenas com a função de transmitir um saber mas sim que a Escola deve organizar-se <i>em torno de um Projecto Educativo que de sentido</i> do aquilo que se pretende para a Escolaridade Básica ou para a Escolaridade Secundária ou para o Ensino Superior, tem-se de pensar que tem de existir uma Mediação entre os vários actores no sentido de se conseguir concretizar este projecto comum.</p>

<p>2 – Em que medida considera importante a existência de acções de mediação num agrupamento de escolas?</p>	<p><i>na intenção de promover uma sequencialidade de estudos e dar um sentido</i></p> <p>a articulação de ciclos, que permita a concretização de uma Escolaridade básica de sucesso</p> <p>a concretização de um Projecto comum entre instituições que muitas vezes estão separadas geograficamente, e que para além disso convivem com especificidades distintas.</p> <p>ao nível da articulação entre as expectativas que cada uma das crianças e jovens que o agrupamento</p> <p>tem responsabilidades de ensinar e criar condições de aprendizagem para os estudantes.</p> <p>responsabilidades e a todos garantir uma Escolaridade de sucesso</p> <p>articulação</p>	<p>Para já temos de pensar porque que é que se constituiu os Agrupamentos de Escolas. Os Agrupamentos de Escolas constituíram-se <i>na intenção de promover uma sequencialidade de estudos e dar um sentido</i>. Quando eles foram pensados, no caso da Educação Básica, dar um sentido comum a esta Escolaridade básica das crianças e dos jovens que o frequentam, portanto, logo aqui se vê a importância de existir esta Mediação que permita: por um lado a articulação de ciclos, que permita a concretização de uma Escolaridade básica de sucesso e que permita a concretização de um Projecto comum entre instituições que muitas vezes estão separadas geograficamente, e que para além disso convivem com especificidades distintas.</p> <p>Portanto, estou convencida que nos Agrupamentos de Escolas nunca conseguira ter um Projecto Educativo e um Projecto Curricular comum ao Agrupamento se não existir esta Mediação ao nível desta articulação entre ciclos, ao nível da articulação com os profissionais, ao nível da articulação com comunidade, ao nível da articulação entre as expectativas que cada uma das crianças e jovens que o agrupamento tem, no fundo considero que nos agrupamentos é crucial e, agora que os agrupamentos estão ampliar até ao Ensino Secundário, que nos agrupamentos é necessário a existência destas novas figuras profissionais que vão para além dos Professores. Enquanto alguém que tem responsabilidades de ensinar e criar condições de aprendizagem para os estudantes.</p> <p>Por outro lado, quando nós falamos de uma Escolaridade obrigatória, quando o Sistema Educativo Português assuma responsabilidades e a todos garantir uma Escolaridade de sucesso, é evidente que nesta Mediação também tem de ser orientada, tem de ser conseguida, no sentido de criação de condições que garantam este sucesso. No fundo, estou a pensar na Mediação não apenas como articulação, que eu considero importante, mas como a existência de profissionais que trabalham com os alunos</p>
---	---	--

	<p>enquanto alunos no sentido de eles terem sucesso, é evidente que para trabalhar com os alunos</p> <p>trabalhar com os Professores, articulando-se eles próprios com os Professores, com as famílias, com a Escola no seu conjunto</p>	<p>enquanto alunos no sentido de eles terem sucesso, é evidente que para trabalhar com os alunos eles têm de trabalhar com os Professores, articulando-se eles próprios com os Professores, com as famílias, com a Escola no seu conjunto</p>
<p>3 -A que níveis considera que esse trabalho de mediação sócio-educativa pode ser favorável para as escolas do Agrupamento, para os professores/educadores e para a comunidade educativa mais ampla?</p>	<p>de gabinetes de Mediação</p> <p>o que estava a propor era uma Mediação entre o nosso currículo Escolar e as condições de aprendizagem e trabalho destes estudantes</p> <p>a Comunidade Educativa mais ampla, digo que ela deveria ser principalmente nos níveis de ensino e nas situações onde a população <i>Escolar mais afastada esta da cultura Escolar</i></p>	<p>Por caricato que pareça até no Ensino Superior, os nossos estudantes, já se fala também na existência de gabinetes de Mediação. Noutro dia foi comentado o trabalho de um grupo de estudantes trabalhadores que focaram o trabalho nas condições que existem, concretamente na nossa Faculdade para estudantes trabalhadores e que consideravam, proponham, a existência de um gabinete, uma equipa, que fizessem esta Mediação entre aquilo que nós pretendemos concretamente na nossa Faculdade e no domínio das varias áreas curriculares e a situações especifica de alguém que tem menos tempo para vir à Faculdade, e que tem menos tempo para vir à Faculdade nas horas onde existe mais disponibilidade dos serviços, ou mesmo que não tem disponibilidade para acompanhar na integra todas as aulas portanto, aquele grupo de estudantes trabalhadores o que estava a propor era uma Mediação entre o nosso currículo Escolar e as condições de aprendizagem e trabalho destes estudantes e que portanto é alguém que fazia esta ponte em condições que lhes promovessem a facilidade de acesso as regras, aos conhecimentos, aos materiais desejados. Isto no Ensino Superior, e de facto se aos estudantes - trabalhadores devem ser dadas condições que lhes <u>garantam possibilidade de aprender</u>, estas propostas deste grupo faziam todo o sentido.</p> <p>Se nós em vez do Ensino Superior, que não são o ensino obrigatório, se</p>

	<p><i>tradicional e mais dificuldade tem em se inserir nas regras desta cultura Escolar</i></p> <p><i>a Mediação pode ser uma Mediação mais afectiva, assente em relações mais humanas.</i></p>	<p>pensarmos na Escolaridade básica obrigatória, ou mesmo numa Escolaridade secundária, é evidente que esta Mediação ainda mais se justifica. Portanto, a que níveis é que eu considero que este trabalho de MES pode ser favorável para as Escolas dos Agrupamentos acho que deve ser, e para a Comunidade Educativa mais ampla, digo que ela deveria ser principalmente nos níveis de ensino e nas situações onde a população <i>Escolar mais afastada esta da cultura Escolar tradicional e mais dificuldade tem em se inserir nas regras desta cultura Escolar porque</i>, algumas famílias a verdade é que rapidamente apreendem o que é que se pretende da Escola, nessas a <i>Mediação pode ser uma Mediação mais afectiva, assente em relações mais humanas</i>. Esta <i>Mediação de articulação entre a cultura de origem das crianças e a cultura Escolar justifica-se precisamente nos níveis primeiros de ensino e por outro lado nos casos dos agrupamentos onde estas questões são mais evidentes</i>.</p>
<p>4 – Nos últimos anos o campo da mediação tem constituído objecto de interesse por parte de teóricos da educação. Qual é a sua opinião em relação à reflexão teórica já existente? Nessa reflexão teórica já existente, qual é, em sua</p>	<p>é que já há uns tempos nos tutores e há mais tempo se falava nos directores de turma, no</p>	<p>De facto é assim, embora, no passado já se falasse dos tutores, e outras designações. O próprio Jorge Sampaio, na altura Presidente da República, mesmo no ensino Superior, quando ele próprio dedicou uma semana ao Ensino Superior, ele próprio já “vendeu”, divulgou, esta ideia da existência de tutores no Ensino Superior. Tenho a impressão de que o Prof. António Nóvoa era conselheiro dele e provavelmente foi uma ideia que lhe foi passada pela voz do António Nóvoa. Mesmo que a terminologia seja mais recente, a verdade é que já há uns tempos nos tutores e há mais tempo se falava nos directores de turma, no caso do Ensino Básico e Secundário, e muitas vezes já se falava no Director de turma enquanto alguém que tinha a responsabilidade de fazer esta Mediação. Apesar disto, a existência de uma figura de especifica com funções apenas</p>

<p>opinião, o lugar que ocupa o estudo da mediação sócio-educativa?</p> <p>O que justifica a emergência da mediação como objecto de reflexão teórica, por parte dos académicos? Quer explicitar?</p>	<p>caso do Ensino Básico e Secundário, e muitas vezes já se falava no Director de turma enquanto alguém que tinha a responsabilidade de fazer esta Mediação</p> <p>, o que justifica a imergência da educação como objecto de reflexão teórica por parte dos académicos é precisamente esta, o querer-se concretizar-se uma Escola que garanta uma igualdade de oportunidades de sucesso para todos os alunos e que consiga promover uma formação de qualidade para todos os alunos.</p> <p>discursos e princípios que sustentam e justificam a Mediação e a figura de Mediadores eles não novos</p> <p>tem a haver com as questões de igualdades de oportunidades, da cidadania, da formação de qualidade,</p> <p><u>Mas ao nível da concretização da prática ele é novo porque estas figuras ainda estão agora a emergir</u></p> <p>Mediação de conflitos, Mediação intercultural, Mediação do trabalho académico dos Professores, várias formas de Mediação</p>	<p>de Mediação é uma ideia mais recente e tem a ver com o facto de se pretender desenvolver uma educação de qualidade e que garanta sucesso Escolar e Educativo para todos os alunos. Respondendo ao que me perguntava, o que justifica a imergência da educação como objecto de reflexão teórica por parte dos académicos é precisamente esta, o querer-se concretizar-se uma Escola que garanta uma igualdade de oportunidades de sucesso para todos os alunos e que consiga promover uma formação de qualidade para todos os alunos. A minha opinião quanto a reflexão teórica já existente, eu acho, que estamos neste aspecto..., é um campo que ainda está em desenvolvimento. E porquê? Porque ao nível dos discursos e princípios que sustentam e justificam a Mediação e a figura de Mediadores eles não novos, tem a haver com as questões de igualdades de oportunidades, da cidadania, da formação de qualidade, etc. <u>Mas ao nível da concretização da prática ele é novo porque estas figuras ainda estão agora a emergir.</u> Eu lembro-me que, não foi por acaso que o encontro da AFIRSE de 2008 foi precisamente sobre a questão da Mediação, e aí surgiram referências à Mediação em vários campos: Mediação de conflitos, Mediação intercultural, Mediação do trabalho académico dos Professores, várias formas de Mediação. Neste aspecto as actas deste encontro se conseguirem sistematizar tudo o que foi abordado, serão extremamente importantes porque focaram esta oportunidade de se referir a várias campos da Mediação. Inclusivamente, eu aqui tenho-me referido a Mediação em contexto Escolar mas nesse congresso foi referida a Mediação <i>intercultural</i> no interior dos bairros, de bairros sociais fora do contexto escolar, enquanto que eu aqui estou-me a referir unicamente a Mediação em contexto escolar, mas é evidente que podem existir mediações noutro campo. No campo da justiça isto já nos é familiar.</p>
--	--	---

	<p>Mediação em contexto Escolar mas nesse congresso foi referida a Mediação <i>intercultural</i> no interior dos bairros</p> <p><u>de uma procura de uma relação de modo de concretizar na prática o que defende estes princípios que se defendem do ponto de vista teórico</u></p>	<p>O interesse teórico, na minha perspectiva, resulta destas novas realidades e é um campo que está em desenvolvimento e que ainda está numa fase <u>de uma procura de uma relação de modo de concretizar na prática o que defende estes princípios que se defendem do ponto de vista teórico.</u></p>
2. Caracterização de práticas de mediação.		
<p>5 –Conhece algumas práticas que poderiam ser consideradas de mediação sócio-educativa? Pode descrever-nos um pouco mais detalhadamente algumas dessas práticas?</p>	<p>de interacção das culturas de origem das populações escolares e da comunidade de onde essa população Escolar emerge e a cultura escolar,</p> <p><u>muitas vezes são mais práticas de rechear os horários daqueles alunos com horas e actividades que os aliciem para a Escola e que os façam estar na Escola</u></p> <p>do que muitas vezes para esta questão da interacção cultural.</p> <p>o saber Escolar não ser considerado algo importante, para um determinado projecto de vida, a valorização do saber Escolar, o domínio das regras para se ser bem sucedido, etc.</p>	<p>As Escolas e os Agrupamentos de Escolas pensam muitas vezes mais quando querem assegurar uma formação de qualidade e de sucesso para todos os alunos, pensam mais em formas de animação, do que nestas formas de interacção das culturas de origem das populações escolares e da comunidade de onde essa população Escolar emerge e a cultura escolar, e portanto, muitas <u>vezes são mais práticas de rechear os horários daqueles alunos com horas e actividades que os aliciem para a Escola e que os façam estar na Escola,</u> do que muitas vezes para esta questão da interacção cultural. No fundo, considero que as pessoas ainda não tem muito claro que a questão, que muitas vezes estão na origem dos problemas do insucesso, está em que o saber Escolar não ser considerado algo importante, para um determinado projecto de vida, a valorização do saber Escolar, o domínio das regras para se ser bem sucedido, etc. Portanto, da minha experiência as práticas que estão a ser desenvolvidas, ainda não se aproximam daquilo que seria uma real MSE, porque muitas vezes ela própria ainda está muito fechada no espaço Escolar e não nesta interacção, embora, todos sabemos que fazer uma Mediação, e em determinados contextos sociais é difícil, fazer esta Mediação entre as famílias, a Comunidade e a Escola não é nada fácil.</p> <p>Implica recorrer a estratégias que permitam que as famílias, a própria comunidade</p>

	<p>em determinados contextos sociais é difícil, fazer esta Mediação entre as famílias, a Comunidade e a Escola não é nada fácil.</p> <p><i>a obtenção de um diploma Escolar num determinado projecto de vida que muitas vezes é a médio / longo prazo e que muitas vezes não é logo imediato</i></p> <p><i>tentado procurar esta comunhão de interesses</i></p> <p><i>passariam isso às crianças e jovens que fazem parte dessa população Escolar</i></p> <p>Uma Mediação com os directores de turma para identificar os alunos que podem que podem funcionar como tutores de outros mais novos,</p> <p>é uma MSE neste caso focalizada na aprendizagem na valorização da autoconfiança e da aprendizagem.</p>	<p>valorize a Escola e o Diploma Escolar e que inclua a frequência da Escola e a obtenção de um diploma Escolar num determinado projecto de vida que muitas vezes é a médio / longo prazo e que muitas vezes não é logo imediato. Apesar de tudo em alguns casos ela vai sendo feita, eu conheço o caso de Miragaia, que embora com algumas limitações e dificuldades em concretização tem <i>tentado procurar esta comunhão de interesses</i>, tentando que as famílias frequentem o CNO, situação que não tem sido conseguida, e, portanto, o que se pretendia com estes cursos, que as famílias frequentassem a Escola, também seriam mais socializadas com a cultura Escolar, com a valorização do saber Escolar, e portanto, <i>passariam isso às crianças e jovens que fazem parte dessa população Escolar</i>. Conheço também na Escola de Miragaia o caso de uma MSE (mas que é uma MSE) que é feita por este projecto que o Tiago está responsável, que é focalizada nas aprendizagens. O que é que o Tiago faz? Uma Mediação com os directores de turma para identificar os alunos que podem que podem funcionar como tutores de outros mais novos, faz uma Mediação depois com os directores de turma para se identificar também necessidades de formação e depois faz formação a estes tutores e aquelas equipas para conseguirem desenvolverem um trabalho que lhes crie algumas condições de aprendizagens, é uma MSE neste caso focalizada na aprendizagem na valorização da autoconfiança e da aprendizagem. Não é tanto uma Mediação da Escola com as famílias mas é uma Mediação no interior da Escola entre os Professores e alunos de forma a conseguir a melhoria das aprendizagens. Conheço também um caso de uma autarquia, em Matosinhos, que alguém funciona como mediador entre projectos da autarquia e da Escola por forma a encontrar-se algum sentido, de qualquer forma estas figuras ainda são novas, mas neste sentido amplo de Mediação Sócio-educativa e de Formação isto mostra várias</p>
--	--	--

	com as famílias mas é uma Mediação no interior da Escola entre os Professores e alunos de forma a conseguir a melhoria das aprendizagens.	oportunidades de intervir.
6 - Em sua opinião, que mais-valias essas experiências que conhece estão a trazer às escolas do Agrupamento, aos professores/educadores, aos alunos e à comunidade educativa em geral?	<p>contribuir para a valorização do aprender e dos saberes</p> <p>aprendem aumentam os seus auto-conceitos.</p> <p>Professores se sentem mais estimulados e também mais gratificados com o trabalho</p> <p>Professores valoriza e aumenta o seu auto-conceito profissional.</p> <p>comunidade educativa em geral também fica valorizada.</p>	<p>Aos alunos, no fundo é sucesso Escolar, contribuir para aumentar o sucesso Escolar, contribuir para a valorização do aprender e dos saberes por um lado, por outro lado, para aumentar os seus auto-conceitos, porque sentindo que aprendem aumentam os seus auto-conceitos.</p> <p>Para os Professores, se estes sentirem que a sua tarefa de ensino e da criação de condições de aprendizagem é melhor sucedida também os Professores se sentem mais estimulados e também mais gratificados com o trabalho. Se sentirem que os alunos a quem querem ensinar e que querem que eles aprendam são melhores sucedidos também se sentem muito mais estimulados e gratificados, isto também valoriza e aumenta o seu auto-conceito profissional.</p> <p>Quanto à comunidade educativa em geral é se nós considerarmos que o saber Escolar é importante e que as pessoas são mais críticas, mais intervenientes, sabem tomar melhor decisões, quanto melhor fundamentadas e mais saberes possuam é evidente que, a comunidade geral, a comunidade educativa em geral também fica valorizada.</p> <p>Não é por acaso que se pretende aumentar a percentagem da população com qualificações, não é por acaso que existe na lei Portuguesa a obrigatoriedade dos nove anos de Escolaridade, é porque se considera que 9 anos de Escolaridade fornecem uma educação de base melhor e mais profunda do que a Escolaridade fosse de seis. Não é por acaso, que também se pretende ampliar esta Escolaridade, é evidente que não podemos ser inocentes que isto é uma forma de adiar a entrada no mercado de trabalho mas, por outro lado, as pessoas também ficam mais qualificadas e basta ver os países mais desenvolvidos as pessoas tem uma Escolaridade mais ampla.</p> <p>Estas são as mais valias que eu considero que podem advir de se criarem condições de Mediação que garantam a melhoria da qualidade da formação.</p>

<p>7- Em que outros domínios, para além dos que enunciou, considera que pode ser importante a existência de dinâmicas de mediação sócio-educativa? Quer justificar a sua resposta?</p>	<p>Mediação dentro da própria Comunidade Escolar, na interacção dos Professores, alunos, auxiliares de acção educativa, no sentido de se conseguir desenvolver um projecto educativo comum</p> <p><u>nível de Mediação é entre a cultura Escolar e a cultura de origem da comunidade educativa, portanto, a Mediação entre a Comunidade Escolar e Comunidade Educativa</u></p> <p><u>as autarquias que cada vez mais assumem responsabilidade ao nível da educação, e as Escolas, as famílias e outras instituições, isto é outro estilo de Mediação</u></p> <p>Mediação apenas sediada na comunidade, nos bairros</p>	<p>Comecei logo por dizer: (de que há que) evitar o erro de se considerar que a MSE é só para os casos onde só existem problemas e onde só existem conflitos, mas a Mediação de conflitos é importante, por outro lado, há outro campo de Mediação que é a Mediação dentro da própria Comunidade Escolar, na interacção dos Professores, alunos, auxiliares de acção educativa, no sentido de se conseguir desenvolver um projecto educativo comum portanto, isto é ponto assente. Outro nível de intervenção da <u>Mediação é a Mediação entre Ciclos de formação e entre instituições que tem de desenvolver um projecto comum mas que tem realidades distintas</u>, outro <u>nível de Mediação é entre a cultura Escolar e a cultura de origem da comunidade educativa, portanto, a Mediação entre a Comunidade Escolar e Comunidade Educativa</u>, isto centrando-me apenas no contexto Escolar, mas é evidente que existem outras formas de mediação. Quando se fala de uma Cidade Educadora existe esta Mediação entre as responsabilidades de instituições diversas dessa comunidade educadora portanto há uma possibilidade de Mediação entre, por exemplo, <u>as autarquias que cada vez mais assumem responsabilidade ao nível da educação, e as Escolas, as famílias e outras instituições</u>, isto é outro estilo de Mediação. Depois existe também a Mediação, que é um exemplo dado por uma equipa de Mediação espanhola que esteve presente no presente no Encontro AFIRSE, que é uma Mediação apenas sediada na comunidade, nos bairros. No fundo o que eu podia dizer: a Mediação que tem a sua origem na Escola e que fica confinada a Escola na sua relação com a sociedade, do outro extremo é a Mediação que está na sociedade, evidentemente que ela acaba por ter repercussões em todas as instituições e portanto também na Escola, e depois existe aquela Mediação que eu situei neste caso concreto, estava a pensar na educação Escolar, nas autarquia e que falo nesta difusão, que está aqui no meio, que faz a difusão para a Escola e para o</p>
---	--	--

	<p>difusão para a Escola e para o bairro, as comunidades.</p> <p><u>Mediação que se focaliza privilegiadamente nas questões culturais, Mediação que se situa privilegiadamente nas situações problemáticas e de conflitos, Mediação que se situa na interacção dos agentes educativos e nas suas práticas</u></p>	<p>bairro, as comunidades. Isto pensando nos lugares de origem, agora pensando também nos conteúdos de interesse foi aquilo que eu já disse: <u>Mediação que se focaliza privilegiadamente nas questões culturais, Mediação que se situa privilegiadamente nas situações problemáticas e de conflitos, Mediação que se situa na interacção dos agentes educativos e nas suas práticas</u>, quase que podia sistematizar nestas três, embora como esta organização teórica ela própria esta em desenvolvimento, eu devo dizer que neste caso me pode parecer um ponto de partida mas, provavelmente, quando isto se começar a desenvolver encontrar-se-ão outros pontos outros pontos de chegada.</p>
<p>8- Das experiências que conhece, em que aspectos considera que a acção de mediação sócio-educativa pode ser melhorada?</p>	<p><i>desde dos anos 70 quando dizia que a Escola não é, não pode ser nunca uma instituição que educa e que a Escola juntamente com as outras instituições deve assumir que esta responsabilidade, não é?</i></p> <p><u>É por se considerar que o director de turma apesar de tudo a sua função primeira é, tem de estar concentrado no que é a sua função de Professor, mesmo que promova esta interacção entre os Professores</u></p>	<p>Acho isso imprescindível. Isso é imprescindível, desde o discurso da UNESCO, <i>desde dos anos 70 quando dizia que a Escola não é, não pode ser nunca uma instituição que educa e que a Escola juntamente com as outras instituições deve assumir que esta responsabilidade, não é?</i> Mesmo naquele velho ditado: - é preciso toda uma aldeia para educar uma criança, é evidente que para que isto funcione com coerência e sentido, é necessário esta interacção, e repetindo o que eu já disse estas ideias da Mediação, mesmo que não tivessem estas expressão, se pensar no contexto Escolar, estava já presente. No caso do director de turma, tinha que fazer esta ponte, e porque é que eu acho que agora, cada vez mais se reconhece a necessidade de existirem outras figuras que não apenas os directores de turma? <u>É por se considerar que o director de turma apesar de tudo a sua função primeira é, tem de estar concentrado no que é a sua função de Professor, mesmo que promova esta interacção entre os Professores</u> daquela turma com os encarregados da educação mas é considerado que pode existir outras</p>

	<p>apontava para uma formação especializada que fizesse a formação de figuras profissionais, neste caso ela estava a pensar Professores.</p> <p><u>reconhecimento que está a ser feito</u></p> <p>exemplo a UNICER que é uma instituição que é patrona do AVEM (Miragaia) tem alguém, que faz a Mediação entre a UNICER e as Escolas</p> <p>o que é que as dificultou, que mais valias trouxeram, e em que aspectos podem ser melhoradas,</p> <p>é o produzir conhecimento sobre o que está a</p>	<p>figuras que a sua atenção seja privilegiadamente seja está, alias já há um diploma da Secretaria de Estado Ana Benavente, que considerava, ela apontava para uma formação especializada que fizesse a formação de figuras profissionais, neste caso ela estava a pensar Professores. Justifica que a Escola não tinha condições para funcionar bem com os Professores nas suas funções específicas na docência na determinada área, eu acho que <u>é este reconhecimento que está a ser feito</u>. Há uns anos atrás foi feito a nível de orientação educacional, orientação escolar, e agora esta a caminhar-se neste sentido, eu penso que se esta a caminhar neste sentido e estou sempre a referir-me a Escola, mas eu não posso referir-me só a Escola, tenho que me referir as Autarquias, e a todas as outras instituições. Por exemplo a UNICER que é uma instituição que é patrona do AVEM (Miragaia) tem alguém, que faz a Mediação entre a UNICER e as Escolas, e que a sua função é encontrar um projecto que se articule com aquele projecto que é negociado e desenvolvido. Não sei que designação da figura que ali está, mas no fundo o que ela está a fazer é uma Mediação entre a instituição e as Escolas</p> <p>É precisamente da necessidade das situações que já estão implementas no terreno conseguir-se produzir conhecimento sobre o que é que possibilitou, por um lado é o que as possibilitou, o que é que as dificultou, que mais valias trouxeram, e em que aspectos podem ser melhoradas, e o que eu considero, espero que a tese do Basílio também seja sobre isso, que é o produzir conhecimento sobre o que está a começar a emergir, e isso porque? Para não se cair no erro da naturalização das situações e chamar-se Mediação a todos os casos. Há uns tempos o CNE, este ano lectivo realizou um encontro na U. Católica – Porto, e onde um Vereador da Câmara de Gondomar, Professor, muito bem intencionado, falava da Mediação e dos Professores, <i>metendo no</i></p>
--	---	---

	<p>começar a emergir, e isso porque?</p> <p><i>isso é necessário produzir conhecimento</i></p>	<p><i>mesmo saco todas as questões e, isto não é medição, não podemos deixar que o termo, este conceito, seja apropriado, ou usado indevidamente, e para isso é necessário produzir conhecimento, textos, dar conta das situações que estão na prática, que características elas tem de Mediação e que características não tem por forma que isto seja um campo que de facto se sustente. Isto é sobre os campos de Mediação, e sobre as praticas de Mediação e por outro lado os campos e práticas com os princípios que os justificam.</i></p>
<p>9 - Em sua opinião quais os domínios/áreas onde faz sentido existir um trabalho de mediação sócio-educativa, por excelência?</p>	<p><i>decalage” entre a cultura da população e da cultura Escolar</i></p> <p><u>não seja mau começar por aí embora com muita atenção para que ela não se esgote.</u></p>	<p>Devo dizer que neste momento a Mediação não é só Mediação de conflitos no acabei por justificar precisamente nas situações onde a “<i>decalage</i>” entre a cultura da população e da cultura Escolar é maior. Mas, e no fundo esta distancia é maior onde existe mais problemas, a verdade é que a Mediação se justifica noutros pontos, embora como ela neste momento esta a ser concretizada principalmente neste campo não faz, <u>não seja mau começar por aí embora com muita atenção para que ela não se esgote.</u></p>
<p>10- Em sua perspectiva o que justifica a existência de mediadores sócio-educativos nas escolas/agrupamentos?</p>	<p>que o próprio Ministério permite que nestes casos, nos TEIP, eles existam</p>	<p>Questão 8</p> <p>Por exemplo, nos TEIP’s é evidente que isto tem que estar presente, mas não só nestes, também se justifica noutros. Se me perguntam em quais deve estar mais: nos TEIP estas figuras deviam estar completamente contempladas. Alias, não é por acaso, que o próprio Ministério permite que nestes casos, nos TEIP, eles existam.</p> <p>Por outro lado, devo dizer também que nos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), nos Centros Novas Oportunidades, em que esta familiaridade</p>

	<p>considero que os Professores não podem esgotar a sua acção no exercício do ensino e nas condições de aprendizagem daquela disciplina,</p> <p>é sua intenção última e não podem ser desviados dessa acção para realizar outros trabalhos, porque se forem desviados tem que ser colocados Professores.</p> <p>eu acho que a existência de um tutor, de um mediador, mesmo nestes casos faz todo o sentido</p>	<p>com o que se pretende com a obtenção de um diploma, destas regras, a verdade é que esta Mediação tem que estar presente porque é muitas vezes, parece-me que ela é realizada, esta Mediação, pelos próprios Formadores, aliás os Formadores nestas situações desempenham muitas vezes este papel, embora eu deva dizer que sou das pessoas que mais tenho, ao nível do Ensino Básico e Secundário, considero que os Professores não podem esgotar a sua acção no exercício do ensino e nas condições de aprendizagem daquela disciplina, a verdade é que essa é sua intenção última e não podem ser desviados dessa acção para realizar outros trabalhos, porque se forem desviados tem que ser colocados Professores.</p> <p>No caso dos CNO, nos cursos EFA, é muito difícil que um formador não seja simultaneamente um mediador. Apesar de tudo, eu acho que a existência de um tutor, de um mediador, mesmo nestes casos faz todo o sentido. Em síntese e repetindo o que já disse, em todas as situações onde as populações Escolares ou em formação estão menos socializadas com a Cultura Escolar e com o que implica com a obtenção e realização com sucesso de uma determinada formação.</p>
3. Perfil profissional do/a mediador/a		
11- Em que medida considera importante a existência, nas escolas, de profissionais, não professores?	<p>considero que os Professores não podem esgotar a sua acção no exercício do ensino e nas condições de aprendizagem daquela disciplina</p>	

<p>12- Em sua opinião quais os profissionais mais vocacionados para desenvolverem acções de mediação sócio-educativa? Porquê?</p>	<p>outras formações de base e que podem ser aqui inseridos enquanto Mediadores desde que tenham na sua formação de base</p> <p>desenvolvidas e aprofundadas estas questões de Mediação</p> <p>animadores sócio-culturais o seu objectivo último era fazer uma animação sócio-cultural,</p> <p>animação sócio-cultural se não tiver em conta esta <u>diversidade cultural que existe na sociedade</u>,</p> <p>portanto, é alguém com um perfil,</p> <p>com uma formação complementar focada nas questões de Mediação</p> <p><i>com uma formação complementar poderiam ser facilmente mediadores.</i></p>	<p>Tenho de reconhecer que há outros profissionais para algum tipo de Mediação e que tem outras formações de base e que podem ser aqui inseridos enquanto Mediadores desde que tenham na sua formação de base, e que sejam desenvolvidas e aprofundadas estas questões de Mediação, estou a lembrar-me por exemplo os animadores sócio-culturais o seu objectivo último era fazer uma animação sócio-cultural, a verdade é que ninguém pode fazer uma animação sócio-cultural se não tiver em conta esta <u>diversidade cultural que existe na sociedade</u>, portanto, é alguém com um perfil, que facilmente pode ser na minha perspectiva com uma formação complementar focada nas questões de Mediação, que poderia desenvolver este tipo de trabalho, devo confessar que os Professores não são mediadores e não são, tornando mais claro o que eu disse há pouco um Animador Sócio-Cultural, não é um mediador mas pode ser desviado se tiver esta formação complementar tal como um Professor enquanto Professor não é um Mediador, de facto tem um conhecimento de Escola que com formação complementar podia ser Mediador.</p> <p>Inclusivamente, por exemplo, os psicólogos não são provavelmente as melhores figuras para mediadores, mas no campo de Mediação de Conflitos, quem fez a psicologia no domínio Escolar, Clínico, Orientação Vocacional <i>com uma formação complementar poderiam ser facilmente mediadores</i>. Os LCE com uma formação de base ela própria focada nestas questões de Mediação, que é o que se está a pretender com este novo plano curricular evidentemente à partida tem essa questão de base. Desde que depois associem, incorporem na sua mente, aquelas características que há pouco referi.</p>
--	---	---

<p>13 – Quais as características que, em sua opinião, deve ter um/a mediador/a sócio-educativo?</p>	<p><i>que ser alguém que tenha características de mediador, de negociação, de colocar em interacção identificar as situações</i></p> <p>colocarem em interacção a varias partes para que elas interajam</p> <p>em vez de fazer por /pelos outros, fazer o trabalho com os outros.</p> <p>reconhecido a partida tem de se fazer reconhecer</p> <p>organizado ao nível da sistematização da informação da divulgação dessa informação.</p>	<p>Uma figura que tem o seu foco, é o seu objectivo último é fazer esta Mediação, nos termos que eu há pouco referi, por outro lado, é alguém que tem que fazer Mediação, até a própria designação já diz: - tem <i>que ser alguém que tenha características de mediador, de negociação, de colocar em interacção identificar as situações</i>, em vez de ser um juiz de causas alheias, colocarem em interacção a varias partes para que elas interajam, e por outro lado, ser alguém que tem características, (...) em vez de fazer por /pelos outros, fazer o trabalho com os outros.</p> <p>Essencialmente acho que estas são importantes, para isso, evidentemente que tem que seja alguém reconhecido mas, muitas vezes, nós sabemos que, embora não seja reconhecido a partida tem de se fazer reconhecer e para isso as pessoas tem que sentir que a acção que aquela pessoa está a desenvolver é benéfica e por isso tem de ser alguém que seja muito organizado ao nível da sistematização da informação da divulgação dessa informação.</p>
<p>14 - Que contributo pode trazer essa reflexão teórica já produzida sobre mediação na afirmação destas novas figuras profissionais nas escolas/agrupamentos?</p>	<p>não, estão completamente, existe muita produção científica.</p> <p><i>isto não é medição, não podemos deixar que o termo, este conceito, seja apropriado, ou usado indevidamente,</i></p> <p><i>isso é necessário produzir conhecimento</i></p>	<p>Quero acrescentar que neste momento se justifica, e, é muito importante, a realização de trabalhos académicos em torno destas temáticas e isto porque são questões que não, estão completamente, existe muita produção científica.</p> <p><i>Metendo no mesmo saco todas as questões e, isto não é medição, não podemos deixar que o termo, este conceito, seja apropriado, ou usado indevidamente, e para metendo no mesmo saco todas as questões e, isto não é medição, não podemos deixar que o termo, este conceito, seja apropriado, ou usado indevidamente, e para isso é necessário produzir conhecimento</i></p>

15 - Quer acrescentar mais alguma ideia que considere importante?	<p>Conseguir-se produzir conhecimento sobre o que é que possibilitou,</p> <p>por um lado, por outro é o que as possibilitou,</p>	<p>É precisamente da necessidade das situações que já estão implementas no terreno conseguir-se produzir conhecimento sobre o que é que possibilitou, por um lado, por outro é o que as possibilitou, o que é que as dificultou, que mais valias trouxeram, e em que aspectos podem ser melhoradas, e o que eu considero, espero que a tese do Basílio também seja sobre isso, que é o produzir conhecimento sobre o que está a começar a emergir, e isso porque?</p>
--	--	---

Anexo 7 - Entrevista ao Professor Doutor José Alberto Correia

(no âmbito da realização de um trabalho de Métodos de Investigação em Educação– Junho de 2004 – 2º ano da Licenciatura em Ciências da Educação)

Mediação.		
<i>Categorias de análise</i>	<i>Análise Sistematização de ideias</i>	<i>Entrevistas / Unidades de Registo</i>
<p>As principais referências à mediação reportam-se à mediação jurídica e de conflitos.</p> <p>Que tipo de influências a mediação sócio-pedagógica destas formas já mais implementadas de mediação, e o que a distingue delas?</p>	<p>que apareceu muito nos Estados Unidos, como uma tentativa de repor aquilo que a afirmação da escola tinha destruído, que é alguma referencia da escola ao local e de reduzir a conflitualidade que existe dessa desreferencialização da escola ao local</p> <p>no contexto Europeu a questão da mediação apareceu originariamente no campo jurídico.</p> <p><i>perspectiva securitária antes que o conflito se agrave até ao limite</i></p> <p><i>a mediação intercultural da escola é uma perspectiva mais integracionista.</i></p> <p><i>o que acho importante nas questões da</i></p>	<p>Eu acho que a questão da mediação surgiu nos E. U. A., nomeadamente no campo escolar. Talvez isto tenha um pouco a ver com o facto da história do sistema educativo americano ser diferente do Europeu, porque tem uma raiz mais comunitária. Penso eu que apareceu muito nos Estados Unidos, como uma tentativa de repor aquilo que a afirmação da escola tinha destruído, que é alguma referencia da escola ao local e de reduzir a conflitualidade que existe dessa desreferencialização da escola ao local.</p> <p>Mas penso que no contexto Europeu a questão da mediação apareceu originariamente no campo jurídico. Emerge claramente do corpo jurídico, com a sobrecarga do macro aparelho jurídico para resolver casos, e, portanto, a resolução local dos casos mais pequenos, para não sobrecarregar e não haver conflitualidade social. Surge um pouco no contexto europeu, e aparece muito com a ideia que o mediador é um terceiro, é um outro. <i>Temos a ilusão que o conflito deriva da falta de comunicação, o que é uma ilusão penso eu. Quando estou a pensar pela questão da heterogeneidade, a heterogeneidade não é falta de comunicação, surge na própria comunicação. A entrada pelas questões da comunicação é uma boa entrada, mas não é uma boa saída, porque é um pressuposto que vivemos numa sociedade de irmãos, onde não há desigualdade e o que eles tem é de comunicar todos.</i></p> <p>Mas penso que apareceu muito no campo jurídico. Os estudos que se têm feito sobre a mediação aparecem no campo jurídico, e muito na resolução, na intervenção nos problemas e não na criação das condições sociais para que os conflitos possam ser transformantes. Em França, por exemplo, a questão da mediação e a questão da mediação escolar têm uma dupla valência. A mediação escolar, em França, encontra dois modelos profundamente contraditórios:</p> <p>Um primeiro modelo que é perfeitamente comunitário, <i>o mediador intervém numa perspectiva securitária antes que o conflito se agrave até ao limite.</i> Eu conhecia lá uma empresa de mediação cujo o discurso era: quando um aluno falta à escola já que a escola é obrigatória, nos fazemos logo queixa à família, a família à polícia, etc. porque faltar a escola é o primeiro sinal que ele vai entrar na delinquência. A prevenção também é isso.</p>

	<p><i>mediação é que podem permitir reequacionar, de uma forma nova, aquilo que são antigas questões que persistem no campo educativo que</i></p> <p>lidar com as heterogeneidades quando ele se pensa sempre no campo como sendo um campo homogêneo, de uma cultura universal</p> <p><i>penso que eventualmente tem potencialidades para se reequacionar de uma forma diferente os velhos problemas</i></p>	<p>Um outro modelo que é mais <i>a mediação intercultural da escola</i> como é que se pode lidar com as diferentes culturas neste espaço da escola, que eu não sei se se questiona a própria existência da escola, mas de qualquer forma <i>é uma perspectiva mais integracionista.</i></p> <p>E encontram-se outros modelos de mediação. Eu acho que é uma construção dos <i>media</i>, e portanto, <i>o que acho importante nas questões da mediação é que podem permitir reequacionar, de uma forma nova, aquilo que são antigas questões que persistem no campo educativo que</i>, numa forma genérica, como eu dizia há pouco, como é que no campo se pode lidar com as heterogeneidades quando ele se pensa sempre no campo como sendo um campo homogêneo, de uma cultura universal. Enquanto que os mundos de vida da educação são heterogêneos, a educação pensa-os como sendo homogêneos. Agora, <i>penso que eventualmente tem potencialidades para se reequacionar de uma forma diferente os velhos problemas.</i> Aliás, penso que nas Ciências da Educação não há problemas novos, há talvez perguntas, formas de equacionar novas... e aí, a mediação pode intervir.</p>
Práticas - um mediador sócio pedagógico a nível de trabalho?	<p><i>A escola é habitada por vários mundos e desconhece a existência desses mundos</i></p> <p><i>a escola vive num espaço social que é heterogêneo.</i></p> <p><i>Os jovens também vivem a escola de uma forma heterogênea.</i></p> <p><i>.., e eu penso que o mediador sócio pedagógico vai ter que ser alguém que seja capaz de ligar heterogeneidades.</i></p> <p>artesão das complexidades</p> <p>o mediador sócio-pedagógico é alguém que é capaz de traduzir os vários mundos que habitam a escola</p> <p>eu acho que os Licenciados em Ciências da Educação são tendencialmente figuras de</p>	<p><i>A escola é habitada por vários mundos e desconhece a existência desses mundos, e pensa todos os mundos que habitam na escola por referência ao mundo escolar. Eu penso que hoje a escola vive num espaço social que é heterogêneo. A forma como a escola concebe o mundo da escola é diferente, é radicalmente diferente (podemos mesmo dizer que é heterogênea), da forma como a escola é vivida por grande parte dos jovens. Os jovens também vivem a escola de uma forma heterogênea.</i></p> <p>A escola relaciona-se com as comunidades, porque mesmo quando se relaciona, interfere nas comunidades, no ritmo das vidas das pessoas, nos saberes que são valorizados, etc., <i>e eu penso que o mediador sócio pedagógico vai ter que ser alguém que seja capaz de ligar heterogeneidades.</i> Eu defendo que um mediador é um “artesão das complexidades”. Penso que a mediação sócio-pedagógica vai significar uma recontextualização desses mundos e fazer da heterogeneidade, uma vantagem acrescida.</p> <p>Eu penso que o mediador sócio-pedagógico é alguém que é capaz de traduzir os vários mundos que habitam a escola; eu acho que os Licenciados em Ciências da Educação são tendencialmente figuras de mediação sócio pedagógica. Se quiseres eu posso dar exemplos: eu sou militante de uma instituição de comunidades educativas, mais conhecida pela defesa que faz da escola rural, etc.. Como vocês sabem a escola foi uma instituição referenciada ao Estado para afirmar o Estado como referencial único da construção das pertinências, quer sociais, quer políticas e cognitivas, nas formas de</p>

	<p>mediação sociopedagógica</p> <p>a escola foi uma instituição referenciada ao Estado para afirmar o Estado como referencial único da construção das pertinências, quer sociais, quer políticas e cognitivas, nas formas de se pensar as coisas, e, como vocês sabem, a escola sempre construiu isso contra o mundo comunitário</p> <p>uma mediação inter-geracional e <i>uma mediação sócio pedagógica na medida em que lida com estas heterogeneidades</i></p>	<p>se pensar as coisas, e, como vocês sabem, a escola sempre construiu isso contra o mundo comunitário, com a exceção de alguns países anglo-saxónicos em que a escola emerge do mundo comunitário para construir o Estado, e foi uma instituição, de qualquer forma, inibitória das relações inter-geracionais: os pais vão para o trabalho, os jovens e as crianças vão para escola, e os velhos vão para a reforma.</p> <p>Eu contava-te apenas um exemplo: a escola da Outela, que é uma escola que funciona numa pequena aldeia do Alentejo e que funciona de paredes-meias com o centro comunitário. O espaço da escola é o espaço da terceira idade lá da aldeia, e o que a escola desenvolveu foi tudo um trabalho de repor relações inter-geracionais, de valorizar aquilo que são as experiências na terceira idade, e, portanto, de repor aquilo que as instituições sociais desligaram. Eu penso que a escola da Outela faz uma mediação inter-geracional e <i>uma mediação sócio pedagógica na medida em que lida com estas heterogeneidades</i>.</p>
Mediação sociopedagógica no contexto não escolar?	<p><i>é porque se referencia ao local e não ao nacional, ou ao global; mas depois referencia-se ao global através de local.</i></p> <p><i>possível pensar formas de mediação formativa, em</i></p> <p>é um trabalho de mediação sócio pedagógica no âmbito da educação não formal.</p>	<p>Apesar de lidar muito com a escola, esta acaba por ser uma escola que já não é escola, que faz o contrário daquilo que é a missão da forma escolar a vários níveis: em primeiro lugar, <i>é porque se referencia ao local e não ao nacional, ou ao global; mas depois referencia-se ao global através de local.</i> Nomeadamente nessa escola da Outela há cinco ou seis alunos, mas um dos alunos é dinamarquês e a família vive lá. Por um lado faz um pouco esta mediação, entre aquilo que são saberes universais que a escola é chamada a transmitir e aquilo que são saberes locais: transmitir porque esta relação não é uma relação de continuidade e tem que ser lidada nesta lógica da relação tensa e não na ilusão da relação de continuidade.</p> <p>Depois cria um espaço em que o formal e o informal, a educação formal e a educação informal, coexistem e que, portanto, podem dialogar e tirar vantagens mútuas da sua existência heterogénea. E depois parece-me que, nomeadamente no âmbito das formações profissionais, é possível pensar uma intervenção no campo da formação, que não passa de um pressuposto que a formação é uma formação para o trabalho, isto é, <i>é possível pensar formas de mediação formativa</i>, em que a própria formação interfere nos contextos do trabalho, e penso que a mediação nos contextos não formais hoje, quando se fala muito em reconhecimento das aquisições, etc., o trabalho de alguém que trabalha sobre o reconhecimento das competências é um trabalho de mediação sócio pedagógica no âmbito da educação não formal.</p>

<p>o perfil de um Licenciado e especializado nesta área (mediação sócio-pedagógica)</p>	<p>a questão da mediação levanta claramente num outro campo a questão das lógicas da proximidade, das identidades proximais na relação de tensão que tem com aquilo que são as identidades societárias</p> <p>há um número muito grande de estágios que são enquadráveis nos vários níveis da mediação</p> <p>o mediador tem que estar integrado num dispositivo</p> <p>ue um mediador tem que ser um animador de dispositivos de mediação e não de alguém que faz a mediação em nome da relação social de cada um</p> <p>potencia as potencialidades transformantes da relação proximal, da gestão proximal dos conflitos</p>	<p>A primeira coisa é a seguinte: a área da mediação sócio-pedagógica entra pelas questões da mediação sócio-pedagógica a partir da escola, pela questão e papel do local, em vez do global. Eu penso que a questão da mediação levanta claramente num outro campo a questão das lógicas da proximidade, das identidades proximais na relação de tensão que tem com aquilo que são as identidades societárias.</p> <p>Estamos a desenvolver um projecto de mediação social em Portugal e distinguimos cinco áreas da mediação:</p> <p>Uma primeira área que é a mediação jurídica que é uma área incontornável, mas há várias formas não clássicas de lidar com isso, os gabinetes de apoio à vítima são um exemplo.</p> <p>A mediação social da tóxicodependência, dos educadores de rua, etc. A questão da mediação educativa, que aqui é pensada também na vinculação da escola ao local, enquanto relação social e não só enquanto relação cognitiva. Temos uma área bastante nova que é a mediação ambiental, ainda em desenvolvimento, trabalhada na área três da nossa licenciatura. A mediação organizacional, que é a mediação nas empresas, que é trabalhada na área de formação e poder local.</p> <p>Fui contactado pela embaixada Francesa para ver se podia envolver-me num projecto que eles estavam a desenvolver sobre a questão das figuras da mediação, e a primeira coisa que disse foi que nos não tínhamos nada sobre a mediação, e disseram-me: “-mas como é uma Universidade podiam ajudar a pensar, etc.”, e quando começamos a trabalhar isto, uma coisa que nós fizemos foi de tentar ver o que existe cá na faculdade, que embora não se designe como mediação poderá ser enquadrada nesta problemática. O que o Henrique fez imediatamente foi analisar os estágios da licenciatura e viu-se que há um número muito grande de estágios que são enquadráveis nos vários níveis da mediação. Portanto, não penso que a mediação seja específica numa área da Licenciatura.</p> <p>Sim, mas o mediador tem que estar integrado num dispositivo. Eu penso que um mediador tem que ser um animador de dispositivos de mediação e não de alguém que faz a mediação em nome da relação social de cada um. Neste projecto que estamos a desenvolver, uma das coisas que se prevê, é que a faculdade crie um gabinete de mediação que tem mediadores, ou até um gabinete de apoio a mediação, alguém que potencia as potencialidades transformantes da relação proximal, da gestão proximal dos conflitos. (Figuras um bocado diferentes). Há pouco quando estávamos a falar da questão da mediação colocou-se a questão do local e que não é necessariamente a questão do poder local, ou seja, é a questão do “poder do local” (que é diferente do</p>
---	--	--

		“poder local”), o poder que o local exerce na afirmação da sua identidade que não é necessariamente as autarquias, tem de passar pelas autarquias ou não
A figura do mediador Sócio-pedagógico enquadra-se no perfil do Licenciado em Ciências da Educação	capazes de pensar de formas muito diferenciadas, embora tendo por referência a questão educativa que não redutível à questão escolar a educação social a escola é um espaço heterogéneo, imposição dos programas e da incompatibilidade das expectativas da escola com o papel de jovem	O que eu acho é que a licenciatura “produz”, potencialmente, pessoas capazes de pensar de formas muito diferenciadas, embora tendo por referência a questão educativa que não redutível à questão escolar. A licenciatura ainda está centrada muito na escola, cujas questões partiam sempre de dentro da escola, por muito que se tentasse aplicá-las a outras concepções da escola, como a educação social. De facto, os movimentos associativos no Secundário exprimem claramente que a escola é um espaço heterogéneo, que a figura do jovem e do aluno - aliás escrevi um artigo no <i>Público</i> sobre isso: <i>A ingratidão dos jovens</i> - dificilmente se compatibilizam, e é particularmente marcante a pressão que o jovem sofre, enquanto aluno, pela imposição dos programas e da incompatibilidade das expectativas da escola com o papel de jovem, em si. A par disto existe uma ordem escolar (as turmas) que não têm nada a ver com a realidade do jovem: a escola espera que o aluno não seja jovem mas que seja aluno.
Missão do mediador	O mediador é um criador de condições para a produção de relações sociais, e ele não se pode substituir como um “terceiro”. O outro é ele próprio, o que lá está, e contribui para que o outro se construa identitariamente Não é alguém que vai inibir os conflitos, penso que é alguém que vai potenciá-los como transformadores da própria instituição. pôr a funcionar melhor as instituições, mas de as transformar, o que é completamente	O mediador é um criador de condições para a produção de relações sociais, e ele não se pode substituir como um “terceiro”. Se há uma figura institucional do terceiro, não há uma figura sociológica no terceiro. Passo a explicar: se há uma figura institucional do terceiro, é alguém que se supõe que contribua para visibilidade daquele que lá está. O outro é ele próprio, o que lá está, e contribui para que o outro se construa identitariamente. O terceiro procura dar visibilidade e valorizar, pegando apenas na escola, a esta lógica em que as formas de vida que existem na escola, e existem clandestinamente, tenham direito de cidadania de existirem naquele espaço. Não é alguém que vai inibir os conflitos, penso que é alguém que vai potenciá-los como transformadores da própria instituição. É aqui que a questão da comunicação entra, nas potencialidades que ele tem, não de pôr a funcionar melhor as instituições, mas de as transformar, o que é completamente diferente. Por exemplo: em Portugal apareceu, no campo educativo, a figura do mediador cigano. Aquilo nunca funcionou: o mediador... é um traidor. Tendencialmente é a figura institucional do traidor, porque tenta pôr em contacto dois mundos que estão em conflito, fazendo desaparecer o conflito. O mediador cigano pertence à escola ou pertence aos ciganos?! Uma vez, a minha filha, que estava no secundário, estava a ver televisão sobre um estudo da universidade do Minho em que se chegava a conclusão que era necessário

	diferente.	haver animadores nos recreios da escola. A minha filha disse-me que o único espaço animado da escola eram os recreios, se pusessem lá os animadores era para desanimar. Se há alguma coisa para animar não é o recreio, são as salas de aula.
Neutralidade do mediador enquanto um “terceiro	<p>É uma questão central, muito importante, mas não sei se terá resposta...</p> <p>aparece em regime de voluntariado, em escolas, hospitais, locais de rua</p> <p>As figuras de mediação em França, aparecem como forma de dar emprego a jovens que são de etnias e outras culturas, e que abandonam precocemente a escola e, rapidamente, estes jovens transformam-se em ajudantes de polícia</p> <p>mediação não pode ser redutível aos mediadores</p> <p>a questão é como se pode potenciar alguns projectos para as instituições que existem no terreno de forma que eles realizem essas potencialidades transformantes da questão mediação</p>	<p>É uma questão central, muito importante, mas não sei se terá resposta... Sobre esta capa genérica da mediação têm aparecido figuras tendencialmente profissionalizantes, os julgados de paz e, se quisermos, o técnico de educação que aparece no Ministério mas que não está regulamentado, seria este o papel de mediador. Mas eu acho que aquilo que aparece como práticas de mediação não se dizem como tal, mas aparece em regime de voluntariado, em escolas, hospitais, locais de rua, etc. Este voluntariado acaba por iludir em parte essa ligação à instituição, tendo também como efeito contrário o facto de dificultar a sua implementação efectiva. As figuras de mediação em França, por exemplo, aparecem como forma de dar emprego a jovens que são de etnias e outras culturas, e que abandonam precocemente a escola e, rapidamente, estes jovens transformam-se em ajudantes de polícia.</p> <p>A questão que se põe aqui é que a mediação não pode ser redutível aos mediadores: a questão é como se pode potenciar alguns projectos para as instituições que existem no terreno de forma que eles realizem essas potencialidades transformantes da questão mediação.</p>

